



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Nutrição

Julia Horta Nasser

**O que comem os excluídos? Os diferentes sentidos da comida oferecida
para a População em Situação de Rua**

Rio de Janeiro

2018

Julia Horta Nasser

**O que comem os excluídos? Os diferentes sentidos da comida oferecida para a
População em Situação de Rua.**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Políticas, saberes e práticas em alimentação, nutrição e saúde.

Orientadores: Prof.^a. Dr.^a Shirley Donizete Prado

Prof. Dr. Francisco Romão Ferreira

Rio de Janeiro.

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

N267 Nasser, Julia Horta.
O que comem os excluídos? Os diferentes sentidos da comida oferecida para a
População em Situação de Rua / Julia Horta Nasser. – 2018.
118 f.

Orientadora: Shirley Donizete Prado
Orientador: Francisco Romão Ferreira
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto
de Nutrição.

1. Nutrição – Teses. 2. Pessoas desabrigadas – Teses. 3. Caridade – Teses. I.
Prado, Shirley Donizete. II. Ferreira, Francisco Romão. III Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Nutrição. IV. Título.

es CDU 612.3

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Julia Horta Nasser

**O que comem os excluídos? Os diferentes sentidos da comida oferecida para a
População em Situação de Rua**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Políticas, saberes e práticas em alimentação, nutrição e saúde.

Aprovada em 18 de julho de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Romão Ferreira (Orientador)
Instituto de Nutrição – UERJ

Prof.^a. Dr.^a Larissa Escarce Bento Wollz
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof.^a. Dr.^a Patrícia Constantino
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe Regina e ao meu marido Rodrigo, imprescindíveis para a execução desta tarefa.

AGRADECIMENTO

A CAPES, pelo apoio financeiro, sem o qual este trabalho não poderia ser realizado.

A minha mãe Regina, meu pai Fernando, meus irmãos, Helena, André, Anna e Roberto, e a Lilica, por todo apoio e torcida. Sem vocês essa tarefa ia ser impossível!

Ao meu marido Rodrigo, meu companheiro da vida, obrigada pelo apoio incondicional! Amo-te

A minha filha Laura, que chegou abalando as estruturas na reta final do mestrado. A vida com você ganhou um outro sentido.

A todos os meus amigos e demais familiares que me apoiaram nessa jornada.

Aos meus orientadores, Chico e Shirley, pela generosidade. Fico muito feliz com esse encontro. Todo o meu carinho e gratidão.

A Larissa Wollz pelo incentivo!!!! Sem o seu empurrão...isso não seria possível!

Aos demais membros da banca que tanto me inspiraram!!! Obrigada pela generosidade com que lidaram com o meu trabalho.

Aos meus amigos e professores Nectarianos!!!! E grupo potente!!!! Como aprendi nos nossos encontros!!! Com vocês essa jornada foi muito mais doce!!!!

Aos amigos “quentinhos” integrantes do Grupo Francisco de Assis. A dissertação só foi possível, por conta do trabalho ali executado.

Aos amigos que integraram comigo a comissão de Direitos Humanos, Saúde e Políticas Públicas do CRP-RJ, em especial, Janne, Fernanda, Andris, Maiara, Aquiles e Novas, meu muito obrigado. Aprendi muito com vocês e parte desse aprendizado está materializado nesta dissertação.

Ao Fórum de população em situação de rua e os meus companheiros de coordenação: Helena, Glória, Hilda, Marileia, Marcelo, Claudia, Ana e Graziela. Estar neste espaço foi crucial para a construção desse trabalho. Muito obrigada por todo o aprendizado!!

Aos moradores de rua que cruzaram o meu caminho, seja nos encontros do movimento nacional, seja no trabalho de distribuição de quentinha, meu muito obrigada. Em especial gostaria de agradecer a Maria Lucia, coordenadora do Movimento Nacional da Bahia, que nos deixou recentemente tão precocemente. Sou muito grata por ter te conhecido pessoalmente e por ter te ouvido tantas vezes. Mulher guerreira, forte, exemplo para aqueles que buscam a igualdade e a justiça social. Meu muito obrigado!!!!

Barriguinhas de Fome.

Fervilha a Fome, Mãos estendidas, No vazio da falta, Praça cheia, Olhar desviado, Do olhar faminto, Que vagueia, Mendigando, No chão da praça, Entregue ao frio da noite, De barriga chorosa, Que ninguém acode, Nem demonstra compaixão, De olhar posto, No amanhã distante, E tão perto dos homens, De mil abastanças, Que vêm e revêm, O galopar da desgraça, E fingem... Fingem não ver, Olhares esburacados de miséria, Que clamam por migalhas, Pra fintarem o vazio das madrugadas, Que lhes coagem, barriguinhas, De fome eternizada, Pela indiferença, Dos homens.

Adelino Gomes - nhaca

RESUMO

NASSER, H. J. **O que comem os excluídos?** Os diferentes sentidos da comida oferecida para a população em situação de rua. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Esta pesquisa busca compreender, captar, a rede de sentidos que envolve a comida oferecida para a população em situação de rua. Este estudo está inscrito no campo científico da Alimentação e Nutrição. Como percurso teórico-metodológico, foi construído um estudo qualitativo, de cunho bibliográfico e documental a partir das etnografias, sites, cartilhas e reportagens, das instituições religiosas, ONG's, que distribuem comida para a população em situação de rua, bem como das pessoas que atuam no sistema de garantia de direitos, sobre a temática em tela. Para a análise dos dados foi utilizado a orientação teórica e metodológica do Interacionismo Simbólico. Os autores aos quais dialogamos são: Weber, Bourdieu, Guattari, Rolnik, Foucault e Agamben. Parte-se do pressuposto que a comida, diferente do alimento, carrega consigo os sentidos e os códigos simbólicos dos agentes envolvidos em determinada ação. Quando o sujeito come, incorpora os aspectos culturais daquilo que ingere. Os sentidos que a comida assume são produzidos a partir dos modelos de organização de uma dada sociedade e das relações de poder-saber ali estabelecidos. Considera-se população em situação de rua o grupo populacional que, não tendo moradia e, geralmente, não tendo emprego formal, usa a rua, abrigos e albergues como espaço de moradia permanente ou provisória. Ao longo do processo de pesquisa percebe-se que a comida assume diferentes sentidos. Observou-se que a comida é a necessidade básica que a população em situação de rua mais tem acesso e é um dos eixos centrais aos quais a rotina na rua se constrói. Ela define os trajetos construídos pelos moradores de rua na cidade e suas potenciais relações. A comida assume um caráter divino, devido aos atos sacros e ritos religiosos que envolvem o processo de preparo, cocção e distribuição da mesma. Observou-se também que a comida tem uma relação estreita com a noção de caridade e piedade, mas, de forma seletiva. As ações caritativas ainda transformam a comida em meio de salvação/aperfeiçoamento moral. A comida aqui assume um papel evangelizador. Algumas ações de distribuição de comida tem o mote do regate da dignidade da população de rua. Mas, na verdade, relaciona-se a determinadas concepções de ser humano que aqueles atores possuem. Essas ações têm como objetivo tornar os corpos da população em situação de rua dóceis e uteis ao trabalho, encaixando-o em subjetividades assujeitadas, adequadas as lógicas vigentes.

Palavras-chave: População em situação de rua. Alimentação. Nutrição. Comida. Sentidos. Práticas caritativas. Dignidade.

ABSTRACT

NASSER, H. J. **What do the excluded eat?** The different meanings of the food offered to the homeless people. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This research attempts to comprehend, capture, the meanings that involves the food offered to the homeless people. This study is enrolled in the scientific field of Food and Nutrition. As a theoretical-methodological course, a qualitative study was done, based on the bibliographical and documentary nature of the ethnographies, sites, booklets and reports of religious institutions, ONG's, that distribute food to the homeless people, as well as people who act on the system of rights assurance, on the given subject. For the data analysis, the theoretical and methodological orientation of the Symbolic Interactionism was used. The authors to whom we discuss are: Weber, Bourdieu, Guattari, Rolnik, Foucault and Agamben. It is assumed that food, beyond nourishment, carries with it the senses and symbolic codes of the agents involved in a given action. When the subject eats, he incorporates the cultural aspects of what he ingests. The senses that food assumes are produced from the organizational models of a given society and from the relations of power-knowledge established therein. The homeless is a populational group that, having no residence and generally no formal employment, uses the streets, and shelters as a permanent or temporary housing space. Throughout the research process one realizes that food assumes different meanings. It was observed that food is the basic need that the homeless has more access and is one of the central axes to which the routine in the street is constructed. It defines the paths built by the street dwellers in the city and their potential relationships. The food assumes a divine character, due to the sacred acts and religious rites that involve the process of preparation, cooking and distribution of the same. It was also observed that food has a close relation with the notion of charity and piety, but, selectively. Charitable actions still transform food into a means of salvation / moral perfection. The food here plays an evangelizing role. Some actions of food distribution have the motto of dribbling the dignity of the homeless people. But, in fact, it is related to certain conceptions of human being that those actors possess. These actions aim to make the bodies of the homeless people docile and useful to work, fitting it into subjectivities according to the current logic.

Ke-words: Homeless people. Food. Nutrition. Meanings. Charitable practices. Dignity.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CAISAN -	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
Censo SUAS -	Censo do Sistema Único de Assistência Social
CMA -	Cúpula Mundial sobre a Alimentação
CONGEMAS -	Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social
CONSEA -	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CREAS –	Centro de Referência Especializado da Assistência Social.
CRP-RJ -	Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro
DHAA -	Direito Humano à Alimentação Adequada
DPH –	Dignidade da Pessoa Humana
INSTITUTO	
PRO-AMOR –	Instituto Brasileiro de Proteção e Amparo aos Moradores Ocultos na Rua
LOSAN –	Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
MDS -	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNPR -	Movimento Nacional de População de Rua
ONU -	Organização das Nações Unidas
ONG –	Organização Não-Governamental.
PLANSAN -	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANSAN	
20016-2019 -	II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNSAN -	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SAN -	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN -	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SMASDH -	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
SMDS -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
RG -	ReffetoRio Gastromotiva

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartilhas de direitos humanos.	25
Figura 2 – Instituições Religiosas e Organizações Sociais.	28
Figura 3 – População em Situação de rua, de quem falamos?	38
Figura 4 – População de rua, os invisíveis.	41
Figura 5 – Alimentação e população de rua	66
Figura 6 – Projeto Cristolândia.....	72

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO INICIAL	12
	INTRODUÇÃO	14
1	OBJETIVO	19
1.1	Objetivo Geral:	19
1.2	Objetivos Específicos:	19
2	JUSTIFICATIVA	20
3	PERCURSO TEÓRICO – METODOLÓGICO.	23
3.1	Conceitos e Autores Principais.	29
4	A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.	38
4.1	Exclusão Social	41
4.2	Estigmas e População em Situação de Rua	52
5	O CAMPO DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO.	57
5.1	Alimentação enquanto direito.	60
6	ALIMENTAÇÃO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.	66
6.1	Redes de Sobrevivência	68
6.1.1	<u>Comida Ungida: Você tem fome de que?</u>	72
6.1.2	<u>Piedade e Caridade – A prática de distribuição de comida como salvação eterna e aperfeiçoamento moral.</u>	75
6.1.3	<u>Comida e Dignidade.</u>	84
6.2	As Cartilhas de Direito e a Busca por Cidadania.	90
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERÊNCIAS	96
	ANEXO A – Cartilha de Direitos do Cidadão em Situação de Rua: a população de rua tem fome. Fome de direitos.	104
	ANEXO B– Mensagem Obreiros das “Quentinhas” – Movimento Amor ao Próximo.	105
	ANEXO C – Movimento de amor ao Próximo – projetos de amor	106
	ANEXO D - Cristolândia.	107
	ANEXO E - Projeto MaTTador de Fome/ MuTTirão – TT Burguer – Reportagem Veja Rio e Imagem do Projeto.	108
	ANEXO F - Refetorio Gastromotiva – Site Facebook (missão)	109
	ANEXO G - Pastoral de Rua - Relatório 2014.	110
	ANEXO H – Pastoral do Povo da Rua – Arquidiocese São Sebastião.	113

ANEXO I - Pastoral de Rua Fotos– Site / Facebook.	115
ANEXO J – O Instituto Brasileiro de Proteção e Amparo aos Moradores Ocultos na Rua	116

APRESENTAÇÃO INICIAL

A presente dissertação tem como área de interesse o Campo Científico da Alimentação e Nutrição e a População em Situação de Rua. A ideia da construção de um estudo sobre os diferentes sentidos da comida oferecida para a população em situação de rua surgiu devido a minha inserção em três frentes de trabalho distintas: a minha atuação profissional enquanto Psicóloga; o Grupo Francisco de Assis, da Casa Espirita Cristã Maria de Nazaré, grupo este que há mais de 30 anos, distribui quentinhas para a população em situação de rua; o Fórum Permanente de População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro, ao qual atualmente sou coordenadora;

Ao transitar a noite nas ruas do centro da cidade, observa-se um grande número de instituições e organizações, religiosas ou não, distribuindo comida e roupas para as pessoas que se encontram em situação de rua e habitam aquele local. Na maioria das vezes o alimento ali distribuído é a única refeição que aquele sujeito fez naquele dia. É interessante notar que as diversas instituições que fazem esse tipo de trabalho lidam de forma diferente com a questão da alimentação: só oferecem a comida e não estabelecem nenhum contato com o assistido; oferecem a comida junto a serviços, em ações sociais; apenas dão a comida se esse participar de algum culto religioso ou oração na rua; oferecem a comida, juntamente com yoga e meditação; etc.

O trabalho desenvolvido no Grupo Francisco de Assis, carinhosamente chamado de “Grupo das Quentinhas”, permitiu-me tomar contato com essa realidade tão complexa, gerando assim inquietações que me levaram a buscar um maior conhecimento desta problemática. Desta forma, em 2013, me aproximei do Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro, como forma de esclarecimento destas inquietações.

O Fórum Permanente sobre População Adultas em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro é uma instância de debates e reflexão, para formulação, monitoramento e avaliação de políticas e ações voltadas à população em situação de rua e de defesa dos direitos desses. Desde 2000, por iniciativa de um grupo da sociedade civil incomodado com as ações políticas higienistas direcionadas para essa população, realiza estudos e pesquisas, debates públicos, capacitação dos profissionais envolvidos em programas de atendimento a esse público e sensibilização da sociedade para essa problemática. A inserção no Fórum, proporcionou-me o contato com outro aspecto do campo Alimentação e População em Situação de Rua, o aspecto da construção de política pública voltada para esse público e da forma como os diferentes

agentes públicos - Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Segurança Pública, etc.- responsáveis pela formulação, execução e monitoramento dessas políticas públicas lidam com essa temática.

Devido à atuação no Fórum, comecei a colaborar, em 2014, com o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) na Comissão Regional de Direitos Humanos, Psicologia e Políticas Públicas e Psicologia e Saúde, com esta temática. O CRP-RJ é uma autarquia federal de direito público que tem como objetivo orientar, fiscalizar e disciplinar a profissão do psicólogo (o), zelar pela fiel observância dos princípios éticos e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. Atuar como colaboradora do CRP-RJ me ajuda a problematizar a atuação da psicologia com a população de rua, os aspectos éticos que permeiam essa prática e qual sentido que os profissionais que atuam nos equipamentos com essa população, – não só o Psicólogo, mas também o Educador Social, Assistente Social, Nutricionista e demais áreas de atuação - atribuem para a questão da Alimentação.

A partir desta inserção observa-se que o Campo da Alimentação e Nutrição e População em Situação de Rua é um campo vasto que abarca, as redes assistenciais religiosas e as diferentes instituições e organizações da sociedade civil que fazem a distribuição de alimentos para a população em situação de rua; A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e as políticas específicas para a população em situação de rua; Os Agentes Públicos - Ministério Público , Defensoria Pública, a Secretaria Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro, Segurança Pública – que são responsáveis pela implementação, fiscalização e execução dessas Políticas; Os equipamentos da Política de Assistência Social e Saúde que materializam essas políticas e ações. A forma como cada um desses atores vê a situação de rua e entende esse processo, atribui sentido à comida oferecida à População em Situação de Rua, que se desdobra em mais sentidos e significados quando analisados de forma individual.

A discussão aqui proposta tem como questão norteadora: Quais são os sentidos e significados da comida distribuída para a população em situação de rua?

INTRODUÇÃO

O presente trabalho está inscrito no “Campo Científico da Alimentação e da Nutrição”, o qual estuda, entre outras coisas, as relações psicoafetivas e simbólicas dos alimentos e as relações sociais mediadas pela comida. Este campo científico define *Alimento* como uma substância que possui a função de carregar nutrientes. Já a *Comida*, alimento simbolizado, carrega consigo os sentidos e os códigos simbólicos dos agentes envolvidos em uma determinada ação (CARVALHO, M.; LUZ, M.; PRADO, S., 2011). Partiremos então de alguns pressupostos teóricos para a construção deste trabalho.

O primeiro pressuposto é de que a comida está na ordem da cultura, diferente do alimento que está na ordem da natureza, no plano biológico ou bioquímico. Segundo Contreras e Gracia (2011), quando comemos, incorporamos os aspectos culturais daquilo que ingerimos. Por estar na ordem da cultura, a comida assume diferentes significados e, se assume significado, o ato de se alimentar assume sentido. Comer é mais que um ato de sobrevivência, é um comportamento simbólico e cultural. (CONTRERAS, J.C.; GRACIA, M. 2011/ LIMA R. de S. 2015 / SILVA et al., 2010). Oferecer comida, da mesma forma, não é apenas um gesto humanitário, trata-se de uma ação que pode ter outras implicações.

O segundo pressuposto é que entendemos o “campo” científico da Alimentação e Nutrição no sentido atribuído por Pierre Bourdieu (1989). Para este autor, existe uma espécie de poder simbólico que organiza as práticas e discursos, cria formas de entendimento da realidade e dá sentido ao real. Trata-se de um poder invisível que é exercido com a cumplicidade dos sujeitos e tem como função social a criação de uma espécie de coesão, produzindo a integração e o consenso, reproduzindo a ordem social. O poder simbólico é, ao mesmo tempo, um modo de compreensão da realidade, um instrumento de conhecimento e um modo de reprodução da ordem social, cumprindo a função política de instrumento de legitimação da dominação e dominação de uma classe social sobre a outra, ou de um grupo social sobre outro (BOURDIEU, 1989).

Para Bourdieu (1989), um “campo” pode ser definido como uma rede, ou um conjunto de relações objetivas entre posições definidas a partir das diferentes posições que os atores (sujeitos, agentes ou instituições) ocupam numa determinada situação (atual ou potencial) na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital). A posse de tal capital proporciona uma posição hierárquica (dominação, subordinação, dependência, homologia etc.) em relação aos outros atores que participam do mesmo jogo. Esse poder hierárquico que é estruturado e ao mesmo tempo estrutura as ações e define as

relações no campo que, por sua vez, é dinâmico e mutável, refletindo a dinâmica das posições e das relações de poder próprias a cada campo (BOURDIEU, 1989).

Na acepção de Bourdieu (1989), a memória do campo é assimilada e repetida quase que automaticamente através do *habitus*, que é um sistema de disposições duradouras adquiridas pelo indivíduo durante o processo de socialização. Ele (o *habitus*) nos fornece os esquemas de percepção e apreciação, as estruturas cognitivas e avaliadoras, os modos de compreensão e reprodução do mundo social, de modo a organizar as condições objetivas de existência em princípios de ação, percepção e reflexão quase que inconscientes. No decorrer da pesquisa percebe-se que as formas de compreender e lidar com a oferta de comida para a população de rua está intimamente ligada ao modo como os atores sociais participam do jogo (definindo suas posições no campo) e percebem a própria ação (reproduzindo o *habitus* de classe), naturalizando os sentidos atribuídos à comida como se eles fossem espontâneos, e não frutos das relações sociais e das disposições e interesses desses mesmos atores sociais (BOURDIEU, 1989).

Um outro pressuposto teórico importante vem de Weber (2010) o qual afirma que toda ação possui um sentido. Para o autor, *Ação* é todo comportamento ou conduta humana (fazer externo ou interno, permissão ou omissão), dotada de um significado subjetivo por quem a executa e a orienta. Se essa ação é direcionada por um outro, essa ação é denominada de *Ação Social*. Para Weber (2010) a Sociologia é uma ciência que tem como objetivo compreender e interpretar a ação social, explicando-a casualmente no seu decurso e efeitos. Ao compreender uma ação social, captamos e interpretamos sua conexão de sentidos. Nesta perspectiva, o papel da sociologia não visa prescrever, mas descrever (compreender) a lógica do funcionamento social. Ela não tem a ação, mas o conhecimento como finalidade primeira, e fornece instrumentos de compreensão do mundo que permitem aos agentes sociais lutar contra todas as formas de dominação. Desvelando para os agentes sociais os mecanismos da dominação, ela lhes fornece também argumentos utilizáveis na ação política (WEBER, 2010).

Para compreender a forma como esses sentidos são produzidos nós recorreremos a Guattari e Rolnik (2013) e o referencial teórico da Esquizoanálise¹ e Análise Institucional². A partir desta perspectiva teórica, podemos deduzir que a maneira como o indivíduo percebe o mundo e se articula com o tecido urbano e com a ordem social ao qual está inserido, atribui sentidos as ações sociais. Segundo a Esquizoanálise e a Análise Institucional, a realidade é

¹ A Esquizoanálise é uma perspectiva teórica baseada nos estudos de Deleuze e Guattari.

² O Movimento Institucionalista é perspectiva teórica baseado nos estudos de Lapassade e Lourau. É um conjunto de Escolas que possuem em comum, a aspiração de deflagrar, apoiar e aperfeiçoar os processos auto-analíticos e autogestivos dos coletivos sociais.

formada por forças, instituições, lógicas, que segundo a forma e o grau de formação que assumem, adotem, podem se tornar, leis, normas, pautas, regularidade de comportamento. Essas lógicas regulam a atividade humana, produzindo não só os sentidos das ações humanas, mas também, de acordo com Guattari e a Rolnik, sujeitos, subjetividades. (BAREMBLIT, 1994/ GUATARRI.; ROLNIK, 2013).

Guattari e Rolnik (2013) definem *subjetividade*, como um fluxo contínuo de sensações, modos de existir, amar e comunicar, de imagens, sons, afetos, valores, etc. A ideia de subjetividade aqui se afasta da noção individualizante de subjetividade, relacionada a consciência individual do ser humano, sua noção de eu e sua essência. A subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social - ou seja, no entrecruzamento de instâncias sociais, técnicas, institucionais e individuais - por máquinas, instrumentos cuja operação conecta-se ao ato de forjar maneiras de ser, estar e viver. Essas máquinas produtoras de subjetividades variam em função ao modelo de organização de uma sociedade. (GUATARRI; ROLNIK, 2013).

Ainda sobre a produção de sujeitos, Foucault traz que as subjetividades são formadas a partir de relações de poder-saber que regem uma dada sociedade. Para o autor as relações de *poder-saber*³ são responsáveis por criar modos de existir no mundo. O sujeito nada mais é do que produto do conhecimento. A maneira de ser e estar em sociedade é construída num processo diretamente relacionado com os saberes próprios daquele contexto histórico-cultural que por sua vez respondem a relações de poder em curso. E a medida que conhecimentos são produzidos acerca de certos assuntos, juntamente com esses conhecimentos vão sendo gerados sujeitos, ações e até mesmo sensações (OKSALA, 2011).

É a partir destas perspectivas que se afirma que os sentidos subjetivos das ações são produzidos a partir desses modelos de organização de uma certa sociedade e das relações de poder-saber ali estabelecidas e que essas ações sociais também são produtoras de subjetividades/ sujeitos.

Estabelecendo um diálogo entre os conceitos apresentados, o ato de comer e a ação de distribuir comida e compartilhá-la, por ser uma ação social possui um significado e um sentido. Esse sentido é produzido socialmente a partir das lógicas que regem o modo de organização social e das relações de poder-saber ali estabelecidas. Quando comemos ingerimos também essas lógicas. Lógicas essas que produzem não só os sentidos, mas

³ Relação saber- poder será desenvolvida na redação final da dissertação.

também identidades individuais e coletivas, subjetividades e a forma como esses sujeitos estabelecem relações sociais.

As relações de poder-saber também atravessam os diferentes campos que dialogam nesta pesquisa, pois a carga simbólica presente na comida oferecida a população em situação de rua incorpora, ao mesmo tempo, saberes do campo da Psicologia Social (que é o meu lugar de fala), da Alimentação e Nutrição (com seus atravessamentos entre uma perspectiva social e/ou biomédica), um diálogo com as Ciências Sociais (na análise da relações sociais e dos interesses próprios a cada agente no campo), uma discussão filosófica e epistemológica (ao analisar os discursos e as relações de poder na perspectiva foucaultiana), e ainda, uma discussão que mistura ética, religiosidade e moral (na apropriação dos conceitos de humanidade e dignidade e os seus usos diferenciados). Isto sem contar com a perspectiva política ligada aos direitos humanos, ou seja, o objeto da pesquisa é interdisciplinar e o modo de conceber a dissertação também não poderia deixar de contemplar esta riqueza de percepções, sentidos e discursos. São muitos os atravessamentos e a dificuldade de delimitar qual método, abordagem ou referencial teórico mais adequado.

Para desenvolver o estudo proposto, no primeiro capítulo discorreremos sobre o percurso teórico-metodológico escolhido. Para compreendermos os diferentes sentidos da comida distribuída para a população em situação de rua faremos uma pesquisa bibliográfica e documental a partir: das etnografias; dos sites e folders das instituições religiosas ou não que fazem distribuição de alimento para a população em situação de rua; das cartilhas de direitos humanos produzidas, em âmbito estadual, que tratem da temática da população em situação de rua; os sites, folders e vídeos dos serviços assistências e de saúde voltados a população em situação de rua. Como forma de análise dos dados nos apoiaremos no referencial teórico e metodológico do Internacionalismo Simbólico. Neste capítulo ainda apresentaremos os principais conceitos e autores que serviram de pilar teórico para a construção do estudo proposto.

No capítulo 2 apresentaremos o conceito '*população em situação de rua*', bem como os dados nacionais e municipais (Rio de Janeiro) mais recentes sobre esse fenômeno social. Ainda no primeiro capítulo trabalharemos com mais dois conceitos relacionados à temática da população em situação de rua: '*exclusão social*' e '*estigma*'. Acreditamos que tanto a exclusão social (marca deste grupo populacional), quanto os estigmas atribuídos as pessoas que vivem parte de suas trajetórias de vida nas ruas, são importantes motivadores das ações direcionadas a esse grupo populacional.

Como esse trabalho está inscrito no campo científico da Alimentação e Nutrição, no terceiro capítulo faremos uma breve construção histórica do Campo Científico da Nutrição e Alimentação e dos conceitos relacionados a este campo, conceitos estes importantes para a discussão por nós desenvolvida nesta dissertação, como por exemplo o conceito de comida. Ainda no terceiro capítulo apresentaremos um outro lado do Campo da Alimentação e Nutrição, que é a Alimentação como Direito. Não temos como objetivo pensar o direito social a alimentação adequada e a soberania alimentar e a população em situação de rua, mas como essa temática faz parte do campo por nós estudado, traremos alguns de seus conceitos principais. Por fim, o quarto e último capítulo, apresentaremos os frutos das nossas reflexões a partir dos documentos coletados.

1 OBJETIVO

1.1 Objetivo Geral:

Compreender os sentidos da comida oferecida a população em situação de rua a partir dos discursos dos diferentes atores sociais que atuam no campo.

1.2 Objetivos Específicos:

Analisar os sentidos atribuídos pelas instituições e organizações, religiosas ou não, ao ato de distribuir o alimento a população de rua a partir de discursos e documentos públicos.

Analisar os sentidos atribuídos pela equipe técnica – psicólogos, assistentes sociais, educadores, etc, e pessoas que atuam no sistema de garantia de direitos, Defensoria Pública e Ministério Público, relacionados a temática em discussão a partir de documentos que são de domínio público;

2 JUSTIFICATIVA

Podemos definir População em Situação de Rua como grupo populacional heterogêneo, que possui os laços familiares e comunitários fragilizados ou rompidos e, por não ter moradia e na maioria dos casos, não ter emprego formal, utilizam a rua, albergues e abrigos como local de moradia de forma provisória ou permanente. Caracterizamos população em situação de rua como um fenômeno social complexo, que tem a exclusão social e econômica como principal fator de produção, reprodução e agravamento dessa situação (BOVE; FIGUEIREDO,2014).

Uma das principais marcas desse grupo populacional é a exclusão social. Definimos exclusão social como um fenômeno dinâmico com múltiplas dimensões (vulnerabilidade dos vínculos no mundo do trabalho, dimensão sociofamiliar, política e humana), que se caracteriza pela fragmentação dos laços entre os indivíduos, a sociedade e o Estado, intensa privação material e desqualificação deste enquanto humano e cidadão. A exclusão produz uma série de efeitos, tais como: sentimento de solidão e isolamento; ruptura dos vínculos familiares e comunitários; perda da noção de humanidade; sentimento de incapacidade de exercer direitos; estigmatização; violações de direitos humanos, entre outros (ESCOREL, 1999).

A partir da inserção no Fórum pop rua, observamos que a população em situação de rua tem seus direitos violados diariamente. Isso se materializa nas violências– que abarca desde a violência simbólica, traduzida na indiferença, até a violência real como nos casos de homicídio – bem como o não acesso a direitos sociais e as políticas públicas decorrente desses direitos, tais como: Política de Saúde, da Assistência Social, Trabalho e Renda, Habitação, Segurança Alimentar e Nutricional, entre outras.

Mais especificamente sobre a questão da Alimentação, foco do nosso trabalho, a população em situação de rua vive num estado de insegurança alimentar e nutricional pela falta de acesso a uma alimentação adequada diariamente. O direito à alimentação é um direito fundamental, incluído no rol dos direitos sociais a partir da Emenda Constitucional nº64/2010. Afirmar o direito à alimentação como um direito fundamental, direito humano, de acordo com a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional significa dizer que todos têm “o direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente” (2006, p.4). Quando isso não ocorre, dizemos que o sujeito vive um estado de Insegurança Alimentar e Nutricional.

Segundo Wolf (2015) e colaboradores, mesmo vivendo numa situação de insegurança alimentar e nutricional, o tema da alimentação e população em situação de rua é um tema ainda bastante negligenciado. Durante muito tempo as pesquisas científicas sobre a população de rua davam-se em torno da temática da assistência social, bem como a explicação deste fenômeno social a partir de etnografias. Na verdade, o entendimento era que a problemática da população em situação de rua, por estar ligada as questões relacionadas a pobreza extrema e falta de acesso a bens e serviços, era da Política de Assistência Social.

É a partir do crescimento dos movimentos sociais pela luta de direitos humanos desse grupo populacional e posteriormente com o advento da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua⁴ e da Política Nacional da População em Situação de Rua⁵, que há uma ampliação desse debate. A Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua foi instituída em maio de 2008. Na verdade, são diretrizes que visa orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento social. Essa política é fruto das reflexões e debates do Grupo de Trabalho Interministerial para Elaboração da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua composto pelo: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS) (BRASIL, 2008a).

A Política Nacional para a população em situação de rua, foi instituída em 23 de dezembro de 2009 pelo decreto presidencial nº 7053/09. A Política Nacional tem como princípios fundamentais: a igualdade, a equidade, o respeito à dignidade da pessoa humana, o direito à convivência familiar e comunitária, a valorização e respeito à vida e à cidadania, o atendimento humanizado e universalizado, o respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência. Um outro marco-legal importante que o decreto instituiu foi o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento das políticas para a população em situação de rua. O Comitê Intersetorial é o principal espaço nacional de controle social das ações e políticas voltadas para a população de rua. Compõe o Comitê: Secretaria Especial dos

⁴ Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf

⁵ Decreto 7053/09 – disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm

Direitos Humanos da Presidência da República; Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Justiça; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério das Cidades; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Esporte; Ministério da Cultura; e nove representantes da Sociedade Civil Organizada, sendo cinco do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (BRASIL, 2009).

Como consequência ao surgimento desses novos dispositivos entram em pauta a construção de ações e políticas intersetoriais como forma de assegurar o acesso pleno aos direitos garantidos aos demais cidadãos. A problemática da população em situação de rua (por se tratar de um problema estrutural de nossa sociedade) passa a ser de todas as políticas - saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda - e não só da política de assistência social.

Mesmo com esses avanços, na prática muito ainda precisa ser feito. A população em situação de rua, conforme dito anteriormente, vivencia inúmeros problemas, devido ao não acesso as políticas e serviços. De acordo com Garcia (2012), isso evidencia o abandono e a negligência do poder público a esse grupo populacional. É interessante notar que apesar de novos temas e debates surgirem nas discussões dentro e fora da academia, a temática da alimentação e população em situação de rua, não entra em pauta nem dos espaços de controle social, nem dos próprios movimentos sociais, nem das produções acadêmicas. Mas, apesar de não estar na pauta de discussão das políticas, a distribuição de comida é uma prática naturalizada.

Mais especificamente no que tange ao campo da Alimentação e Nutrição podemos observar, a partir da inserção no campo, que o estudo proposto é um estudo original, portanto introdutório. O campo da Nutrição, tradicionalmente, se ocupa da dimensão clínica, biomédica e bioquímica dos alimentos e não percebe o jogo simbólico em torno da comida. Mais do que oferecer nutrientes para esta população o que são oferecidos são signos, pois a comida que está sendo oferecida está repleta de códigos simbólicos, valores morais e interesses políticos. É preciso, portanto, compreender este jogo simbólico que utiliza uma simples quentinha como moeda e capital simbólico.

Pesquisar os sentidos da comida oferecida para a população em situação de rua então, nos proporcionará uma maior compreensão do Campo Alimentação e Nutrição para a População em situação de rua, suas políticas, bem como, o fenômeno social População em Situação de Rua e as violações ao Direito Humano à Alimentação, vivenciada por esse segmento populacional diariamente.

3 PERCURSO TEÓRICO – METODOLÓGICO.

Minayo (2001) define metodologia de pesquisa como o caminho de pensamento percorrido no decorrer de um dado estudo, bem como a prática exercida para a apreensão da realidade proposta. Definir então a metodologia de pesquisa ao qual será empregada, significa apontar as concepções teóricas da abordagem escolhida e o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade ao qual será analisada (MINAYO, 2001).

Por se tratar de um estudo que objetiva compreender os diferentes sentidos atribuídos à comida dada à população em situação de rua, ou seja, compreender o contexto social e os jogos de força presentes no campo por nós estudado, bem como as subjetividades produzidas a partir das forças presentes no campo, faremos um estudo de cunho qualitativo. A pesquisa qualitativa tem como finalidade compreender a realidade humana vivida socialmente. Ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes de um dado grupo social (id). Segundo Richardson (1999) os estudos que se utilizam do método qualitativo possibilitam: a descrição da complexidade de determinado problema de pesquisa; a análise da interação de certas variáveis; a compreensão e classificação dos processos dinâmicos vividos por grupos sociais em maior nível de profundidade; o entendimento das particularidades e motivações dos comportamentos dos indivíduos (RICHARDSON, 1999).

Becker (1994), utilizando-se da imagem do mosaico, explica como podemos compreender a contexto social de uma dada sociedade ou grupo social, bem como as relações sociais ali estabelecidas, a partir dos diferentes fragmentos de realidade que serão coletados ao longo do processo de pesquisa. Ele afirma que cada peça acrescentada num mosaico contribui para a compreensão do quadro como um todo e, quando muitas peças já foram adicionadas, podemos identificar e analisar os objetos e as pessoas que estão no quadro, bem como suas relações. Diferentes fragmentos contribuem de forma diferenciada para a construção deste mosaico da realidade (BECKER, 1994, p. 104).

Os métodos de pesquisa que foram utilizado neste estudo e que nos ajudará na construção do mosaico da realidade social tal qual nos propomos a estudar será o da Pesquisa Bibliográfica e Documental. Segundo Lima e Miotto (2007) podemos caracterizar a pesquisa bibliográfica como um conjunto ordenado de procedimentos e busca por soluções, que se utiliza de livros, periódicos, teses, dissertação sobre a temática estudada. A escolha por esse método da pesquisa bibliográfica se dá pois esta possibilita um amplo alcance de informações além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando assim

na construção e definição do quadro teórico que envolve o objeto proposto (LIMA; MIOTO, 2007).

Sobre o percurso bibliográfico por nós escolhido, para a temática da população em situação de rua, duas etnografias nos ajudaram a compreensão deste fenômeno: Sarah Escorel e Simone M. Frangella. A escolha se deu por serem estudos recentes (feitos nas duas últimas décadas) e clássicos sobre a temática em tela. Sobre a discussão da exclusão social e do estigma da população em situação nós recorremos as teorias e estudos de Bauman, Marx, Castel, Weber, Goffman, Becker, Da Matta, Arendt, Agamben, entre outros.

Em relação a discussão do Campo da Alimentação e Nutrição, e a construção da Alimentação como direito dialogamos com: Contreras e Garcia, Poulain, Montanari, bem como os estudos de: Prado, Carvalho, Luz, Bozi, entre outros. Recorremos também para as legislações e normativas referentes aos Direito Humano à Alimentação Adequada e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Como autores norteadores da nossa análise temos: Weber, Guattari, Rolnik, Foucault, Bourdieu e Agamben.

A Pesquisa Documental é um método de pesquisa que se utiliza de técnicas para a apreensão, compreensão e análise dos mais variados tipos de documentos. Definimos documento como qualquer fonte de pesquisa escrita e não escrita, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias, pôster, sites de internet, etc., ou seja, “fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.5).

A coleta de dados se baseou na localização e análise dos documentos pertinentes e relevantes ao estudo. A análise documental preliminar e crítica se faz necessária pois os objetos de estudos inscritos no campo das Ciências Sociais e Humanas são objetos que possuem o que Minayo (2001) define como consciência histórica. Segundo a autora isto significa que “as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas” (p.14). Essa consciência histórica influencia não só na construção do campo que será estudado e as relações ali estabelecidas (jogos de forças e subjetividades produzidas), bem como na produção do próprio documento.

A avaliação preliminar e crítica dos documentos levou em conta, tal qual proposto por Cellard (2008), o contexto social, político, econômico e cultural ao qual o documento foi produzido; os autores ou autor do texto, que são os atores sociais desta pesquisa; e os conceitos-chaves e a lógica interna do texto.

Os documentos selecionados, que serviram de base para a extração dos discursos por nós estudados, são: As Cartilhas de Direitos Humanos, produzidas no Estado do Rio de Janeiro, que tratam do direito à alimentação e população de rua; os sites das organizações das sociedades civis, das entidades religiosas que fazem o trabalho de distribuição do alimento, dos equipamentos e serviços das Políticas de Saúde e de Assistência Social, que prestam serviço para esse grupo populacional; as reportagens de jornais e revistas sobre a temática; Materiais públicos de eventos relacionado a temática.

Sobre as cartilhas de Direitos Humanos, ao todo, selecionamos três, conforme demonstrada na figura 1.1: Cartilha de Direitos do Cidadão em Situação de Rua⁶, produzida em 2013, pela Comissão Especial de População em Situação de Rua da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em parceria com o Fórum Permanente de Pessoas Adultas em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro, Defensoria Pública do Estado e o Ministério Público do Estado; A segunda intitulada “Tutela da População em Situação de Rua”⁷ produzida em 2015, pelo Centro Operacional de Tutela Coletiva do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; e A terceira intitulada “Cartilha de Direitos do Cidadão em Situação de Rua”⁸, produzida em 2016, pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Tanto a cartilha do Fórum de população de rua, quanto a cartilha da Defensoria Pública, são cartilhas voltadas para a população em situação de rua. Já a Cartilha do Ministério Público é uma cartilha direcionada aos promotores de justiça que visa apresentar a essas as diretrizes e as políticas específicas para a população em situação de rua.

Figura 1 – Cartilhas de direitos humanos.



⁶ Anexo A

⁷ Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/25421/cartilha_tutela_populacao_situacao_rua_para_grafica_2.pdf

⁸ Disponível em:

<http://www.cddh.org.br/assets/docs/Cartilha%20de%20Direitos%20Humanos%20do%20Cidad%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf>

Em relação as pesquisas em internet, essa tem sido uma importante ferramenta para as pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais, visto a riqueza de informações e registros sobre a vida social disponibilizados on-line. As pesquisas em internet podem ser: objeto de pesquisa, ou seja, aquilo que se estuda; o local de pesquisa, ambiente onde a pesquisa é realizada; e instrumento de pesquisa, isto é, ferramenta de coleta de dados sobre o tema que será estudado. Em nosso estudo, a internet será utilizada como ferramenta de coletas de dados dos sites das instituições e organizações, religiosas ou não, que fazem a o trabalho de distribuição de comida para a população em situação de rua, os sites e blogs dos equipamentos direcionados para a população em situação de rua, bem como as reportagens, anais de eventos e vídeos publicitados relacionados a temática (FRAGOSO; RECURESO; AMARAL, 2013).

Alguns aspectos éticos precisam ser observados, principalmente ao que tange o uso e análise de dados disponíveis on-line. Os dados que são considerados públicos são aqueles que estão abertos e disponíveis para o público em geral. Os dados semipúblicos são aqueles que requerem cadastro ou participação. Os dados semiprivados são aqueles que demandam convite ou aceitação. E por fim, os dados privados são aqueles que requerem autorização direta. De acordo com Fragoso e parceiros (2013), as publicações em sistema aberto/público, e semipúblico, podem ser trabalhados e divulgados sem a autorização das pessoas que originaram aquela publicação, ou às quais as mesmas dizem respeito. Por conta disso utilizaremos os dados públicos, relacionados a temática (id).

Sobre a construção da amostragem da pesquisa, utilizando dados da internet, é fundamental atentar para o fato de que a internet, por ter uma escala muito grande, heterogênea e dinâmica é um universo muito difícil de se recortar. Então faz-se necessário atentar para as características do universo problematizado, bem como comparar os critérios da construção da pesquisa, o problema e os objetivos que serão pesquisados. Então as particularidades temáticas da investigação, os objetivos e as condições de elaboração da pesquisa precisam ser levadas em conta no processo de construção da amostra (id).

Mais especificamente sobre o tipo amostra em pesquisa na Internet, ela pode ser: Probabilística /Estatística ou Intencionais. As amostras probabilísticas ou estatísticas são as amostras que pretendem ser o modelo reduzido do universo que se almeja estudar. São utilizados em estudos quantitativos. Como subtipos desse tipo de amostra temos, as amostras aleatórias simples, aleatórias sistemáticas e as estratificadas. As amostras intencionais são relacionadas aos estudos qualitativos, cujo os elementos são selecionados de acordo com o problema/objeto de pesquisa estudado. Como subtipos temos: Casos Extremos, Casos típicos, por critério, teórico ou conceitual, comprobatório, contraditório, por conveniência, por

intensidade, etc. Em estudos qualitativos-quantitativos, admite-se a construção de uma amostra de tipo probabilístico ou intencional (id).

No estudo proposto, por se tratar de um estudo qualitativo, a amostra será do tipo intencional, ou seja, selecionada a partir do objeto de pesquisa. Como subtipo teremos o Teórico ou Conceitual e o por critério. No subtipo teórico ou conceitual, a seleção da amostragem é dirigida por construções teóricas relevantes ao problema de pesquisa. Dentro desse subtipo iremos pesquisar as bibliografias e legislações relativas ao tema. No subtipo por critério serão selecionados os documentos que apresentam características ou critérios pré-definidos. Como critérios previamente definidos temos: sites, vídeos, de instituições religiosas e organização de sociedade civis, previamente conhecidos; sites, vídeos, de instituições religiosas e organizações de sociedades civis, bem como de equipamentos que prestam serviço a esse grupo populacional proveniente de sites públicos de busca on-line. As palavras chaves utilizadas pela busca serão: Alimentação e População em situação de Rua; Comida e População em situação de rua (id).

O nosso ponto de partida para a busca e escolha dos documentos das instituições por nós pesquisados se deu partir da nossa inserção no campo da população em situação de rua. Nós buscamos os documentos públicos das instituições e equipamentos, previamente conhecidos, que participam das reuniões do Fórum de população de rua, bem como das reuniões, eventos e ações sociais promovidos pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e Conselho Regional de Psicologia sobre a temática. Destas instituições nós pré-selecionamos 15 instituições religiosas e filantrópicas, ONG's que, nos últimos 5 anos, promoveram ações de distribuição de comida a população em situação de rua, ou que publicaram na internet algo referente a temática. Essas instituições foram pré-selecionadas pois eram as que tinham documentos públicos. Os equipamentos que fazem trabalho junto a população em situação de rua, não documentam publicamente na internet suas ações. Das 15 instituições, elegemos 7 para proferir nossa análise. A escolha se deu pois essas apresentavam todos os elementos necessários para o estudo em tela. Segundo Minayo (2001), a boa amostra é aquele que possibilita abranger a totalidade do problema investigado, em suas múltiplas intenções. A pesquisa qualitativa não se baseia em critérios numéricos para a garantia da sua representatividade e, como os discursos das instituições começaram a se repetir, escolhemos as 7 que apresentavam os elementos necessários para a pesquisa (MINAYO, 2007).

Para análise dos dados nos apoiaremos na orientação teórica e metodológica da do Interacionismo Simbólico. O Interacionismo Simbólico é uma escola de pensamento sociológico cuja teoria se traduz na micro-análise das interações, ações e reações entre os

indivíduos em dada realidade. Foca a atenção para os sentidos que as coisas têm para o indivíduo, ressaltando que esse sentido surge do processo de interação entre as pessoas. A sociedade, dentro desta perspectiva, é concebida como um processo onde o indivíduo mantém constante e estreita inter-relação. Tem como pressuposto básico que a ação dos indivíduos se baseiam nos significados representativos de suas interações sociais (GODOY, 1995/ SILVA, 2012).

O Interacionismo Simbólico faz parte de um grupo de metodologias de pesquisa da Sociologia Compreensiva denominado de Etnometodologia. A Etnometodologia tem como objetivo desvelar as significações que os indivíduos atribuem as situações mais rotineiras do cotidiano, as quais passam despercebidas pelo maior grupo de pessoas. A Etnometodologia visa “compreender o modo como as pessoas percebem, explicam e descrevem a ordem no mundo em que habitam” (BECKER 1994: 139-146 apud SILVA, 2013).

Por fim, os atores e sujeitos estudados neste contexto são:

- As diferentes instituições Religiosas e Organizações da Sociedade Civil que fazem a distribuição de alimentos para a população em situação de rua. As instituições levantadas são: Movimento de Amor ao Próximo, Grupo Francisco de Assis da Casa Espirita Cristã Maria de Nazaré, Pastoral de Rua, Cristolândia, Refetorio Gastromotiva®, Instituto Brasileiro de Proteção e Amparo aos Moradores Ocultos na Rua (PRO-Amor), Muttirão. Alguns documentos estão exemplificados no Anexo B ao J;

Figura 2 – Instituições Religiosas e Organizações Sociais.



- Os Agentes Públicos - Ministério Público, Defensoria Pública, a Secretaria Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro e Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, etc – que são responsáveis pela implementação, fiscalização e execução dessas Políticas;

- Os diferentes profissionais – psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais, entre outros - que atuam diretamente com essa população nos equipamentos assistenciais, tais como: Consultório na Rua, Centro POP, Centro de Referência Especializados, CAPS, etc.

3.1 Conceitos e Autores Principais.

Nesta sessão iremos apontar alguns autores e pressupostos que são o arcabouço teórico do estudo proposto. O primeiro autor que iremos apresentar será Weber e os conceitos de: Ação; Ação Social; Relação Social; Compreensão; Interpretação.

Weber define Ação como todo comportamento ou conduta humana (fazer externo ou interno, permissão ou omissão). Se essa ação é orientada por um outro, essa ação é uma ação social. Segundo o autor, esse “outro” pode ser individualizado ou conhecido, uma pluralidade de indivíduos indeterminados ou desconhecidos. Toda ação é dotada de um sentido, e quem dá esse sentido é quem a executa. Weber afirma que o sentido é subjetivamente planejado, construído socialmente em uma dada realidade histórica. Se a ação tem sentido o ato em si possui um significado. (WEBER, 2004 / 2010).

A ação social, como as demais ações podem ser: racional com relações a fins; racional com relação a valores; afetiva; tradicional. A ação racional com relações a fins é determinada por expectativas em relação a objetos e a outros indivíduos. O indivíduo orienta a sua ação conforme o fim visado e para tal avalia racionalmente os meios e consequências para chegar a esse fim. A ação racional com relação a valores, é determinada pelas crenças e valores que são éticos, estéticos, religiosos e etc. Neste caso o agente social move sua ação, também racionalmente planejada, mas não em relação aos fins e consequências da ação, e sim em relação a suas convicções sobre dever, dignidade, beleza, sabedoria religiosa, etc. Neste caso o indivíduo age de acordo com exigências que esse acredita ser direcionada a ele. A ação afetiva, é emotiva e determinada por afetos e sentimentos atuais. Por fim a ação tradicional é determinada por um costume arraigado. É importante salientar que a ação social raramente está representada apenas por uma de suas modalidades (WEBER, 2004).

Definimos Relação Social como conduta de dois ou mais agentes, orientada por uma reciprocidade de acordo com o seu conteúdo significativo. Ela consiste na probabilidade de que o indivíduo agirá socialmente de acordo com a forma indicável, ou seja, consiste na forma que a conduta social, de caráter recíproco, tenha existido, exista ou venha a existir. Como exemplo de seu conteúdo temos: conflito, inimizade, amizade, piedade, troca de mercado, etc. Os conteúdos significativos das relações sociais podem ser: variáveis ou permanentes (formulados nas formas de máximas que regem nossas condutas e expectativas); ter caráter transitório ou recorrentes; e ser pactuado em declarações recíprocas, ou seja, por promessa quanto a conduta futura (WEBER, 2004).

Por fim, para Weber, a Sociologia é uma ciência que tem como objetivo compreender e interpretar a ação social, explicando-a casualmente no seu decurso e efeitos. Quando compreendemos uma ação social nós captamos, apreendemos e interpretamos sua conexão de sentidos e seus significados, seja o sentido pretendido, visado, intentado, seja o sentido explicado (por quem executa a ação). Diferente da compreensão, a interpretação busca a descoberta de uma evidência, ela é sempre uma hipótese causal. No estudo proposto iremos tentar compreender, ou seja, captar a rede de sentidos presente nas ações de distribuição de comida para a população em situação de rua. (WEBER, 2010).

Para compreender de que forma as lógicas, que formam a realidade em uma dada sociedade, produzem os sentidos atribuídos as ações e as subjetividades presentes no campo estudado nós recorreremos ao conceito de produção de subjetividade de Guattari e Rolnik e o conceito de processos de subjetivação do Foucault.

Antes de entrarmos no conceito de subjetividade propriamente dito, daremos um passo atrás e explicaremos como que a Esquizoanálise entende a forma como a realidade está constituída. A Esquizoanálise é uma perspectiva teórica baseada nos estudos de Deleuze e Guattari. Esta perspectiva teórica compreende que a realidade é formada por dois planos, linhas, o plano de forma e forças. Deleuze nos traz que o Plano das Formas corresponde ao plano da organização da realidade, ao que está dado e estabilizado, instituído. Escossia e Tedesco (2015) afirmam que “as formas do mundo constituem-se naquilo que o pensamento da representação reconhece como objetos do conhecimento, com suas regularidades apreensíveis por leis, pelo cálculo probabilístico das ciências” (p. 94). O Plano das Forças corresponde ao plano do movimento e do processo, do poder instituinte. As formas são as configurações que as forças assumem em um dado momento (ESCOSSIA; TEDESCO, 2015).

Os conceitos Instituído e Instituinte, supracitados, vem de um movimento, um conjunto de escolas, que Guattari e Deleuze fazem parte, chamado de Institucionalismo. O Institucionalismo entende a realidade como uma rede, um tecido de instituições. As instituições são lógicas, que segundo a forma e o grau de formação que assumem, adotem, podem ser tornar, leis, normas, pautas, regularidade de comportamento que regulam a atividade humana. Sobre isso Baremlitt (1994) nos diz: “[...] uma sociedade não é mais que isso: um tecido de instituições que se interpenetram a se articularem entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana sobre a terra e relação entre os homens” (p. 29).

A Instituição se distingue em duas vertentes a do instituído e a do instituinte. Entende-se por instituinte as forças que transformam as instituições ou que tendem a fundá-las (quando ainda não existem), “são forças produtivas de códigos institucionais” (BAREMBLITT, 1994,

p.32). Já a vertente do instituído é definida como produto do processo de criação de instituições, um efeito da atividade instituinte.

Voltando ao conceito de subjetividade⁹, Guattari e Rolnik a definem como um fluxo contínuo de sensações, modos de existir, amar e comunicar, de imagens, sons, afetos, valores, etc. A ideia de subjetividade aqui se afasta da noção individualizante de sujeito, relacionada a consciência individual do ser humano, sua noção de eu e sua essência. Como a subjetividade não está relacionada a noção de essência, os autores argumentam que ela é fabricada socialmente a partir dos agenciamentos coletivos de enunciação, ou seja, a forma como se estabelece a conexão entre as forças e as formas por elas produzidas em um dado campo, realidade (GUATTARI; ROLNIK, 2013).

Para Guattari e Rolnik a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social - ou seja, no entrecruzamento de instâncias sociais, técnicas, institucionais e individuais – a partir de máquinas, instrumentos, cuja operação conecta-se ao ato de forjar maneiras de ser, estar e viver. Essas máquinas produzem a forma como o homem se relaciona com o mundo e consigo mesmo, ou seja, com a maneira que o indivíduo “[...] percebe o mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, e com a ordem social suporte dessas forças produtivas” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 34). Essas máquinas produtoras de subjetividade variam em função ao modelo de organização de uma sociedade. Como exemplo podemos citar o processo de produção de subjetividade a partir da organização capitalística. Para Guattari e Rolnik os processos de produção de subjetividade capitalística operam segundo forças, lógicas, serializantes e individualizantes, e que atendem entre outras funções, as funções de: culpabilização, segregação e infantilização (id).

As subjetividades produzidas pelos processos de produção de subjetividade que seguem lógicas normatizadoras, tais como no modelo capitalístico, são chamadas por Baremlitt (1994) de subjetividade assujeitada. A subjetividade assujeitada surge quando há predominância de “reprodução de um sujeito do desejo assujeitado aos interesses dominantes, [...] sujeito mais ou menos universal e eterno” (BAREMLITT, 1994, p.50). Segundo Guattari e Rolnik (2013), o que se encontra em operação nesse momento é o que eles chamam de esquadramento de subjetividades, que nada mais é do que a afirmação da necessidade de encaixe das subjetividades em maneiras pré-existentes de ser. Os movimentos que esquadram bloqueiam os processos de singularização, os devires, a produção de subjetivação livre “não assujeitada, primigênica, produtiva, revolucionária, em que o desejo se

⁹ Guattari e Rolnik preferem se utilizar do termo subjetividade ao invés do termo sujeito, para ressaltar o caráter dinâmico do conceito que eles querem imprimir.

realiza em conexões locais, micro e se efetua gerando o novo” (BAREMBLITT, 1994, p. 51). Podemos observar que duas lógicas principais regem os processos de produção de subjetividade, as lógicas normatizadoras, maquínicas, que esquadriam a subjetividade na tentativa de adequá-las a subjetividades existentes; e lógicas singularizantes, que produzem subjetividades a partir dos processos criativos de produção (BAREMBLITT, 1994/ GUATTARI; ROLNIK, 2013).

Ainda acerca da temática da subjetividade, Foucault traz outras contribuições importantes que embasam esta pesquisa. Segundo esse autor, subjetividades são formadas a partir de relações de poder-saber, que regem uma dada sociedade. Foucault dá o nome de processos de subjetivação ou modos de subjetivação, o processo pelo qual se constitui sujeitos, subjetividades (FOUCAULT, 2009/ OKSALA, 2011).

Definimos *Saber*, dentro de uma perspectiva foucaultiana, como conjunto formado a partir do sistema de positividade e manifestado numa formação discursiva. O Saber é diferente do conhecimento, esse último corresponde a construção de discursos sobre objetos, independente do sujeito que os apreende. O saber é um conjunto de elementos (objetos, tipos de formulação, conceitos e escolhas teóricas) formado a partir de uma única e mesma positividade, no campo de uma formação discursiva. Em sua genealogia, Foucault busca reconstruir a forma como o saber resulta tanto numa relação com os objetos de conhecimento (processo de objetivação), quanto aos processos de subjetivação, ou seja, produção de sujeitos (CASTRO, 2016/ REVEL, 2011).

Já em relação ao conceito de *Poder*, Foucault (1989) se opõe a uma concepção do poder como um conjunto de forças materiais que se concentra no centro de uma dada sociedade. Ou seja, como um poder de submissão maciço e homogêneo de um indivíduo, classes, grupos, sobre outros, que pode ser dividido entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que são submetidos a ele, tal qual descrito no poder-soberano (uma das formas de se exercer o poder). Foucault (1989) teoriza sobre o poder que é circulante, que funciona em cadeia, ou seja, funciona e se exerce em rede. Na sua teia, os indivíduos circulam podendo num determinado momento exercer o poder e no outro sofrer a sua ação (FOUCAULT, 1989). Foucault (1988) discute em suas obras sobre o poder como um conjunto de relação, “relações de poder”. Sobre isso nos diz:

[...] o poder não é algo que se adquire, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis; as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações – processos econômicos, relações de conhecimento, relações sexuais -, mas lhe são imanentes a estes; elas

são os efeitos imediatos das divisões, desigualdades e desequilíbrios que ocorrem nestes outros tipos e, inversamente, são as condições internas dessas diferenciações; as relações de poder, não estão em posição superestruturais, tendo meramente um papel de proibição ou acompanhamento; elas têm um papel produtivo, onde quer que entre em ação; o poder vem de baixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social [...]; as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas. Se, de fato, são intelegíveis, não é porque sejam efeito, em termos de causalidade, mas porque atravessadas de fora a fora por um cálculo: não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos. Mas isso não quer dizer que resulte da escolha ou da decisão de um sujeito, individualmente [...] (FOUCAULT, 1988, p. 104-105).

Voltando aos processos de subjetivação, a maneira de ser e estar em sociedade é construída num processo diretamente relacionado com os saberes próprios daquele contexto histórico-cultural que por sua vez respondem por relações de poder em curso. E à medida que conhecimentos são produzidos acerca de certos assuntos, juntamente com esses conhecimentos vão sendo gerados sujeitos, ações e até mesmo sensações (OKSALA, 2011).

Guatarri, Rolnik e Foucault, nos ajudarão a pensar como os sistemas de organização do campo estudado e as relações de poder-saber ali estabelecidas, produzem sujeitos, subjetividades, presentes naquele campo. Esses conceitos são importantes para pensarmos como se produzem as percepções de mundo nos atores que compõe o campo de estudo, e, de que forma essas percepções dão significado ao objeto de estudo da pesquisa.

Outro conceito de Foucault importante para esse estudo é o conceito de Governamentalidade. Foucault utiliza o termo governamentalidade para se referir ao estudo da maneira de se governar. Foucault traz duas ideias principais para a noção de governamentalidade. A primeira está relacionada a governamentalidade política, que é formada por racionalidades, instrumentos técnicos (dispositivos de segurança, tecnologia político-militar e poder de polícia) e formas de instrumentalização do Estado para o governo dos corpos. A segunda noção de governamentalidade refere-se ao encontro das técnicas de dominação e controle e o governo de si. Dentro desta perspectiva o poder emana através do Estado, tal qual escrita na governamentalidade política, mas se espalha, dissemina, pela vida social, criando mecanismos de regulamentação da população. É sobre essa passagem da governamentalidade política à governamentalidade e como isso está organizado na sociedade moderna que iremos discorrer a seguir. (CASTRO, 2016/ REVEL, 2011).

Para tal, iniciaremos pela primeira tecnologia de poder descrita pelo Foucault (2002/2008), o Poder Soberano/ Sociedade da Soberania. A teoria clássica da soberania tem como um dos seus atributos fundamentais o direito de vida ou morte, ou seja, o direito de fazer morrer ou deixar viver. Esse poder era representado pela espada (gládio). O exercício de

poder aqui, girava em torno do Rei ou príncipe, o soberano, sobre seus súditos. Todo crime era percebido como ataque à própria pessoa do soberano. O castigo era sempre mais brutal que o crime e servia como exemplo a não ser seguido aos demais. O ápice do exercício do poder soberano se dava no suplicio, ou seja, castigos físicos sobre o corpo do condenado (FOUCAULT, 2002/ 2008). Sobre o direito de vida e morte no poder soberano Foucault (2002) nos diz:

[...] em relação ao poder, o súdito não é de pleno direito, nem vivo, nem morto. Ele é do ponto de vista da morte, neutro, e é simplesmente por causa do soberano que o súdito tem o direito de estar vivo ou tem direito, eventualmente, de estar morto. Em todo caso a vida e a morte dos súditos só se tornam direito sobre a vontade do soberano (2002 p. 202).

A partir do século XV / XVI, com a reorganização do poder judiciário Europeu, constitui-se uma nova tecnologia de poder, o poder disciplinar/Sociedade Disciplinar. O principal dispositivo desta tecnologia de poder é a disciplina. O poder disciplinar tem como objetivo tornar os corpos dóceis e úteis para o trabalho. As disciplinas são um conjunto de procedimentos, técnicas, estratégias, que tornam o corpo como alvo de seu exercício da sua política de correção. Surgem as prisões e a figura do panóptico (o olho que tudo vê) ou panopticismo¹⁰ como forma de exercício disciplinar com o objetivo de controlar, separar para corrigir os comportamentos possíveis (FOUCAULT, 2008).

A partir do Séc. XIX surge uma nova tecnologia de poder, tecnologia essa que não exclui e nem suprime nenhuma das duas primeiras, nem suas técnicas, mas a integra e a modifica. O desenvolvimento do capitalismo, o ritmo acelerado da industrialização e a consequente explosão populacional nos centros urbanos, precisa de uma nova forma de poder de controle social para reger essa nova forma de organização social. Com o nome de Biopolítica, ela se dirige não ao homem corpo, e sim ao homem ser vivo, ou seja, a massa global, a população, com o foco de “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2002, p. 202). A Biopolítica é um conjunto de processos que lidam com as práticas regulatórias dos fenômenos que são coletivos. Entram em foco novos saberes, tais como o saber biomédicos. Resumindo, o poder disciplinar está relacionado a acomodação de mecanismos de poder sobre os corpos individuais, como a vigilância e o treinamento, dentro de um conjunto de técnicas chamada de disciplina. Já a Biopolítica está relacionada ao conjunto de processos que

¹⁰ A partir de uma vigilância individual e contínua, o panoptismo, opera simultaneamente controle, punição e correção fiscalizando e dominando as dimensões temporal e corpórea dos indivíduos. O mecanismo por meio do qual se opera a relação de poder instituída pelo panoptismo é tal que independe da presença de um vigia para funcionar, ou seja, a incerteza quanto a existência de um observador é suficiente para que o poder se exerça continuamente. Por se tratar de uma lógica, não está restrito aos estabelecimentos prisionais, podendo ser observado em escolas, quartéis, fábricas, entre outros. (FOUCAULT, 2008).

produzem mecanismos regulatórios. O corpo precisa ser disciplinado e a população precisa ser regulada. Dá-se o nome de Biopoder a junção do poder disciplinar e da Biopolítica (FOUCAULT, 2002).

É importante ressaltar que os mecanismos da Biopolítica são muito mais sutis que os mecanismos de poder do poder disciplinar, onde as práticas regulatórias são internalizadas por cada sujeito, no que Foucault chama de governo de si, ou técnicas de cuidado de si. A população, a sociedade, não precisa de um objeto concreto, tal qual o panóptico, que lembre o que devemos ou não fazer. É a partir da internalização das normas, leis, saberes, controles das estratégias, que em liberdade, nos relacionamos com os outros e consigo mesmo. É dentro desta perspectiva que Foucault afirma que podemos analisar as técnicas de governos dos outros, ao analisar as técnicas de governo de si (REVEL, 2011). Partindo então desta perspectiva, nossa proposta é analisar como as tecnologias de poder e as formas de governamentalidade estão presentes nas ações direcionadas à população em situação de rua, nessa tentativa de transforma-los em corpos dóceis e uteis para o trabalho, ou nas ações que os “façam” viver ou os “deixam” morrer.

Por fim iremos citar mais dois autores que nos ajudaram também na argumentação proposta: Bourdieu e Agambem. De Bourdieu utilizaremos o conceito de disputas do campo e capital simbólico. Para este autor, existe uma espécie de poder simbólico que organiza as práticas e discursos, cria formas de entendimento da realidade e dá sentido ao real. É um poder invisível exercido com a cumplicidade dos sujeitos e tem como função social a criação de uma espécie de coesão, produzindo a integração e o consenso, reproduzindo a ordem social. Ele é, ao mesmo tempo, uma forma de compreensão da realidade, um instrumento de conhecimento e um modo de reprodução da ordem social (BOURDIEU, 1989).

Bourdieu (1989) define *Campo* como uma rede, ou um conjunto de relações objetivas entre posições definidas a partir das diferentes posições que os atores (sujeitos, agentes ou instituições) ocupam numa determinada situação (atual ou potencial) na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital). A posse de tal capital proporciona uma posição hierárquica (dominação, subordinação, dependência, homologia etc.) em relação aos outros atores que participam do mesmo jogo. Esse poder hierárquico que é estruturado e ao mesmo tempo estrutura as ações e define as relações no campo que, por sua vez, é dinâmico e mutável, refletindo a dinâmica das posições e das relações de poder próprias a cada campo (BOURDIEU, 1989).

Dentro do campo desenrolam conflitos pela detenção do poder simbólico, que produz e confirma significados. Os elementos vitoriosos decorrentes destes conflitos formam códigos

de aceitação social, *habitus*. Na acepção de Bourdieu (1989), a memória do campo é assimilada e repetida quase que automaticamente através do *habitus*, que é um sistema de disposições duradouras adquiridas pelo indivíduo durante o processo de socialização. Ele (o *habitus*) nos fornece os esquemas de percepção e apreciação, as estruturas cognitivas e avaliadoras, os modos de compreensão e reprodução do mundo social, de modo a organizar as condições objetivas de existência em princípios de ação, percepção e reflexão quase que inconscientes. No decorrer da nossa pesquisa percebemos que as formas de compreender e lidar com a oferta de comida para a população de rua estava intimamente ligada ao modo como os atores sociais participam do jogo (definindo suas posições no campo) e percebem a própria ação (reproduzindo o *habitus* de classe), naturalizando os sentidos atribuídos à comida como se eles fossem espontâneos, e não frutos das relações sociais e das disposições e interesses desses mesmos atores sociais. Bourdieu nos ajudará a pensar como se dá a estrutura do campo Alimentação e Nutrição para a População em situação de Rua, quem são seus agentes, de que forma eles se posicionam dentro deste campo e quais as tensões internas e externas que o estruturam.

Por fim, o conceito de violência simbólica, também importante para a análise proposta, foi criado por Pierre Bourdieu para descrever o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados. Bourdieu parte do princípio de que a cultura – o sistema simbólico – é arbitrária, uma vez que não se assenta numa realidade natural. Ela é construída a partir dos conflitos sociais e legitima uma relação de dominação e de violência de uma classe sobre a outra ou de um grupo social sobre outro.

De Agamben (2010) utilizaremos o conceito de *Homo sacer*. O *homo sacer* é uma figura obscura encontrada na antigo direito criminal romano. Refere-se as pessoas que, eram banidas da cidade e legalmente excluídas de todos os direitos civis. Para os Gregos, não existia um único termo para designar o que chamamos de “vida”. A ideia de vida tinha uma dupla acepção. Era dividida em vida natural ou *zoé* e vida qualificada ou *bios*. Segundo os Gregos, o termo *zoé* ou vida nua, representada a vida natural, comum, de todos os seres. Já *bios*, designava a vida de um indivíduo ou comunidade, isto é, a forma de viver de um indivíduo ou grupo. *Bios*, diferente de *zoé*, implica numa vida que possui relevância política, visto que apenas a vida qualificada era incluída na *polis* (AGAMBEN, 2010/ FILHO, 2013). Segundo Leite e colaboradores: “Através do poder de decretar a exceção, suspendendo direitos, a figura soberana decretava a vida nua” (2016, p. 94).

O *homo sacer* é o indivíduo que tem sua vida restringida a vida natural. Agamben (2010) coloca que este sujeito, alvo do poder soberano, é inscrito na vida nua, perdendo assim

a proteção do ordenamento jurídico-político. Quando o soberano proclama um sujeito como homo sacer, o deixa em uma situação peculiar, visto que, ele passa a ser considerado uma divindade negativa. Por ser uma divindade, ele não pode ser levado a morte pelos ritos e sacrifícios, mas qualquer um pode o matar impunemente. Filho (2013) coloca que a vida do homo sacer, mera vida matável, localiza-se numa zona de indiferenciação entre o sacrifício e o homicídio, sagrado e o profano, sendo que a sua inclusão no espaço público se dá pela sua exclusão, ou seja, sua morte (AGAMBEN, 2010/ FILHO, 2013).

Trazendo a discussão para os dias de hoje, Agamben (2004), afirma que hoje vivemos num estado de exceção. Para o autor, o estado de exceção se apresenta como o paradigma de governo dominante em sociedades que se intitulam democráticas, mas que adotam para casos de conflito mais extremos o *iustitium*. Define-se *iustitium* – instituto – como a interrupção, suspensão do direito – designação técnica, no direito romano, para o estado de exceção. No estado de exceção ocorre, no campo do direito, uma série de censuras e divisões, que produzem uma suspensão da ordem jurídica, isto é, a não aplicação de determinadas leis ou dispositivos legais. Essa suspensão - que, na maioria das vezes, se dá forma sutil- ocorre em nome da necessidade de manutenção da ordem social.

Para o autor, quando o estado de exceção se torna regra, inscrevemos uma parcela da população na vida nua, produzindo o homo sacer contemporâneo. E, diante deste cenário, a vida desta parcela da população se torna matável, refugável, descartável. Dentro desta perspectiva, se forem produzidas ações, voltadas a um determinado grupo populacional considerados como indesejáveis e um incômodo para a sociedade (por exemplo, traficante, população de rua, etc.), que causam de alguma forma a sua eliminação (homicídio, doenças, remoções, desaparecimento, ou até mesmo esquadrinhamento de sua subjetividade), isso acarreta, na sociedade de uma forma geral, uma sensação de “alívio” (LEITE, et al, 2016).

Utilizaremos então esse conceito como complemento da explicação da dimensão humana da exclusão social, bem como para a análise das ações – mediadas pela comida - voltadas para a população em situação de rua que podem, mesmo de forma não-explicita, acarretam na eliminação/ esquadrinhamento de sua subjetividade.

4 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.

Figura 3 - População em Situação de rua, de quem falamos? ¹¹



Quando andamos nas ruas, no corre-corre da vida, quase não os percebemos. Na maioria das vezes se misturam na paisagem das grandes cidades. Os notamos quando, de uma certa forma, nos incomodam, seja pela sujeira, seja pelo mau odor que emitem, seja por um pedido impertinente, seja pelo medo, seja pela compaixão, mas, de uma forma geral, não observamos a sua presença. ‘Mendigos’, ‘Loucos’, ‘alcoólatras’, ‘vagabundos’, ladrões’, ‘sujos’, ‘cracudos’, ‘perigosos’, ‘coitados’, muitos são os adjetivos atribuídos para as pessoas que vivem parte de sua trajetória de vida nas ruas.

Considera-se *população em situação de rua* o grupo populacional que, não tendo moradia e, geralmente, não tendo emprego formal, usam a rua, abrigos e albergues como espaço de moradia permanente ou provisória. Caracteriza-se a população em situação de rua como um fenômeno social complexo, que possui a exclusão social e econômica como principal fator de (re) produção e agravamento desta situação (BOVE e FIGUEIREDO,2014).

Esse fenômeno social é um fenômeno antigo. Está atrelado as transformações sociais e econômicas decorrentes do advento das sociedades pré-industriais da Europa, do capitalismo industrial e o fortalecimento dos grandes centros urbanos. O avanço do capitalismo como modo de produção dominante, provocou o declínio e a extinção da sociedade estamental¹²–

¹¹ Fotos retiradas do banco de fotos do GOOGLE®, a partir do filtro População em situação de rua – imagens. Acesso em 03 de dezembro de 2016.

¹² A sociedade estamental representa a estrutura típica do sistema feudal medieval. A sociedade, nesta forma de organização social e econômica, era dividida em estamentos ou grupos sociais onde quase não existia mobilidade social. Sendo sua posição social definida pela origem familiar.

aristocracia e campesinato - e das instituições feudais. As pequenas propriedades feudais vinham se deteriorando por conta dos grandes proprietários e arrendatários de terra e da modernização da agricultura. Isso provocou um grande êxodo das famílias para os centros urbanos em busca de trabalho, proteção, liberdade e melhores ganhos. O fluxo contínuo de pessoas vindas para os centros urbanos acelerou, de forma desordenada, o crescimento das cidades. O êxodo das famílias proporcionou um aumento na mão de obra para as fábricas e ajudou na proliferação das mesmas. Essa sequência de fatores culminou na Revolução Industrial e Agrícola na segunda metade do Século XVIII. O aumento da pobreza e da desigualdade, fruto desse processo, levou as cidades a albergar os chamados *mendigos* que sobreviviam, nestes grandes centros, da mendicância, ou seja, da prática de pedir esmola ou auxílio de qualquer natureza (QUINTANEIRO, et all, 2002 /BOVE; FIGUEIREIDO,2014).

No Brasil o fenômeno surge desde antes do Império, com as constantes migrações das regiões norte e nordeste para os municípios mais desenvolvidos. A abolição da escravatura também foi um importante marco para o aumento de pessoas em situação de rua no nosso país. No Brasil a população de rua tem cor (id).

A Organização das Nações Unidas (ONU) caracteriza a população em situação de rua como: desabrigados ou *shelterless*, para aqueles indivíduos que vivem nas ruas devido à falta de moradia por conta de tragédias naturais, guerras e desemprego em massa; *homeless*, para aqueles que não se enquadram na categoria anterior (TRINO, et all, 2015). Atualmente, e como forma de dar conta da complexidade deste fenômeno social, considera-se população em situação de rua como:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (BRASIL, 2009).

A heterogeneidade é uma das principais marcas deste segmento populacional. Ela abrange desde aqueles que dormem nas ruas dos grandes centros urbanos, durante a semana, pois o tempo de deslocamento do trabalho para as suas casas é muito grande, até os que são caracterizados como os ‘mendigos’. Atualmente o termo técnico usado para designar esse grupo populacional é “População em Situação de Rua”. Estar em situação de rua, não significa vivenciar uma situação estática e linear, são grupos que transitam, trabalham e moram na rua por diversos motivos. A rua, em diferentes graus, ocupa um lugar de referência e um papel central em suas vidas (NAIFF, 2016).

São muitos os fatores motivadores que levam as pessoas a viverem suas vidas nas ruas, como aponta Maria da Lucia Silva (2006). São eles: fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, etc.); fatores biográficos (uso abusivo de álcool e outras drogas, rompimentos dos vínculos familiares, sofrimento psíquico, etc); desastres de massa e/ou naturais (enchentes, incêndios, terremoto, etc.); dentre outros.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2007, realizou em 71 municípios do Brasil, o Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a população em situação de rua. Esta pesquisa identificou um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nestes locais. O Estudo verificou que a predominância da população em situação de rua é masculina (82%) entre 25 e 44 anos (53%) e negros e pardos (67%) (BRASIL, 2008b). No município do Rio de Janeiro, em 2013, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) após pesquisa qualitativa e quantitativa sobre o fenômeno social população em situação de rua, contabilizou 5580 pessoas em situação de rua. Atualmente, o número divulgado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), é de 15.000 pessoas em situação de rua no município.¹³

Estima-se que 101.854 pessoas vivam em situação de rua no Brasil. Essa estimativa foi construída pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA em outubro de 2016, a partir dos dados disponibilizados por 1924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS) ¹⁴de 2015, ou seja, a população em situação de rua cadastrada em algum equipamento da Política de Assistência Social no Brasil. O Estudo revela ainda que dos 5570 municípios que alimentam o banco de dados do Censo SUAS, apenas os 1924 estudados possuem estimativas sobre a população em situação de rua. Por isso afirmamos que esse número não reflete a totalidade desse segmento populacional em nosso país. O Brasil não possui dados oficiais sobre a população em situação de rua, visto que esta não está incluída na contagem nacional feita no censo demográfico decenal. Isso dificulta e prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para essa população.

¹³ A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do município do Rio de Janeiro, em janeiro de 2018 fez um novo levantamento do quantitativo de pessoas que vivem nas ruas no município, mas como os dados da mesma ainda não estão públicos, eles não foram citados no presente estudo.

¹⁴ O Censo SUAS é um instrumento eletrônico que tem como objetivo, a partir de um levantamento censário anual, traçar um retrato detalhado sobre a estrutura e serviços da Política de Assistência prestados no país. Esse instrumento é alimentado pelas Secretarias e Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social, bem como os equipamentos públicos da Política da Assistência tais como, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP), entre outros.

4.1 Exclusão Social

Figura 4 – População de rua, os invisíveis.¹⁵



Bove e Figueredo (2014) afirmam que um dos principais motivos da produção e reprodução do fenômeno população em situação de rua está no processo chamado *Exclusão Social*. O termo exclusão social é amplamente utilizado dentro e fora do mundo acadêmico e designa uma gama de processos e fenômenos. E, como Escorel (1999) afirma, “quando um termo pode designar muitos fenômenos, acaba não caracterizando fenômeno algum” (p.23), é necessário a construção e apresentação deste conceito junto a outros conceitos e analisadores para a melhor compreensão do mesmo. O ponto de partida será o conceito *de Refugio Humano* trazido por Bauman.

Bauman (2005) define ‘Refugio Humano’ como excessivos, redundantes, isto é, “os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar” (p.12). Redundância, para Bauman (id), significa ser extranumérico, desnecessário, sem uso, algo que não tem utilidade e, por isso, dispensável. A redundância, nesta perspectiva, é sinônimo de ‘rejeitos’, ‘dejetos’, ‘lixo’, ‘restos’, ‘refugo’. Bauman (id) argumenta que o processo de produção de refugio humano não é um processo atual. É produto da modernidade e efeito colateral da construção da ordem e do progresso econômico, ou seja, produto do modo de produção/organização capitalista. Hoje, segundo o autor, a sociedade capitalista vivencia uma crise ao qual intitula de “*Crise Aguda na Indústria de Remoção de Refugo*” (BAUMAN, 2005, p. 13), visto que há uma grande dificuldade de escoar o refugio humano produzido. Para explicar esse processo é preciso dar um passo atrás e discorrer sobre a gênese do capitalismo industrial e o início do processo de modernização imposta pela lógica capitalista.

¹⁵ Foto retirada do banco de fotos do GOOGLE®, a partir do filtro População em situação de rua – imagens. Acesso em 03 de dezembro de 2016.

Conforme dito anteriormente, ao explicar sobre o início do fenômeno da população em situação de rua, o início das sociedades pré-industriais na Europa, o capitalismo industrial – processos que antecederam e que culminaram na Revolução Industrial e Agrícola do Século XVIII- produziram uma série de transformações sociais e econômicas. Essas transformações levaram ao declínio e a extinção da sociedade estamental e das instituições feudais. O fim da sociedade estamental, das instituições feudais e, com isso, o advento do capitalismo, inaugura o que conhecemos como a *Era Moderna*.

O processo de modernização, com o advento e expansão da organização social capitalista, desarticulou as tradicionais modalidades de vida e de subsistência. A modernização enfraqueceu e eliminou as formas de produção social diferente da lógica capitalista, incorporando-as. Um dos efeitos dessa transformação foi o que Marx (1979) chama de *expropriação do trabalhador direto*. Marx (1979) coloca que a expropriação do trabalhador direto gera uma separação entre o processo de produção e os trabalhadores. Como efeito ocorre a apropriação privada dos meios de produção por parte de alguns membros de uma dada comunidade. Esses indivíduos passam a estabelecer alguns direitos não só sobre a produção, mas também pelos próprios trabalhadores (LOPES,2006; MARX,1978/ 1979).

É a partir desta lógica que Bauman (2005) coloca que a sociedade capitalista é orientada numa forma de exclusão e de produção de excedentes. Ao expropriar do trabalhador o direito de produção de suas formas de subsistência, cria-se uma população livre, excedente, detentora apenas de sua força de trabalho. Esse contingente populacional livre Marx (1985) denominou de *exército industrial de reserva* (BAUMAN, 2005/ LOPES, 2006/ MARX, 1985).

Marx (1979/1985) define exército industrial de reserva como uma sobrepopulação operaria, apta a entrar no mercado de trabalho a qualquer tempo e que serve de material humano explorável, sempre pronto, para as necessidades de valorização do capital. Para Marx (1979/1985) esse exército industrial de reserva serve ao capitalismo de duas formas: promove a mão de obra necessária ao crescimento da produção, em momentos de expansão do capitalismo, e como fator de controle do custo de mão de obra. Ele possui um papel disciplinador da classe operaria. (MAIOLINO, A.L.; MANCEBO, D, 2005; MARX,1979 e 1985).

Apesar de Marx problematizar que o capitalismo é orientado por uma forma de exclusão, não podemos caracterizar esse processo como um processo de exclusão social tal qual concebida hoje. Os excluídos da época de Marx eram excluídos temporários ainda não reintegrados a nova forma de produção, mas que possuíam, como Bauman (2009) afirma, uma

“utilidade funcional” (p. 22). No conceito de exclusão social aqui trabalhado, há embutida a ideia de ‘desnecessários sociais’, ‘de lixo’, de ‘refugio’. Os excluídos sociais são considerados incapazes de serem reintegrados, ou seja, não assimiláveis. Não são excesso, são supérfluos e, por isso, são excluídos de modo permanente (BAUMAN, 2005 e 2009).

Voltando à construção histórica aqui proposta e sua relação com a construção do conceito de refugio humano e exclusão social, Bauman (2005) afirma que a colonização e as conquistas imperialistas foram processos essenciais no escoamento desse excesso de mão de obra produzido pelo progresso econômico capitalista, visto que foram o destino natural para a exportação de pessoas ditas redundantes. Isso corrobora com a ideia de Marx (1979) de que esse ‘excesso’ foi crucial para a acumulação primitiva do capital, pois serviam como mão de obra disponível, apta a trabalhar. Marx (1978/ 79), ao explicar sobre a gênese do capitalismo industrial, argumenta que o sistema colonial, junto às conquistas imperialistas, a colonização, o sistema das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo, foram os principais meios propulsores de acumulação primitiva de capital (MARX, 1978/ 1979). Virgínea Fontes (1996) afirma que a expansão colonial e imperialista possuía uma dupla dimensão: desarticulava as antigas formas de produção e subsistência; anunciavam-se como o que tinha de melhor para elevar os países vistos como ‘subdesenvolvidos’ a um “novo patamar civilizatório” (p. 5).

A forma de escoamento de refugio humano, a partir do sistema colonial e as conquistas imperialistas, entra em ‘colapso’ quando o processo de modernização se torna “a condição universal da humanidade” (BAUMAN, 2005, P, 13). Então, como a sociedade capitalista continua a produzir esse excedente e, sem ter para onde escoar, deflagra o processo que Bauman (2005) caracteriza como crise aguda da indústria de remoção do refugio humano. Segundo Bauman (2005), isso leva a “parte moderna do globo” (id) a buscar – em vão segundo ele - soluções locais para um problema produzido globalmente, processo inverso do momento de acumulação primitiva capitalista que buscou, no sistema colonial, uma solução global para o problema de superpopulação produzido localmente.

Todo esse processo foi agravado pelo que Bauman (2005) coloca ser a nova e mais poderosa fonte de refugio humano, que é a globalização. Globalização pode ser definida como um conjunto de mudanças, transformações, políticas, sociais e econômicas, que ganharam força no final do Séc. XX. É um fenômeno ou processo de partilha mundial de informação, cultura e mercado. Milton Santos (2001) afirma que a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Segundo o autor dois fatores contribuíram para isso: os avanços tecnológicos e científicos, que ampliaram a capacidade de

transito de informações internacionais; e o avanço do mercado global e expansão do capital financeiro, decorrente dos ideais Neoliberais¹⁶. Milton Santos (2001) também chama a atenção para o lado perverso do processo de globalização que produziu: um aumento do desemprego de forma crônica, da pobreza, e diminuição da qualidade de vida, fome e desabrigo. (BAUMAN, 2005/ SANTOS 2001).

Um outro fator importante nesse processo são as transformações no sistema capitalista, iniciado na década de 70, que proporcionou uma modificação na estrutura produtiva, com a chamada revolução tecnológica, introdução da informática e o aumento de forma acelerado da eliminação da força de trabalho humana na produção. A esse processo dá-se o nome de Terceira Revolução Industrial, mundialização ou pós-modernidade. Virgínea Fontes (1996) argumenta que essas transformações geram uma mudança na forma de acumulação do capital. Ao invés de uma expansão contínua, com a incorporação e modernização de ‘novas regiões’, tal qual explicada anteriormente, a acumulação passa a ser mais direcionado à determinados grupos específicos de consumidores, tornando-se assim mais restritiva, excludente e particularizante. Isso diminuiu a quantidade de produção, limitando-a a alguns segmentos sociais (FONTES, 1996).

Essas transformações produziram também uma modificação no mundo de trabalho, com uma redução dos postos de trabalho e conseqüentemente de mão de obra, acarretando num aumento do desemprego. Brandão (2002), citando Castel, coloca que essa “nova questão social” (p. 5) é caracterizada não só pelo desemprego, mas também pela precarização dos vínculos empregatícios, onde os “contratos de trabalho por tempo indeterminado” (id), foram substituídos por contratos de trabalho “determinados, de tempo parcial e outras formas de emprego” (id). Desemprego e precarização são partes integrantes da dinâmica social atual da modernização, produtos dos novos modos da estruturação dos empregos (id). Castel (1998) afirma que a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Brandão argumenta que essa ‘nova questão social’ é marcada por três processos que se interligam: desestabilização dos estáveis, ou seja, desintegração das parcelas que se achavam solidamente integradas; instalação da precariedade, com o crescimento do desemprego contínuo e recorrente e da mudança na lógica de oferta de postos de trabalho; déficit de lugares, ausência ou falta de lugar ocupáveis da estrutura social (BRANDÃO,2002).

¹⁶ Sobre o Neoliberalismo falaremos a seguir.

Castel (1998) dá o nome de desfiliação social à condição que é caracterizada pela “ausência de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido” (CASTEL, 1998, p. 536), pela não inclusão deste no mundo de trabalho. Esse processo ainda não é caracterizado como exclusão, pois no processo de desfiliação não há ausência completa de vínculos, ou seja, ele não está fora da sociedade, apenas distante de seu núcleo (BRANDÃO, 2002).

De acordo com Fontes (1996), esse processo produz o que ela denomina de *novos desempregados* ou *nova pobreza* que, mesmo estando apta ao trabalho, não vão ser incluídos, pois não possuem mais espaço. Eles se juntam aos que estão à margem do mercado e da sociedade, ou seja, os subempregados, trabalhadores informais ou não assalariados, recém-formados, ou os que de alguma forma não se encaixam na ordem normativa vigente, e formam, segundo a autora, uma população de desnecessários. (FONTES, 1996).

O último processo a ser explicado, antes de adentrarmos o conceito de exclusão social propriamente dito, é o que chamamos de enfraquecimento do Estado e de sua política do Bem-Estar Social. A política do Bem-Estar Social, surge após a primeira guerra mundial e tem como marco histórico a constituição Mexicana de 1917 e a Alemã de 1919. Segundo Fiori (1997), atrelada a ideia do Bem-Estar Social está a ideia de proteção social, isto é, da construção de uma rede estruturada por políticas públicas voltadas para a proteção social do cidadão. O Estado então, a partir de intervenções econômicas, produz políticas públicas sociais visando a promoção de igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. (FIORI, 1997 / MACHADO, 2003).

As políticas do Bem-Estar Social começam a entrar em crise com o surgimento do Neoliberalismo. O Neoliberalismo é um movimento político, econômico e jurídico, que surge na década de 70 de século passado. Esse movimento possui as mesmas ideias do Liberalismo Clássico, ou seja, menos Estado e mais mercado. Os Neoliberais defendem também a privatização das empresas estatais e a abertura comercial ao capital estrangeiro. O Neoliberalismo se estabelece como teoria política e econômica hegemônica no mundo ocidental devido à queda no bloco comunista, após o fim da Guerra Fria, com a promessa de ser o caminho que: possibilitaria o fim da crise econômica mundial; possibilitaria dar a mesma oportunidade a todos alcançar o sucesso de acordo com suas capacidades e competências pessoais; possibilitaria a expansão do capital financeiro, proporcionando o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos; e que liberaria o mercado das “amarras” do Estado, tornando-o Estado mínimo, e deixando assim as atividades econômicas lucrativas para a iniciativa privada nacional ou estrangeira. Com relação a aplicação dos recursos públicos, a teoria Neoliberal entende que o Estado pode intervir publicamente apenas nas áreas de

interesse coletivo não rentáveis. Eles, diferente da política do Bem-Estar Social, não concordam com o direcionamento das ações públicas prioritariamente para as áreas sociais. (FIORI, 1997 / MACHADO, 2003).

Os novos conservadores, que surgem junto com a teoria Neoliberal, viam nas políticas do Bem-Estar Social a peça principal para a crise dos Estados Democráticos. E, como o projeto político neoliberal sai vitorioso e se difunde por todo mundo após o fim da Guerra-Fria, inicia-se um processo de desmontagem das políticas do Bem-Estar Social. Uma das consequências disso é a exclusão social daqueles vistos como desnecessários para a manutenção e crescimento da economia. Sobre isso Fiori (1997) nos diz:

[...] cortes substantivos nos programas de integração de rendas, com redução dos demais programas de proteção social a níveis mínimos e preferencialmente direcionados a públicos segmentados e específicos das populações mais pobres. [...] segmentação crescente dos esquemas de *welfare*¹⁷, acompanhada de um maior papel dos grupos privados e de uma assinação de maior autonomia e poder de aos setores voluntários e outros tipos de organização privadas ou filantrópicas. (FIORI, 1997, p. 142).

Voltando a discussão aqui proposta, o crescente aumento no número de pessoas ditas desnecessárias, a crise de remoção da indústria do refugio humano, bem como o enfraquecimento das políticas de Bem-Estar Social, levou o tema da exclusão social e sua direta relação com aumento da desigualdade social e pobreza para a centralidade nas discussões.

A desigualdade social, ou forma desigual de relação entre os sujeitos, tem sido uma característica presente não só no desenvolvimento social e econômico do Brasil, mas em grande parte das sociedades que tenham um modo de produção capitalístico. De uma forma geral, a maneira como os bens e recursos são distribuídos em uma dada sociedade, a estruturam. Isso atribui posições diferenciadas a grupos sociais e a indivíduos. Dá-se o nome de *estratificação social* ao modo pelo qual os indivíduos se organizam e se reproduzem socialmente. A estratificação social determina os papéis sociais de cada indivíduo. Ela se diferencia pelo modo como são atribuídos os papéis sociais aos indivíduos em uma dada sociedade, bem como a possibilidade de mobilidade social, mudanças de lugar social (SCOREL, 1999; LEMOS, 2012).

Numa concepção Marxista, os fatores que orientam a estratificação social são a propriedade dos meios de produção e a divisão social do trabalho. Conforme explicado anteriormente, um dos efeitos do modo de produção capitalista é a apropriação privada dos

¹⁷ Grifo do autor

excedentes de produção e das condições de produção por parte de alguns membros de uma dada comunidade. É a partir da apropriação privada das condições de produção que ocorre a divisão social do trabalho e as classes sociais. Dentro desta lógica, as classes se configuram num modelo dicotômico, no qual de um lado se encontra os proprietários dos meios de produção e, do outro, os que não possuem as condições de produção (MARX, 2008 /QUINTANEIRO, T. et all, 2002).

Já numa perspectiva weberiana, a estratificação social, está relacionada não só à propriedade dos excedentes e das condições de produção, mas também pelas relações de poder estabelecidas nas sociedades. Weber define *poder* como: “... a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação” (WEBER, 1974, p.211). Para Weber o modo de estruturação de qualquer ordem social, ou seja, maneira pela qual esses bens, recurso e serviços são distribuídos, é influenciada pela distribuição de poder dentro de limites de cada sociedade. Esse poder não é só econômico, ele também é determinado pelas honras e prestígios sociais. Weber afirma que as classes sociais são fenômenos de distribuição de poder dentro de uma sociedade (WEBER, 1974 /LEMONS, 2012).

Voltando à desigualdade social, a distribuição dos produtos, bens, recurso e serviços, – seja pela propriedade dos excedentes e das condições de produção, seja pela forma como as relações de poder estão estabelecidas - às classes sociais, se dá de forma desigual. Isso produz uma série de efeitos dentre eles *a pobreza* (ESCOREL, 1999).

Escorel (1999) classifica a pobreza¹⁸ em dois tipos: a relativa e a absoluta. A pobreza relativa, ligada ao conceito de desigualdade, está relacionada a dificuldade de acesso a bens, recursos, serviços em relação aos padrões essenciais para uma vida digna em uma dada sociedade. Já a pobreza absoluta está relacionada ao não acesso aos bens, recursos e serviços necessária à manutenção da sobrevivência do indivíduo. Desigualdade e pobreza, para autora, são processos dependentes (ESCOREL, 1999).

Retomando o tema da discussão aqui proposta, segundo Escorel (1999), a origem do termo exclusão é atribuída ao título de livro de René Lenoir, em 1974, *Les Exclus:un français sur dix*. Nesta obra o termo está relacionado a uma dimensão subjetiva, onde ser excluído é ser tratado como objeto. Fontes (1996) coloca que a noção exclusão como forma de ‘banimento’, ‘reclusão’, foi utilizado pela primeira vez por Foucault. Nesta perspectiva os excluídos, por não se adequarem a lógica hegemônica dita “natural” eram ou banidos ou

¹⁸ A construção histórica do conceito de pobreza será feita em capítulo posterior.

reclusos. Aqueles que por venturam fossem classificados como anormais, eram reclusos em manicômios e os ditos perigosos nas prisões. Essa ideia vai ao encontro ao argumento de Bauman (2005) de que a produção de refugio humano é efeito colateral também da construção da ordem, no qual cada ordem define uma parcela da população como deslocada, inapta ou indesejável. (SCOREL, 1999 / FONTES, 1996).

O conceito “exclusão social” ganhou força na Europa, da década de 80, com a emergência da “nova pobreza” - discutida anteriormente- e ganha contornos diferentes dos ditos inadaptados, dos marginalizados clássicos. O conceito de marginalidade surgiu na década de 20/30 a partir dos estudos de Robert Park que objetivavam elucidar os modos de vida dos migrantes, nacionais e estrangeiros, que habitavam a cidade de Chicago nos Estados Unidos. Nesses estudos, o autor introduz o conceito de o ‘homem marginal’ que é aquele indivíduo que está a margem de duas culturas e duas sociedades, ou seja, por compartilhar de duas culturas, isso faz com que ele não esteja plenamente integrado a nenhuma delas, ‘hibrido cultural’ (SCOREL, 1999 / MAIOLINO, A.L.; MANCEBO, D, 2005).

Na década de 50, o conceito começou a ser utilizado como referência a problemas ocorridos no processo de urbanização posterior a 2ª Guerra Mundial, relacionado ao crescimento desordenado das cidades. Na época estabeleceu-se núcleos de populações nas periferias dos centros urbanos na maior parte das cidades latino-americanas. Como esses núcleos se organizaram nas bordas, margens das cidades, foram denominados de bairros marginais, e a população que ali habitavam de população marginais. O termo estava relacionado não só a moradias precárias, mas também a precariedade de serviços comuns tais como água, esgoto, luz elétrica e transporte (MAIOLINO, A.L.; MANCEBO, D, 2005).

A concepção de marginalidade urbana como desvio, ou seja, a marginalidade entendida como uma forma específica de estar fora do funcionamento padrão da sociedade, surge na década de 60/70, a partir dos estudos da ‘Sociologia do Desvio¹⁹’. Na marginalização, diferente da exclusão, os indivíduos ditos marginais, ainda mantem uma relação de participação com a sociedade como oferta de mão de obra, como explicado anteriormente pelo conceito de exército industrial de reserva de Marx. (MAIOLINO, A.L.; MANCEBO, D, 2005; MARX,1979). De uma forma geral, designamos Marginalidade como:

“ um conjunto amplo de situações relacionadas a pobreza urbana: localização na favela, os estratos inferiores na escala econômico-ocupacional (definição ocupacional da marginalidade; experiência migratória (marginalidade cultural); minorias raciais e étnicas; e, os comportamentos ‘não conformistas’”(SCOREL, 1999, P. 41).

¹⁹ Falaremos sobre desvio em sessão posterior.

Uma última conceituação importante para construção do conceito de “Exclusão Social” é o conceito de *Segregação*. Esse conceito ganha força quando há uma modificação no enfoque dado a discussão sobre a marginalidade na década de 80. Isso se dá devido ao crescimento dos movimentos populares, com a reorganização da sociedade civil brasileira, a partir da análise da pobreza, suas características e causas, em pesquisas sobre favelados e imigrantes como símbolos da exclusão das cidades (MAIOLINO, A.L.; MANCEBO, D, 2005).

Este conceito está relacionado a fixação da pobreza em determinados espaços urbanos, territórios, e ao não acesso desses a mobilidade espacial e a serviços públicos. É através da segregação que as classes sociais que possuem uma maior renda, controlam e produzem o espaço urbano (MAIOLINO, A.L.; MANCEBO, D, 2005). Sobre isso Negri (2008) afirma:

É a camada de mais alta renda que, ao consumir e valorizar de forma diferenciada o espaço urbano, produz a segregação sócio-espacial. É preciso ressaltar que é a existência da segregação sócio-espacial que permite à classe dominante continuar a dominar o espaço produzido, segundo seus interesses. Somente a separação das classes sociais no espaço pode agir como um instrumento de poder para a classe alta (p.130).

O “local” dos segregados sociais é definido como *gueto*. O gueto serve ao propósito que Bauman (2005) classifica como “estratificação compósita”, ou seja, separação territorial por conta da classe ou casta, local de moradia do exército industrial de reserva. Os guetos são voluntários e involuntários (impostos). Hoje com o processo de exclusão social criamos o que Wacquant (2005) define como “hiperguetos”, ou seja, locais de depósito daqueles que as sociedades entendem como sem uso econômico e político (BAUMAN, 2005/ WACQUANT, 2005).

Voltando ao conceito de exclusão é na década de 90 que o termo ganha a conceituação dinâmica e multidimensional tal qual trabalhado hoje. A exclusão social se caracteriza por um conjunto de fenômenos que se configura no campo das relações sociais contemporâneas, tais como: “o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, a população de rua, a fome, a violência, a falta de acesso a bens e serviços, à segurança, à justiça e à cidadania, entre outras”(LOPES, 2006, p. 13). Fenômenos esses que em sua maioria já foram explicados.

O conceito de Castel de desfiliação é um conceito importante para o entendimento deste processo, mas ele dá conta apenas de uma dimensão do conceito de exclusão, que são os processos relacionados a vulnerabilidade dos vínculos no mundo do trabalho, que os

classificam como desnecessários econômicos. Apesar dos processos relacionados a vulnerabilidade no mundo do trabalho, induzido pelo modo de organização da sociedade capitalista, ser um dos fatores principais de produção de ‘desnecessários humanos’, ele não é o único. Escorel (1999) cita ainda mais 3 dimensões do conceito de exclusão que são importantes para entendermos a complexidade deste fenômeno: dimensão sociofamiliar, dimensão política e dimensão humana.

A dimensão sociofamiliar se caracteriza por um distanciamento dos valores e das relações familiares e comunitárias, devido a uma fragilidade ou ruptura de vínculos. Escorel (1999) argumenta que a família e em alguns casos a comunidade, devido enfraquecimento das políticas do bem-estar social, se torna o principal suporte das relações sociais. Os vínculos sociais estabelecidos com a família e a comunidade torna-se uma das principais referências de reconhecimento de pertencimento e suporte frente às adversidades provenientes do mercado de trabalho e das precariedades de políticas sociais. A exclusão ou, como a Escorel (1999) utiliza, a desvinculação no âmbito sociofamiliar, produz solidão e isolamento (parcial ou completo) e acarreta no não compartilhamento de um lugar social, devido a uma não ancoragem a uma unidade de pertencimento familiar ou comunitária (SCOREL, 1999).

A dimensão política da exclusão social está ligada à relação entre a pobreza e as situações de não exercício do direito, ou seja, a não-cidadania. A cidadania se constitui no direito de termos direito e o cidadão é aquele portador do direito legítimo, isto é, são sujeitos que possuem o poder de agir e falar e de serem ouvidos. O sujeito pode ser privado do direito a ser cidadão de algumas formas: no despotismo, onde uma única pessoa tem direito; os estrangeiros que possuem leis diferenciadas; situações sociais nas quais não existem leis para determinado grupo populacional; e nas condições que, embora existam leis para todos, o exercício do direito é dado a determinados grupos. O último caso aqui por nós tratado está relacionado com a dimensão política da exclusão (ARENDR, 1989 / SCOREL, 1999/ WOLLZ, et all, 2015).

Por fim, temos a dimensão humana da exclusão social. Segundo Escorel (1999): “... a exclusão social pode atingir o seu limite, o limiar da existência humana” (p. 81). Escorel (id) argumenta que a dimensão humana está relacionada a redução dos grupos sociais excluídos à condição de labor. Segundo Hanna Arendt (2007), a condição humana, o que ela chama de *vita activa*, está relacionada a três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação. O labor corresponde aos processos biológicos, ao metabolismo e a satisfação das necessidades básicas, que nos mantem vivos, e que assegura a sobrevivência da espécie. O trabalho está associado a capacidade humana de produzir e fabricar o mundo que vivemos. Ela relaciona o

trabalho a atividade que corresponde ao artificialismo da existência humana, onde este produz um mundo artificial diferente do mundo natural. O produto do trabalho é o artefato humano. Já a ação está relacionada com a habilidade dos homens interagirem; é o que nos dá a capacidade da construção das diferenças, da pluralidade. Enfim, os que nos dá a condição humana, para a autora, são essas três atividades fundamentais. Na exclusão social ocorre uma redução da atividade humana a condições de labor. Como efeito a ação humana passa a ser direcionada a manutenção das necessidades básica fundamentais, ou seja, a manutenção da vida biológica (ARENDDT, 2007/ ESCOREL 1999).

Um outro conceito que ajuda a pensar a dimensão humana da exclusão social é o conceito de Agamben de *Homo sacer*. Como dito no capítulo 1, para Agamben (2004) vivemos num estado de exceção, visto que há nas sociedades contemporâneas ditas democráticas, uma série de censuras e divisões que provocam a suspensão – no sentido de não ser aplicado – de determinadas leis ou dispositivos legais, em nome da manutenção da ordem social. Para o autor, como efeito dessa situação, inscreve-se uma parcela da população no que ele chama de na vida nua, *zoé*, produzindo assim o que ele chama de homo sacer da contemporaneidade. Ao inscrever uma parcela da população na vida nua, restringimos a ação deste grupo a vida natural, biológica. O homo sacer é aquele que perde sua relevância política, ao ser excluído de todos os direitos civis. E, diante deste cenário, a vida deste se torna matável, refugável, descartável (AGAMBEN, 2004/2010).

Podemos concluir que todas as dimensões aqui citadas, quando relacionadas, produzem o fenômeno chamado exclusão social. Os grupos excluídos são aqueles que, sem vínculo com o mundo do trabalho, e sem vínculo com a sua capacidade de exercer seus direitos, ou seja cidadania, e que possuem os vínculos familiares e comunitários fragilizados ou rompidos, tem sua ação no mundo limitada a sua capacidade de sobrevivência. A esses classificamos como, desnecessários, refugio, supérfluo à vida social. E, ao transformar a população em situação de rua, num homo sacer, eliminamo-nos das mais diversas formas, seja esquadrihando sua subjetividade, seja matando, mandando matar, ou deixando morrer. Sobre isso Escorel (1999) afirma:

A exclusão social pode se caracterizar não só pela extrema privação material, mas, principalmente, porque essa mesma privação material ‘desqualifica’ seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum *topos* social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária. Mas ao mesmo tempo, o indivíduo mantém-se prisioneiro do próprio corpo. Não (mais) um lugar social para ele, mas ele deve encontrar formas de suprir suas necessidades vitais e sobreviver sem suporte estáveis materiais e

simbólicos. A ausência de lugar envolve uma ‘anulação’ social, uma diferença desumanizadora, que reveste seu cotidiano com um misto de indiferença e hostilidade (Escorel, 1999, p. 81).

A exclusão social vivida pela População em Situação de Rua, conforme descrito, engloba fatores sociais e econômicos. A exclusão segrega, discrimina e aniquila os que escolhem viver suas trajetórias de vidas nas ruas. Isso se concretiza nas violações de direitos humanos vividas diariamente por esse grupo populacional. Essas violações se materializam nas violências– aos quais abarcam desde a violência simbólica, até a violência real como nos casos de homicídio – bem como o não acesso a direitos sociais e as políticas públicas decorrente desses direitos, tais como: Política de Saúde, da Assistência Social, Trabalho e Renda, Habitação, Segurança Alimentar e Nutricional, entre outras.

4.2 Estigmas e População em Situação de Rua

Um outro conceito importante para a discussão proposta é o conceito de *Estigma* de Goffman. Esse conceito foi a partir de estudos feitos com pessoas com sofrimento psíquico, deformidades físicas ou práticas tidas como ‘socialmente desviantes’. O termo estigma foi criado pelos Gregos. Para esses os Estigmas são os sinais corporais (marcas físicas), produzidos por cortes ou fogo, que evidenciam algo de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem o carrega. Esses sinais eram feitos para mostrar a sociedade que aquele que o carrega deve ser evitado de alguma forma, principalmente em lugares públicos. Na era cristã dois níveis de metáfora foram acrescidos ao termo criado pelos Gregos. O primeiro diz respeito aos sinais corporais que representavam a graça divina, com formas e flores em erupção sobre a pele e o segundo aos sinais corporais de distúrbios físicos. Foi baseado nestas ideias que Goffman descreve as precondições estruturais do estigma, bem como constrói a definição do conceito aqui apresentado (GOFFMAN, 1978).

Segundo Goffman (1978) sociedade categoriza seus membros atributos como comuns, naturais, normais e anormais. Essas categorizações variam de acordo com a sociedade. São os *Ambientes Sociais*, ou seja, as rotinas e relações sociais em um determinado ambiente, que estabelecem essas categorias criando assim as *Identidades Sociais*. As Identidades Sociais (características e atributo individuais) são concepções construídas nos ambientes sociais transformadas em *expectativas normativas*. Essas expectativas são exigências apresentadas ao sujeito de modo rigoroso, afirmando aquilo que o mesmo deveria ser.

A identidade social pode ser *Virtual* ou *Real*. A Identidade Social Virtual está relacionada as demandas feitas pela sociedade e ao caráter que imputamos ao indivíduo. A Identidade Social Real é a identidade que o indivíduo prova ter. Dentro desta visão caracteriza-se como *Estigma* os atributos que tornam o indivíduo diferente dos outros reduzindo-o a uma pessoa estragada ou diminuída. Goffman afirma que estigma “constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” (1978, p.6).

O autor coloca que a condição necessária para a vida social é que todos os participantes compartilham um único conjunto de expectativas normativas. As normas são incorporadas por aqueles que compõe o grupo. Quando uma regra é quebrada surgem medidas restauradoras, seja por agências de controle, seja pelo próprio indivíduo. De uma forma geral considera-se destoante qualquer membro de um determinado grupo que não adere a norma. As normas engendram desvios e conformidades. Goffman (1978) define como *Desviantes Sociais* aqueles que produzem os comportamentos desviantes. Sobre Estigma e Norma ele nos diz:

O estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, *quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida (grifo nosso)*. O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro. (GOFFMAN, 1978, P.117, grifo do autor).

Goffman (1978) menciona três tipos principais de estigma. O primeiro está relacionado com as abominações e deformidades corporais, relacionada a ideia original de Estigma. A segunda relacionada com os desvios de caráter, percebidos pelo outro como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, desonestidade, etc. E o terceiro os estigmas tribais, de raça, nação ou religião, que são transmitidos culturalmente. Segundo o autor os exemplos por ele apresentado possuem em comum que o estigmatizado, ou seja, aquele que carrega o estigma, possui um traço que chama a atenção e afasta aqueles que se relacionam com ele, atrapalhando a possibilidade para a atenção para os outros atributos que aquele indivíduo possui.

Um dos efeitos que o estigma produz é a sensação de que o os estigmatizados não são completamente humanos. E, devido a isso, produzimos uma série de discriminações que, conforme Goffman (1978) afirma, reduz suas chances de vida ao produzir uma serie de imperfeições ao sujeito estigmatizado. Sobre isso Goffman nos diz:

“Construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes

uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original” (Id, p.8).

Um outro conceito importante para a construção desta discussão, e que dialoga com o conceito de estigma, é o conceito de *Desvio* de Becker (2008). O autor define *desvio* como infração a uma regra criada e, a pessoa que se desvia, como *Outsiders*. *O Ato Desviante* se dá em relação a uma norma/regras prescrita por lei ou pela tradição e aqueles que defendem a norma instituída classificam os desviantes – outsiders- como estrangeiro, marginal e/ou diferente. Para o autor o desvio é criado pela sociedade. Segundo Becker:

... grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cujo infração constitui desvio, e ao aplicar essa regra a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Deste ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. (BECKER, 2008, p.21-22, grifo do autor).

Becker (2008) argumenta que para o ato ser categorizado como desviante, a resposta das pessoas ao ato deve ser problemática. Definimos *Outsiders* então como as pessoas que são consideradas desviantes por outras, situando-se por isso fora do círculo dos membros “normais” do grupo. O desvio se dá na interação entre a pessoa que comete o ato e aquelas que reagem a ele, a qualidade dele não reside no próprio comportamento (BECKER, 2008). Sobre desvio Becker (2008) afirma:

... o desvio não é uma qualidade simples, presentes em algum tipo de comportamento e ausentes em outros. É antes o produto de um processo que envolve reação de outras pessoas ao comportamento. O mesmo comportamento pode ser uma infração de regra num momento e não em outro; pode ser uma infração quando cometido por uma pessoa, mas não quando cometido por outra; algumas regras são infringidas com impunidade e outras não. Em suma, se um dado ato é desviante ou não, depende em parte da natureza do ato (isto é, se ele viola ou não alguma regra) e em parte de que outras pessoas fazem acerca dele. (BECKER, 2008, p.26).

No caso da população em situação de rua, Escorel (1999) traz que os dois principais atos desviantes, que os caracterizam como *Outsiders* e produzem os estigmas, são: a privatização do espaço público e o uso de modalidades de sobrevivência que são desviantes em relação ao mundo do trabalho.

Arendt diz que a *Esfera Privada* corresponde à família, às atividades geridas pelas necessidades relacionadas com a sobrevivência individual e da espécie, a esfera da casa. Envolve também o que é oculto (o que está escondido), indizível (o que não pode ser expresso). Um outro elemento da esfera privada é sentido de propriedade, não no sentido de

ter posses e sim de ter um lugar no mundo. A propriedade, nesta definição, está relacionada com a cidadania, igualdade, proteção das leis e segurança. Já *Esfera Pública* Arendt define através de dois fenômenos correlatos: o que pode ser visto e ouvido por todos (publicidade) e o que é comum a todos, o mundo comum. A esfera pública constitui o espaço de formação de vínculos entre os homens, e onde se exercita a liberdade, que para ela é a potencialidade máxima da condição humana (ARENDRT apud ESCOREL, 1999)

DaMatta (1997) utiliza em seus estudos *casa e rua* como categorias sociológicas, ou seja, como “entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas” (p.15). A casa tal qual ele define, “é um espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, tudo aquilo que define a ideia de ‘amor’, ‘carinho’, ‘calor humano’” (Id, p.57). Na casa o código fundamenta-se nas relações pessoais estabelecidas por laços familiares. Já a rua é um espaço definido como inverso, ou seja, como algo movimentado, propício a desgraças, semidesconhecido e semicontrolado, povoado pelo perigo (DAMATTA, 1997).

A sobrevivência cotidiana dos moradores de rua é realizada em público. Escorel (1999) afirma que a população de rua transgride os princípios básicos de organização social os quais distinguem as esferas e atividades públicas da privada, o que é próprio da rua e próprio da casa. O que de um modo geral a população entende como ação privada realizada em espaço público, os moradores de rua entendem como satisfação das necessidades vitais.

DaMatta (1997) coloca que a oposição casa/rua é dinâmica e relativa, já que há espaços na rua que podem ser ocupados por um grupo, categoria social ou pessoas tornando aquele espaço sua casa. Ainda segundo o autor, ocupar a rua como espaço de moradia, além de causar conflitos significa uma subversão de tal ordem que a ocupação define o ocupante. A rua é local de indesejável individualização, luta e malandragem e os que vivem ali são tidos como meliantes, marginais e desviantes. Ao realizar em público ações cujo espaço seria do âmbito do privado, confere ao morador de rua características próprias da rua, tais como sujeira e periculosidade. Em relação ao trabalho, uma das condições que caracterizam o morador de rua está vinculada a sua ausência regular e contínua, não lhe permitindo suprir suas necessidades no âmbito privado.

Sobre a estigmatização e a População em Situação de Rua, podemos citar cinco estigmas principais atribuídos a população de rua: O *Vagabundo*, O *Louco*, O *Sujo*, O *Perigoso*, O *Coitado*. O estigma do Vagabundo está relacionado com as ações desviantes ao

trabalho. Isso imprime valores morais a essa população tais como, improdutiva, inúteis, preguiçosos e vagabundos. O estigma do Louco, é vinculado ao discurso médico, caracteriza a população de rua como “doente mental”, anormais, colocando a mendicância como um produto de “distúrbios da personalidade”. O estigma do Sujo e do Perigoso, conforme já dito anteriormente, está ligado ao fato da população em situação de rua assumir as características que são próprias da rua. O discurso do perigoso está relacionado a um discurso jurídico e criminológico que relaciona a mendicância a crime. Essa lei não existe mais no Código Penal Brasileiro, mas seu conteúdo ainda permeia o imaginário da população. Por fim o Coitado está relacionado ao discurso religioso, onde o morador de rua é alvo de piedade (NOGUEIRA, 2008).

A estigmatização e seus efeitos, tais como a discriminação, segregação, marginalização e exclusão, produzem reações na população dita “normal” tais como, indiferença, aversão, medo, desrespeito, hostilidade, pressão para dispersão ou recolhimento pelos órgãos públicos, mas também, tolerância, solidariedade, e ajuda eventual e continua (ESCOREL, 1999).

A indiferença e o preconceito, conforme afirma Luiz Batista Soares (2009), produzem invisibilidade. Sobre a invisibilidade o autor diz:

[...] a identidade só existe no espelho, e esse espelho é o olhar do outro, é o reconhecimento dos outros. É a generosidade do olhar do outro que nos devolve a nossa própria imagem ungida de valor [...] Nada somos e não valemos nada se não contarmos com o olhar alheio acolhedor, se não formos vistos, se o olhar do outro não nos recolher e salvar da invisibilidade – invisibilidade que nos anula e que é sinônimo, portanto, de solidão e incomunicabilidade, falta de sentido e valor (2009, p.331).

A Invisibilidade Social é uma outra marca importante da população em situação de rua. “Como não escolhem e não fazem as regras do mundo em que vivem”, não são tidos como ‘indivíduos’, ou quando reconhecidos como tal, são tidos como ‘deslocado’ e ‘fora do lugar’. (ESCOREL, 1999, p. 236). Isso corrobora com a ideia de Goffman (1978) de que o estigmatizado não se sente -ou não são vistos como - completamente humanos, reduzindo assim as suas chances de vida.

Por fim, diante do exposto, podemos concluir que a exclusão social e os estigmas atribuídos a população de rua em função de sua trajetória de vida são processos interligados. Ambos, dificultam ou negam o acesso desses aos direitos mais básicos como moradia, saúde, educação, alimentação, etc, bem como pautam as ações direcionadas a estes seja para construção de políticas públicas específicas, seja nas violações de direitos humanos vivenciadas diariamente.

5 O CAMPO DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO.

Conforme dito anteriormente, a presente pesquisa está inscrita no Campo Científico da Alimentação e Nutrição. Como propomos uma discussão do Campo da Alimentação e Nutrição e População em Situação de Rua, faz-se necessário uma breve construção histórica do Campo Científico da Nutrição e Alimentação e de conceitos relacionados a este campo, conceitos estes importantes para a discussão desenvolvida nesta dissertação.

O tema Alimentação, como nos diz Contreras e Gracia (2011), é um tema de interesse de diversas ciências, por possuir uma relação íntima com a reprodução biológica e social dos grupos humanos. Ele não é um tema novo e foi amplamente estudado, pela antropologia no século XX. Os autores colocam que a alimentação humana, seja do ponto de vista biomédico, arqueológico-histórico ou sociocultural, constituiu uma preocupação para a sociedade. Para eles a alimentação é um tema complexo que, para ser abordado como objeto de estudo, se faz necessário analisar uma ação fisiológica que tem sua necessidade definida em sua projeção sociocultural (CONTRERAS e GRACIA, 2011).

Alimento, em latim *alere*, significa nutrir, o que nutre, o que dá aos homens os elementos necessários para o funcionamento de seu organismo. O termo alimento, segundo Poulain (2013), apesar de surgir na literatura em 1120, só adquiriu seu uso atual no Séc. XVI, em substituição ao termo carne. Na época, carne significava o conjunto de alimentos, carnudos ou não, úteis para o sustento da vida (POULAIN, 2013).

Conforme Poulain (2013), um alimento possui quatro qualidades fundamentais: nutricionais, higiênicas, organolépticas e simbólicas. Dentro de uma perspectiva nutricional, o alimento deve ser capaz de fornecer ao organismo do indivíduo os nutrientes e substâncias necessárias para o seu funcionamento. A segunda qualidade, relacionada com a higiene, estabelece que o alimento deve ser isento de toxidade e seu consumo não deve provocar perturbações orgânicas. A terceira categoria, a organoléptica, está relacionada as sensações psicofisiológicas provocadas pelas características físicas dos produtos alimentares. Por fim, dentro da qualidade simbólica, o alimento é o “objeto de projeções de significado” (POULAIN, 2013, p. 240), que possui um poder significativo e para tal, deve ser inscrito numa rede de comunicações, numa visão de mundo. Falaremos mais a frente sobre esta perspectiva simbólica.

Historicamente, as Ciências Agrárias foram protagonistas nos estudos sobre o alimento. Dentro deste campo, define-se alimento como veículo de nutrientes, desprovido de qualquer significado. Nas ciências agrárias, o campo dos alimentos está relacionado a

tecnologia dos alimentos, centrado na qualidade química, sanitária, e no desenvolvimento de produtos para o mercado interno e externo (SILVA et al., 2010). Quando esses estudos se inscrevem na área da saúde, dá-se o surgimento da Nutrição.

A Nutrição consolida-se como campo científico, quando o ato de alimentar torna-se objeto de intervenção. Se constituiu na modernidade científica, como Ciência dos Nutrientes, institucionalizando-se como campo científico no interior das ciências da saúde a partir segunda metade do século XIX. No Brasil se consolida na primeira metade do século XX (CARVALHO; LUZ; PRADO, 2011).

O Campo da Nutrição é voltado para a análise dos nutrientes presentes nos alimentos, suas propriedades bioquímicas e a forma de interação destes no organismo. Se desenvolve na racionalidade médica, no saber biomédico e realiza estudos sobre os alimentos, seus nutrientes, as formas como eles interagem no nosso organismo e como eles podem ser usados para promover e prevenir o adoecimento. Dirige a produção de conhecimento sobre os nutrientes e sua intervenção nas células do corpo humano normal e patológico (CARVALHO; LUZ; PRADO, 2011).

A Nutrição define ‘alimento’ como algo comestível, como uma substância que contém os nutrientes necessários para a sobrevivência do organismo. Por influência da visão biomédica de saúde, o “valor” do alimento (abstraido em nutrientes), é centrada em seus componentes químicos, qualidade sanitária, inocuidade, tecnologias de produção e distribuição e possibilidades terapêuticas. Podemos afirmar então que o Campo da Nutrição reduz a definição de alimento para o seu aspecto nutricional e higiênico, relacionando-o as suas qualidades bioquímicas e sua capacidade de produzir ou não patologias (id).

O Campo da Nutrição se amplia quando se encontra com o Campo da Saúde Coletiva. A Saúde Coletiva, como campo científico institucionalizado, tem sua origem na década de 50 do século passado e no Brasil na década de 70. Surge como crítica a forma constituída da saúde pública e o modelo biomédico da época. A Saúde Pública tem suas origens nas condições sanitárias produzidas pela industrialização e urbanização desordenada e aumento da miséria, por conta do capitalismo. Seus projetos - conhecidos como polícia médica, medicina urbana, medicina do trabalho, práticas higienistas –possuem o objetivo de, pelo controle das doenças advindas deste processo, tornar os corpos sadios para o trabalho. O Campo da Saúde Coletiva se funda na interface das Ciências Humanas e Sociais e as Ciências Naturais e possui três núcleos de saberes: a Epidemiologia, Ciências Humanas e Sociais em Saúde e o Planejamento de Políticas Públicas em Saúde (BOSI; PRADO, 2011).

A entrada da Saúde Coletiva no Campo da Nutrição é iniciada pela Epidemiologia. A Epidemiologia tem como objeto a distribuição e os determinantes dos processos de saúde-doença em populações humanas. Mas a necessidade de se pensar os processos de saúde-doença, para além da questão epidemiológica quantitativa, necessidade esta problematizada pela Saúde Coletiva, aproxima o campo da Nutrição ao campo das Ciências Humanas e Sociais (Id).

O referencial teórico das Ciências Sociais e Humanas levou a incorporação da Alimentação ao Campo da Nutrição, proporcionando assim, estudos sobre as relações sociais mediadas pela comida. As Ciências Sociais e Humanas trouxeram a dimensão psicoafetiva e simbólica do alimento, com reconhecimento da natureza multidimensional da comida (Id).

O Campo da Alimentação e suas pesquisas tem base na Antropologia e nas etnografias relativas a comida. Contreras e Gracia (2011) trazem que os estudos da Antropologia da Alimentação podem ser estruturados em quatro eixos principais:

[...] as pesquisas centradas na análise do equilíbrio tecnocológico e demográfico balizados pela subsistência, estratégias alimentares e a seleção dos grupos humanos; estudos de fatores culturais que intervêm na construção de modelos de produção, distribuição e consumo; análise das transformações do comportamento alimentar e das pressões sociais e econômicas que nele intervêm; e a construção das tradições culinárias e a criação de modelos de gosto em culturas específicas (2011, p. 38).

O Campo da Alimentação entende que os condicionamentos biológicos não são suficientes para explicar a complexidade dos comportamentos alimentares da espécie humana. E, como forma de “dar conta” desta complexidade, trabalha não com o conceito de alimento e sim o conceito de *comida*. Define-se comida como alimento simbolizado. Ela está na ordem da cultura, podendo assim assumir diversos significados (CONTRERAS e GRACIA, 2011/SILVA et al., 2010). Podemos definir cultura, tal qual discutido por Laraia (2001) como:

[...] sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante (LARAIA, 2001, P. 59).

Segundo Montanari, a comida é cultura quando a produzimos, a preparamos e a consumimos. A comida é cultura quando produzida, porque o homem não utiliza apenas o que encontra na natureza para se alimentar, mas cria a própria comida. A comida é cultura quando preparada, porque o homem transforma os produtos-base adquiridos através do processo de

cocção. A comida é cultura quando consumida, porque as escolhas alimentares seguem critérios não só nutricionais, mas também econômicos e simbólicos (MONTANARI, 2013).

A comida, por estar inscrita na cultura, possui significado. E se possui significado, o ato de se alimentar assume sentido. Sentidos esses que dizem respeito ao contexto de um universo imaginário e simbólico, capaz de produzir identidades individuais e coletivas, relações sociais e vínculos. Dessa forma comer é um fenômeno social e cultural que ultrapassa a questão fisiológica de necessidade de nutrientes, ele constrói costumes e sela relações entre o indivíduo e a sociedade (SILVA et al., 2010). Sobre isso Contreras e Gracia (2001) nos diz:

Por conseguinte, comer não é, e nunca foi, uma atividade meramente biológica. A comida é algo mais que uma coleção de nutrientes eleitos de acordo com uma racionalidade unicamente dietética ou biológica. Tampouco as razões das escolhas alimentares são apenas econômicas. ‘Comer’ é um fenômeno social e cultural, enquanto ‘nutrição’ é um assunto fisiológico e de saúde. (2011, p.123-124).

Costurando uma relação com o tema da pesquisa em tela, o objeto de estudo por pesquisado não é o alimento distribuído à população em situação de rua e sim a comida distribuída e compartilhada. Essa escolha se dá por todo aspecto simbólico envolvido no ato de comer. A comida, conforme dito, é revestida não só de nutrientes, mas dos sentidos e significados que lhe é atribuído. Quando comemos, ingerimos esses sentidos. Sentidos esses que formam as identidades individuais e coletivas, ou seja, a identidade ‘população em situação de rua’, bem como as relações sociais e vínculos estabelecidos com esses.

5.1 Alimentação enquanto direito.

Nos dias atuais, sustentado em algumas legislações e pactos internacionais, o acesso à alimentação adequada é um direito humano. A Declaração Universal de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas de 1948, estabelece que todas as pessoas, devido a sua capacidade de razão e consciência, nascem livres e iguais em dignidade e direito. Os Direitos Humanos então, são os direitos correspondentes à dignidade dos seres humanos, materializados numa série de direitos tais como: a vida, a liberdade, a segurança, entre outros (ONU, 1948).

Em âmbito internacional, muito são os pactos e declarações que afirmam e reconhecem o direito humano à alimentação adequada (DHAA). O pacto internacional que balizará a nossa discussão e nos ajudará na definição conceitual aqui trabalhada será o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações

Unidas, pacto esse ao qual o Brasil é signatário²⁰. Esse pacto, em seu artigo 11º, reconhece o direito de todas as pessoas a um nível de vida suficiente para si e suas famílias e, como forma de garanti-los, discorre sobre uma série de direitos dentre eles a alimentação. Reconhecer a alimentação como direito fundamental, neste pacto, significa a construção de ações para que todas as pessoas estejam abrigadas da fome, devido ao acesso a uma alimentação que seja adequada e em quantidade suficiente para atender as necessidades individuais e coletivas de um dado grupo. Para tal, as Nações signatárias deste pacto deverão, por meio de cooperação internacional, adotar medidas que assegurem o acesso físico e econômico a uma alimentação saudável e diversificada, bem como condições que propiciem um cuidado adequado na escolha, preparação e ministração do alimento (BRASIL, 1992).

Em 1999 o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas/ONU, em comentário produzido sobre o Artigo 11º do pacto supracitado, afirma que o DHAA é de crucial importância para a fruição e realização dos outros direitos consagrados na Carta de Direitos Humanos da ONU, afirmando que esse direito é intimamente ligado à dignidade da pessoa humana. Afirma também que ele é inseparável da justiça social e requer a adoção de políticas econômicas e sociais, orientadas para a erradicação da pobreza e a realização de direitos humanos para todos, visto que os problemas da desnutrição, subnutrição e a fome, são problemas estruturais relacionados à desigualdade social e à pobreza (ONU, 1999).

O DHAA se realiza quando cada indivíduo, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios de sua obtenção. O Comitê considera que o conteúdo essencial do DHAA consiste: “A disponibilidade do alimento, em quantidade e qualidade suficiente para satisfazer as necessidades dietéticas das pessoas, livre de substâncias adversas e aceitável para uma dada cultura; A acessibilidade ao alimento de forma sustentável e que não interfira com a fruição de outros direitos humanos” (ONU, 1999, p 2). A acessibilidade a alimentação adequada está relacionada a questões econômicas, físicas, mas também a questões culturais e de salubridade. Já o termo adequado refere-se também às condições sociais, econômicas, culturais, climáticas, ecológicas, entre outras. Ainda segundo o Comitê, as violações ao DHAA ocorrem quando o Estado deixa de assegurar a satisfação, pelo menos, do nível mínimo essencial para estar-se livre da fome. Quando esse direito é violado dizemos que o indivíduo se encontra num estado de insegurança alimentar. Sobre Insegurança Alimentar falaremos mais adiante (ONU, 1999).

²⁰ DECRETO No 591, DE 6 DE JULHO DE 1992, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm

As diretrizes sobre o DHAA por nós apresentado, são as diretrizes que nortearam a construções das ações e políticas que visam a materialização do direito à alimentação adequada no Brasil. Como marcos legais Brasileiros importantes dentro dessa temática, temos: a promulgação, em 2006, da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)²¹; A inclusão do Direito a Alimentação no rol dos direitos sociais da Carta Magna de 1988 a partir da Emenda Constitucional nº64/2010; a instituição do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) em 2011.

A gênese da discussão e da formação do campo da segurança alimentar e nutricional no Brasil tem relação com o processo de redemocratização na década de 80. Esse debate ganha força, na década de 90, quando há por um lado um aumento da desigualdade social no Brasil e por outro um aumento da mobilização em torno da luta contra fome e a miséria no país. Quando debatemos o DHAA, temos que ter como pressupostos que a desnutrição, fome, pobreza e a miséria, são construções históricas fruto da forma de organização social ao qual estamos inseridos (CASEMIRO; VALLA; GUIMARÃES, 2010).

Segundo os princípios e diretrizes balizadores da LOSAN e a PNSAN, produzido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)²², a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a: “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (CONSEA, 2004, p.4).

Quando temos esse direito violado, entramos no que chamamos de Insegurança Alimentar e Nutricional. Segundo o CONSEA, diferentes problemas podem ocasionar os estados de insegurança alimentar e nutricional: “fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente e bens essenciais com preços abusivos e imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural” (2006, p. 4). Os indicadores para informação da segurança alimentar e nutricional no país²³ são divididos em seis dimensões: produção de alimentos; disponibilidade de alimentos;

²¹ Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/cartilha-losan-portugues>

²² O CONSEA é um espaço institucional para o controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, em regime de colaboração com as demais instâncias do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.

²³ Esses indicadores foram construídos pelo CONSEA em parceria com o Governo Federal (FAO, 2014).

renda/acesso e despesas com alimentação; acesso à alimentação adequada; saúde e acesso a serviços relacionados; e educação (FAO, 2014).

Ainda segundo o CONSEA, dois conceitos principais estão relacionados ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), são eles: o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar. Como o DHAA foi trabalhado anteriormente, apresentaremos a seguir o conceito de Soberania Alimentar.

O Conceito de Soberania Alimentar, surgiu a partir de discussões propostas pelas organizações dos camponeses (Via Campesina) no Fórum paralelo à Cúpula Mundial sobre a Alimentação (CMA), realizada em Roma no ano de 1996. Partiu-se do princípio de que o alimento é um direito humano e não mercadoria, e a produção e distribuição de alimentos é uma questão de sobrevivência dos seres humanos. A soberania alimentar então está relacionada com a capacidade (direito) de cada país, comunidade, município, povo, de produzir o seu próprio alimento. (STEDILE; CARVALHO, 2013).

No Brasil a soberania alimentar é citada no artigo 5º da LOSAN. A LOSAN define soberania alimentar como o direito de cada país de deliberar suas próprias políticas e estratégia sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, como forma de garantia do DHAA à população, respeitando as múltiplas características culturais dos povos. Ou seja, a execução do DHAA e a SAN requer o respeito à soberania alimentar, conferindo aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos (LOSAN, 2006).

As políticas que visam a garantia da segurança alimentar e nutricional no Brasil possuem dois focos principais: o direito estar livre da fome e o direito à alimentação adequada. Como principal instrumento temos o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN). Nele estão previstas as diferentes ações do governo federal no que tange o DHAA. Esse plano é elaborado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)²⁴ em conjunto com o CONSEA, a partir das deliberações da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Atualmente o que está em vigor é o II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2016-2019)²⁵. O PLANSAN 2016-2019 propõe como desafio: promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as

²⁴ A CAISAN foi criada pela Lei nº 11.346/2006 (Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional), regulamentada pelo Decreto nº 6.273/2010. Na época da construção do plano a CAISAN era composta por 21 ministérios. Tem como principal atribuição coordenar a execução da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

²⁵ Disponível em: <http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2016/05/PLANSAN-2016.pdf>

peças e famílias em situação de insegurança alimentar; combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos; promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis; controle e a prevenção de agravos decorrentes da má alimentação; ampliação da disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população pobre no meio rural; consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); e apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do DHAA e os sistemas democráticas, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio de diálogo e cooperação internacional. Como exemplo de ações e programas para a materialização deste direito no Brasil temos: Bolsa Família²⁶; Fome Zero²⁷; Plano Brasil Sem Miséria²⁸; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar²⁹; Programas de Aquisição Alimentos da Agricultura Familiar³⁰; entre outros (FAO, 2014 /WOLFF; et all, 2015).

Em relação a materialização do DHAA e a SAN no que tange a legislação para a população em situação de rua, temos o que está previsto no artigo 7º inciso XIII do Decreto nº 7053/09, que coloca como um de seus objetivos “implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade” (BRASIL, 2009) e o que aparece como diretriz na Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de 2008, para a questão da Segurança Alimentar e Nutricional , “Promoção do direito à segurança alimentar e nutricional da população em situação de rua, por meio de restaurantes populares” (BRASIL, 2008a)

O Programa Restaurantes Populares faz parte dos programas integrados ao programa Fome Zero. Segundo o manual do programa dos Restaurantes Populares, produzido pelo MDS, o Restaurante Popular tem como objetivo geral apoiar a implementação e modernização de restaurantes públicos populares geridos pelos municípios e estados, ampliando a oferta de refeições prontas e saudáveis (a preços acessíveis), visando assim a

²⁶ O Bolsa Família foi um plano lançado em 2003, que realiza transferência monetária, preferencialmente em nome da mãe, para famílias de baixa renda, sob a condição de que as crianças da família beneficiada permaneçam na escola e em acompanhamento nos serviços de saúde (BRASIL, 2004).

²⁷ Fome Zero, é um programa do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, lançado em 2003, que visa, partir da criação de políticas sociais e de uma rede de proteção alimentar e nutricional, a diminuição das vulnerabilidades nutricionais da população (ID).

²⁸ O Plano Brasil sem Miséria foi lançado em 2011 com o objetivo de eliminar a pobreza extrema no Brasil. O plano articulou políticas de articulação social com as políticas de promoção igualdade de renda, do emprego, da produção familiar e da nutrição (ID).

²⁹ Programas de Crédito Rural. (ID).

³⁰ Lançado em 2003 e se operacionaliza pela compra direta de alimentos dos agricultores familiares pelo governo federal, para as instituições que fazem doação a população vulnerável, merenda escolar e repor estoques governamentais.

redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar. O Restaurante Popular oferece refeições balanceadas nutricionalmente, em local de fácil acesso, a pessoas em estado de insegurança alimentar (BRASIL, 2004). No Estado do Rio de Janeiro existem ao todo 16 Restaurantes Populares. Os Restaurantes Populares no estado do Rio de Janeiro estão sob gestão do Governo do Estado do Rio de Janeiro. No final de 2016, como forma de conter os gastos, o Governo do Estado, dentre diversas ações, fechou os Restaurantes Populares. Hoje a sua maioria permanece fechado, e os que foram reabertos, foram por iniciativa dos Municípios.

Já sobre a questão da Segurança Alimentar e Nutricional e população em situação de rua, Wollz (2015) e colaboradores afirmam que a população em situação de rua se encontra em insegurança alimentar e nutricional por não ter acesso a alimentação adequada diariamente. No censo do MDS – citado anteriormente - de 2007, 19% da população em situação de rua não se alimenta diariamente. Fato esse agravado hoje pelo fechamento dos Restaurantes Populares em nosso Estado. (WOLFF; et al, 2015).

6 ALIMENTAÇÃO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.

Figura 5 – Alimentação e população de rua .³¹



Este capítulo, a partir da análise proposta, tem como foco a compreensão, captura, da rede de sentidos presente nas ações de distribuição de comida para a população em situação de rua. Mas antes de percorrer a rede de sentidos das instituições pesquisadas, discorreremos brevemente sobre a forma como que a população em situação de rua se alimenta e o papel da comida na construção da rotina diária daqueles que vivem parte das suas trajetórias de vidas nas ruas. Após, analisaremos os documentos propriamente ditos.

Ao explicar sobre a dimensão humana da exclusão social, no capítulo 1, afirmamos que os excluídos sociais têm sua atividade humana reduzida a sua condição de labor, isto é, sua ação passa a ser direcionada à manutenção de suas necessidades básicas fundamentais (ARENDDT, 2007/ ESCOREL, 1999). Em relação ao grupo populacional por nós estudados, isto se traduz na construção de uma rotina diária nas ruas, cujo objetivo principal é manter-se vivo.

Segundo Escorel (1999), a necessidade básica que a população em situação de rua mais tem acesso é a alimentação. “Fome não é o problema” e “Comida não falta” são comentários frequentes conforme relata a autora (p. 223). Isso também foi observado por Paulo Magalhães, sociólogo responsável por um estudo encomendado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em 2013, estudo esse citado anteriormente, que tinha como objetivo fazer um diagnóstico quantitativo e qualitativo do fenômeno população em situação no município do Rio de Janeiro. O Sociólogo, em resposta a uma pergunta sobre se os moradores de rua passam fome na rua para uma reportagem do jornal O Globo, afirma: “Não passa mesmo. A autoestima está muito na alimentação. Eles comem quentinhas boas,

³¹ Fotos retiradas do banco de fotos do GOOGLE®, a partir do filtro População em situação de rua – imagens. Acesso em 03 de dezembro de 2016.

não existe problema de alimentação. Agora, aquela sopinha rala e amarela do abrigo... Eu vi o que é. Aquilo não segura” (O GLOBO, 18/12/2013).

Simone M. Frangella (2004), coloca que a comida é um dos eixos centrais aos quais a rotina na rua se constrói. Segundo a autora, a ausência mínima de alimentação diária estimula os trajetos dos moradores de rua, influenciando sua circulação pela cidade. De acordo com Frangella (2004) não há necessariamente falta de comida, embora nem sempre seja em quantidade suficiente ou de boa qualidade. E apesar deste tipo de alimentação não suprir, de forma adequada as necessidades nutricionais dos indivíduos, mantém a sua existência. De acordo com Escorel (1999), os grupos compartilham informações relacionadas aos distintos usos do espaço com vistas a atender as suas necessidades básicas.

Tanto Escorel (1999), quanto Frangella (2004), observaram que a comida é o eixo norteador das andanças e deslocamentos, definindo os trajetos construídos pelos moradores de rua na cidade e as potenciais relações, seja com outros moradores de rua, seja com restaurantes, bares e vizinhança por onde eles estabelecem “ponto fixo” de moradia, o que lhes garante uma subsistência mínima. A distribuição geográfica da população em situação de rua se dá de acordo com a oferta de água, alimento e/ou doações, formando um nicho que sugere uma itinerância espacialmente circunscrita, baseada na busca da satisfação dessas necessidades. Mas, apesar desta “variedade”, para se ter acesso a uma destas formas de conseguir a alimentação, pressupõe-se o morador de rua estar no lugar certo, na hora certa, ou seja, é necessário participar “dos circuitos itinerantes, de modo a aproveitar os pontos e momentos certos para suprir essa necessidade” (FRANGELLA, 2004, p. 221).

Frangella (id), em sua pesquisa, observou que existe basicamente dois circuitos relativos a obtenção de comida pelas pessoas em situação de rua. O primeiro está relacionado com as “práticas de viração”³² e de interação com os outros segmentos da sociedade, aos quais interage cotidianamente, negociando um prato de comida: rede de atendimento que o envolve, restaurantes populares, comerciantes e vizinhos.

O segundo circuito diz respeito a encontrar e cozinhar o alimento na própria rua. Fora do circuito institucional os recursos alimentares diminuem. O primeiro recurso usado pela população em situação de rua, segundo Frangella (id), é o de vasculhar os lixos orgânicos. A prática de vasculhar lixos é uma prática comum entre os moradores de rua, pois muitos são catadores de materiais recicláveis. Mas, Frangella (id) observa que a busca de comida orgânica nos lixos da cidade, é menor. Geralmente é feita por pessoas que estão sob o efeito

³² Termo corriqueiro entre a população em situação de rua, que significa práticas de ‘se virar’ para sobreviver.

de uso de alguma substância psicoativa, com distúrbios mentais ou por aqueles que não encontraram nenhum alimento doado naquele dia.

A segunda forma de obtenção de comida ocorre com a busca de alimento nas xepas de feiras ou por meio de doações ocasionais. Frangella (id) relata que os moradores de rua elaboram um cardápio cujo lema é aproveitar tudo que dá. A autora nos conta ainda que cozinhar na rua é uma prática escolhida por aqueles que se movimentam menos pela cidade. Esses mapeiam os espaços ao seu redor onde poderão conseguir o alimento e os materiais e utensílios para cozinhar-lo. Cozinhar na rua não é uma tarefa fácil. Depende da condição e oferta do alimento que encontram, das disponibilidades dos apetrechos e da água e da criatividade na elaboração da comida (SCOREL, 1999/ FRANGELLA, 2004).

Sobre os utensílios que utilizam, alguns, mais raros, utilizam fogão e fogareiro. Na maioria das vezes, fazem pequenas fogueiras, rodeadas de tijolos, madeira, carvão, aproveitando-se do que encontrava no lixo. As garrafas pet, cortadas ao meio, tornam-se recipientes para tomar sopa e, latões de tinta, as panelas onde os alimentos são cozinhados (SCOREL, 1999 / FRANGELLA, 2004).

Ao acompanhar o processo de aquisição da alimentação e possível perceber que a comida ajuda na construção das sociabilidades e organização do campo estudados, sobrepondo-se aos mecanismos de invisibilidade que produz a dificuldade de se conseguir, com regularidade, o alimento diário e os utensílios que o cercam. Ela é um importante capital simbólico que estrutura a rede de relações presentes no campo e um fator importante para a hierarquização dos atores presentes neste campo. E é sobre esse processo que falaremos a seguir.

6.1 Redes de Sobrevivência

Ao transitarmos a noite pelas ruas da cidade podemos observar inúmeras instituições que fazem distribuição de alimentos para aqueles que vivem parte de sua trajetória de vida nas ruas. Segundo Escorel(1999), essas redes de apoio assistencial ou redes de sobrevivência, são “parte crucial da ‘mágica’ da sobrevivência dos moradores de rua” (p. 229). As redes de sobrevivência são compostas, na sua maioria, por entidades privadas religiosas, mas não só, que trabalham junto a essa população com a distribuição de comida, roupas, auxílio para retirada de documentos, assistência médica, etc.

As instituições privadas e religiosas historicamente fizeram parte da política de Assistência Social no Brasil. Como veremos a seguir, quando discorreremos sobre a

conceituação do adjetivo Pobreza e sua relação com as práticas caritativas, a origem da assistência social no Brasil e no mundo tem suas raízes na caridade, filantropia e na solidariedade religiosa. Essas práticas compreendem ações paternalistas e clientelistas do poder público, produzindo a ideia de que as pessoas assistidas em tela eram favorecidas e não cidadãs ou usuários de um determinado serviço. A assistência social aqui era confundida com a benesse, configurando-se uma prática mais do que uma política (SANTANA; SILVA; SILVA, 2013).

O modelo de ação social que baseou a política de assistência social no Brasil da Republica em 1889 até a Constituição Federal de 1988, foi a Filantropia. A Filantropia surge com o Iluminismo³³. Expressa uma virtude social que se identificava com o humanitarismo. O conceito de Filantropia tem uma dupla acepção. De uma forma mais genérica significa toda ação social, caritativa ou humanitária. De uma forma específica, opõe-se as obras de caráter religioso, negando a espiritualidade. Os Filantropos eram homens de bem que faziam o bem ao próximo por um princípio ético. Oliveira (2017) aponta que no Brasil, ao longo dos anos, tem sido de uso corrente a acepção genérica do termo, seja em normativas, seja pela sociedade em geral. Isso se dá devido ao fato de não ter ocorrido uma completa ruptura entre caridade e a filantropia iluminista. Um exemplo disso é que as normativas - e a sociedade de uma forma geral - nomeavam de entidades filantrópicas os serviços socioreligiosos prestados pelas instituições religiosas. (OLIVEIRA, 2017).

Foi na década de 1980 que iniciou uma modificação no que diz respeito ao campo dos direitos sociais no Brasil. Os movimentos sociais, que pautaram a discussão das políticas sociais no campo da Assistência Social, tiveram um importante papel para que esta modificação acontecesse. Em 88, com a promulgação da Constituição Federal, houve um reconhecimento dos direitos humanos sociais. Segundo Santana et all (2013), foi a primeira vez que o brasileiro foi tratado como cidadão, como sujeito e possuidor de direitos. A política de assistência, com o foco da garantia dos direitos, é recente em nosso país.

A ideia aqui não é construir um traçado histórico sobre a Política de Assistência Social e sua implementação no Brasil. É apenas pontuar sobre a importância das instituições

³³ Iluminismo é um movimento cultural que se desenvolveu na Inglaterra, Holanda e França, nos séculos XVII e XVIII. O precursor desse movimento foi o matemático francês René Descartes (1596-1650). Suas principais ideias são: valorização da razão, questionamento, investigação e experiência na construção e aquisição do conhecimento; crença nas leis naturais, normas da natureza que regem todas as transformações que ocorrem no comportamento humano, nas sociedades e na natureza; crença nos direitos naturais, que todos os indivíduos possuem em relação à vida, à liberdade, à posse de bens materiais; crítica ao absolutismo, ao mercantilismo e aos privilégios da nobreza e do clero; defesa da liberdade política e econômica e da igualdade de todos perante a lei; crítica à Igreja Católica, embora não se excluísse a crença em Deus(SILVA, 2007).

filantrópicas – religiosas ou não - na construção das políticas públicas de assistência no Brasil, bem como o seu papel de destaque, até hoje, nas ações voltadas aos segmentos mais empobrecidos de nossa sociedade.

Por fim, nesta sessão iremos analisar os documentos das Instituições Privadas, Organizações Não-Governamentais (ONG's) e entidades religiosas que prestam serviços à população em situação de rua. Ao todo serão 7 instituições: Instituto Pró-Amor, Refeitório Gastromotiva®, Matadores de Fome, Pastoral de Rua, Projeto Cristolândia, Movimento de Amor ao Próximo (MAP) e Grupo Francisco de Assis da Casa Espirita Cristã Maria de Nazaré

O Movimento de Amor ao Próximo (MAP) é uma organização da sociedade civil não governamental e sem fins lucrativos, de natureza filantrópica. É um movimento religioso que segue os preceitos Doutrina Espirita. Esse movimento tem como objetivo construir ações que visam o auxílio a membros de comunidades carentes assistidos por eles. Para tal realizam trabalhos de: distribuição de alimentos, enxoval de bebê e de cestas básicas, creches, passeio em teatros, cinemas e congressos, atendimento fraternal, reconstrução de tetos, entre outros. De todos os seus projetos, o que será foco da análise proposta é o projeto das “quentinhas”, um subgrupo do projeto (-) FOME (+) AMOR. O projeto (-) FOME (+) AMOR consiste na distribuição de comida preparada (quentinhas) e cesta básicas para a população em situação de rua e a população que mora em comunidades carentes.

A Casa Espirita Cristã Maria de Nazaré é, como o MAP, uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos de natureza filantrópica e religiosa, baseada nos preceitos da doutrina espírita. Esse grupo religioso possui uma gama de frentes de trabalhos assistências, entre eles: atendimento ambulatorial, distribuição de quentinhas para a população de rua, oficinas de profissionalização, creche, entre outros.

A Cristolândia é um programa permanente de prevenção, recuperação e assistência a ‘dependentes químicos e codependentes’³⁴, ligado à Igreja Batista. Esse projeto visa transformar a vida dos dependentes “por meio do Evangelho de Jesus Cristo”, para que sejam livres do vício e aptos a reinserção social e familiar. Ainda segundo seu site, buscam ser “um lugar de esperança para os que vivem em locais de grande concentração de uso de drogas – as cracolândias³⁵”. Sua missão é transformar as ‘cracolândias’ em Cristolândia, prevenindo e combatendo o uso abusivo de substâncias psicoativas, através do evangelho de Jesus Cristo. Para tal, eles fazem abordagem a população em situação de rua nas cenas de uso, oferecendo

³⁴ Termos utilizados por eles em seu site.

³⁵ Denominação popular para os locais de cena de uso, nas ruas, de crack e outras drogas.

cortes de cabelo, alimentação junto a “palavra do evangelho”. Para aqueles que querem sair das ruas, eles oferecem internação em comunidades terapêuticas. Em algumas regiões, eles oferecem café da manhã, banho e cultos.

O processo terapêutico proposto pela Cristolândia se dá em três fases: Missão Batista Cristolândia (com duração de dois meses); Centro de Formação Cristã I (com duração de 6 a 8 meses) e Centro de Formação Cristã II (com duração de até 12 meses). O trabalho tem como foco a desintoxicação, recuperação física e emocional, o resgate da autoestima, da dignidade e da cidadania, perpassando a capacitação e profissionalização com vistas à reinserção social. Eles trabalham simultaneamente três áreas da vida do indivíduo, são elas: Espiritual, com o processo de evangelização do sujeito, dentro dos preceitos da Igreja Batista; Físico e Emocional, e de Ressocialização.

A Pastoral do Povo da Rua, tem como objetivo estar junto com a população em situação de rua e dos catadores de material reciclável, desenvolvendo ações que visam transformar a situação de exclusão social vivida por esse grupo populacional. Para tal a pastoral estimula e promove ações que objetivam a construção de alternativas em defesa da vida deste e na elaboração de políticas públicas para esse grupo populacional. Suas ações visam também dar visibilidade às questões referentes à população de rua, bem como as ações violentas e discriminatórias sofridas por aqueles que vivem parte da sua trajetória de vida nas ruas.

O Reffetorio Gastromotiva® é uma iniciativa de dois chefs de cozinha (um brasileiro e outro italiano) e uma jornalista. Segundo seu site, suas ações têm como objetivo a luta contra o desperdício de alimentos, má nutrição e exclusão social. Para tal, eles recebem ingredientes excedentes de restaurantes e produzem comida “Gourmet” para a população vulnerável. O Muttitirão é um projeto vinculado a uma famosa rede de hambúrgueres da cidade do Rio de Janeiro. O projeto ocorre trimestralmente e conta, segundo um de seus idealizadores em uma entrevista à Revista Veja Rio, com a participação de 200 voluntários e 18 empresas parceiras. Eles distribuem hambúrgueres a população em situação de rua, junto a kits de higiene, roupas e serviços, como corte de cabelo.

Por fim o Instituto Pró –amor, é uma Organização da Sociedade Civil. Tem como missão o ‘resgate’ das pessoas em situação de rua. Para isso oferece um trabalho que eles chamam de construtivista dividido em 3 partes: Resgate da Dignidade com a retirada das ruas; Resgate da Cidadania, a partir da retirada de documentos; e Resgate da Identidade, com a inserção deste no mercado de trabalho.

6.1.1 Comida Ungida: Você tem fome de que?

Figura 6 – Projeto Cristolândia³⁶



Nesta sessão discutiremos sobre a ritualização no preparo e distribuição da comida à população em situação de rua, e os sentidos por detrás dessa ritualização, bem como os efeitos que tais trabalhos produzem. Para iniciar, descreveremos como que o Grupo Francisco de Assis da Casa Espirita Cristã Maria de Nazaré faz esse trabalho. Nesta instituição, participam do trabalho de distribuição de comida para a população em situação de rua, ao todo 120 voluntários divididos em três grupos: o grupo de segunda-feira, o grupo de quarta-feira e o grupo de quinta-feira. Apresentaremos como trabalha o grupo de quinta-feira. Apesar de cada grupo ter uma forma diferenciada de executar a tarefa, a matriz do pensamento é a mesma. E é essa matriz que será o ponto de partida da análise proposta.

O trabalho realizado pelo Grupo Francisco de Assis se inicia a tarde, com o preparo da comida que será distribuída a noite. Cada trabalhador tem uma função específica no processo de preparo da comida. Os mais novos na tarefa ficam responsáveis pela organização do espaço e a preparação do alimento para a cocção. Os mais experientes cuidam dos panelões. A comida geralmente é a mesma oferecida: arroz, feijão, uma proteína (ou salsicha ou carne moída) e legumes. O que varia é que uma semana eles oferecem macarrão e na outra polenta. O cardápio só se modifica no natal, onde é produzida uma ceia diferenciada, bem como kits com presentes de natal: bolsa, chinelo, itens de uso pessoal e higiene, e o que mais conseguirem de doação naquele ano.

O trabalho da noite se divide em duas etapas. A etapa da casa e a etapa da rua. Na etapa da casa organiza-se as quentinhas, as roupas, os kits de higiene e primeiros socorros e a

³⁶ Disponível em: <https://www.cristolandia.org/?lightbox=dataItem-j3ori45v1>

água. Organiza-se também os grupos que distribuíram as comidas. O centro da cidade do município do Rio de Janeiro é dividido em 4 áreas diferentes e os grupos são divididos nessas áreas. Cada área leva uma quantidade X de quentinhas e água e duas sacolas de roupas. A divisão de comida não é igual, pois existem áreas com uma maior concentração de pessoas em situação de rua. Em média o grupo de quinta-feira produz em torno de 100 quentinhas/dia. A produção dos outros grupos é maior, chega a ser o dobro. Segundo o vídeo institucional³⁷ vinculado em seu site, chegam a ser distribuídas 20.000 quentinhas ao ano.

Na etapa da rua as quentinhas são distribuídas. O trabalho tem uma organização própria. Cada grupo tem um coordenador, que indica os caminhos que serão percorridos e quem será atendido. Os atendimentos são feitos, no mínimo em duplas, e varia de acordo com o número de assistidos que serão atendidos. Primeiro ocorre a distribuição das colheres e a contagem do número de quentinhas. Após há a distribuição das quentinhas e água, nessa ordem e por fim, distribui-se roupas e kits de higiene, cobertor (eventualmente), se tiver algum pedido. Se alguém solicitar faz-se uma oração.

No início do trabalho da noite, antes da organização das quentinhas é feito uma roda em torno da comida, onde é lido uma passagem do Evangelho Segundo Espiritismo, e feito uma prece. Na verdade, todo o trabalho é realizado a base de preces e músicas-prece. Os trabalhadores acreditam que isso os conectam a espiritualidade superior responsável pela tarefa, além de fluidificar a comida que será oferecida, ou seja, ungi-la com os fluidos da espiritualidade superior para que não só o corpo físico seja atendido, mas também a alma. Eles acreditam que além do corpo material, aquela comida serve como apoio, esperança e fraternidade as pessoas que estão em situação de rua. A comida assim é o meio/ veículo de aproximação destas pessoas com o objetivo de compartilhar amor. O Movimento de Amor ao Próximo (MAP), também segue essa mesma linha de pensamento. Em carta destinada aos obreiros das quentinhas, publicada em seu site, eles relatam que junto da fome, aquela quentinha leva esperança aos “desditosos irmãos”(sic). Sobre isso nos diz:

Juntamente com o alimento para o corpo físico, algo mais é colocado. Objetivando doar um pouco de si mesmos, muitos dos obreiros amorosos das “quentinhas”, em todos os estágios do processo, desde a compra dos mantimentos até a entrega, irradiam amor, rogando aos Planos Superiores que sejam elas acrescidas dos remédios necessários para o refazimento do corpo e da alma dos que irão recebê-las, visto tão combatido estarem pela miséria (Anexo B)³⁸

Em outras instituições, como o Projeto Cristolândia, a oração faz parte faz parte do

³⁷ Disponível em: <http://www.rita.org.br/> acessado em 10 de junho de 2018.

³⁸ Site MAP - <http://map.org.br/home/aos-obreiros-das-quentinhas/> acesso em 20/06/2017 – carta no anexo b

contexto de distribuição de comida. Os assistidos participam como ouvintes da ‘palavra divina’ e no final são convidados a rezar em conjunto com os religiosos. Podemos perceber que a evangelização é um dos objetivos do trabalho de distribuição da comida, mas isso será tratado em sessão posterior.

Com relação aos efeitos que a ação de distribuição de comida produz, observa-se uma relação de dependência construída com as instituições religiosas, devido ao fato de que, na maioria das vezes, aquelas instituições são o único recurso para a população em situação de rua se alimentarem. Frangella (2004) observa que essas instituições ao mesmo tempo que trabalham para reduzir os males e sofrimentos vividos por esse grupo populacional, produzem uma necessidade nestas pessoas, prestando um serviço que apenas elas oferecer.

Como efeito positivo do ato de distribuição de quentinhas, Escorel (1999) traz que “essas entidades funcionam como elementos catalizadores de formação de vínculo, solidariedade e agregação da população em situação de rua, tanto com as entidades quanto entre eles” (p.229). Silva (2011) relata que a comida é um dos elementos que mobiliza a vida institucional religiosa e seus beneficiários, não só com os doadores, mas também com seus pares. Entre eles, a partilha da refeição é uma cena comum e compõem parte considerável de seu repertório de trocas, interações e conflitos. Os circuitos de doação, principalmente o alimentar, promovem polos de atração e agrupamento, possibilitando a práticas de sociabilidades.

Ainda segundo Silva (2011) os grupos caritativos, tanto pela interação que estabelece junto a população em situação de rua, quando os espaços de sociabilidade que produzem, impedem que se reafirme o isolamento tão absolutizado. Os sentimentos de pertença e de reciprocidade produzidos pelo ato de compartilhar a comida, permite que o ato de se alimentar ultrapasse a busca pela necessidade alimentar. Sobre isso Luís Batista Soares (2014) nos diz:

“ Há uma fome mais funda que a fome, mais exigente e voraz que a fome física: a fome de sentido e de valor; de reconhecimento e acolhimento; fome de ser – sabendo-se que só se alcança ser alguém pela mediação do olhar alheio que nos reconhece e nos valoriza [...] O olhar (ou a modalidade de percepção fisicamente possível) que permite ao ser humano o reencontro com sua humanidade, pela mediação do reconhecimento alheio, é o espelho pródigo que reestrutura a existência plena, reparando o dano causado pelo déficit de sentido, isto é, pela invisibilidade [...]” (SOARES, 2014, pág. 336).

Por fim, construindo um diálogo com o que foi trabalhado até aqui, percebe-se o caráter divino que a comida assume nos trabalhos das instituições religiosas, na medida que são imprescindíveis os gestos sacralizados e ritualizados que envolvem todo o processo de cocção e distribuição da comida, para a execução da tarefa propostas por estas instituições.

Ela, além de servir ao corpo físico, se torna remédio. Atende as necessidades básicas fundamentais e serve como ponto de apoio em momentos de carência alimentar.

Como efeito a ação de distribuição de comida gera uma dependência nos usuários. Como ponto positivo, a comida atua como força agregadora, produzindo trocas simbólicas entre os sujeitos envolvidos. Isso nos leva a reflexão de que o ato de distribuir o alimento, se torna uma ferramenta no combate à violência que a indiferença e a invisibilidade produz. A comida ali distribuída não tem o objetivo de ser o condutor de todos os nutrientes necessários para aquele indivíduo. Ele atua num outro nível, no nível simbólico, da fome que não é física, mas sim da fome de existência.

6.1.2 Piedade e Caridade – A prática de distribuição de comida como salvação eterna e aperfeiçoamento moral.

A partir da análise do discurso religioso, presente nos documentos por nós pesquisados, verificamos que a piedade é um dos principais motivadores para a ação de distribuição de comida. Segundo Kardec (2013a), podemos definir piedade como a capacidade de se ter compaixão pelo sofrimento alheio. E é a partir deste sentimento que podemos exercitar um dos principais preceitos do Cristianismo, que é o amor ao próximo, ou seja, fazer ao outro “todo o bem que nos seja possível e que desejaríamos que nos fizessem” (KARDEC, 2013a, p. 379). Dentro de uma perspectiva cristã - e mesmo que a instituição e entidade não tenha essa tradição, observamos que o entendimento é parecido - nas ruas essas pessoas estão ‘abandonadas’ a sua própria sorte, e o dever cristão, por piedade, é estar junto a eles, suprimindo suas necessidades. Sobre isso a Arquidiocese de São Sebastião, em reportagem (Anexo H) no seu site sobre a Pastoral de Rua do Rio de Janeiro, nos diz: “Abandonados, nas ruas, sofrem as consequências das operações de toda ordem, e nos lixões trabalham sem as mínimas condições de higiene e salubridade”³⁹ e, devido a isso, “Redescobrimos que somos, sim, responsáveis por nossos irmãos (cf. Gn 4,9). Não podemos nos esquecer do mandato do Senhor Jesus aos discípulos: ‘dai-lhes vos mesmos de comer’ (Lc 9,13)”⁴⁰

Contudo, observa-se que o sentimento de piedade não está só. Ele surge junto a um outro compromisso e dever cristão, a caridade. Definimos caridade, a partir de uma concepção cristã-ocidental, como ações fundadas em valores como altruísmo e bondade, que objetivam dar aquilo que o outro necessita, seja de uma forma material, com as práticas de beneficência,

³⁹ Disponível em: <http://arqrio.org/formacao/detalhes/443/pastoral-da-populacao-de-rua>. ANEXO H

⁴⁰ id

isto é, práticas de distribuição de recursos materiais, seja de forma moral (NEVES,1999). A concepção da caridade moral é uma concepção trabalhada na Doutrina Espirita. Para eles essa é a verdadeira caridade, onde oferecemos aos outros não aquilo que nos é excedente de forma material e sim, a doação do que se tem de melhor de si. A verdadeira caridade está ligada as virtudes da benevolência, indulgencia, abnegação e devotamento. Dentro desta perspectiva, a caridade é então compreendida como o “amor aplicado a todos” (PALHANO JR, 1997, p. 66), amor esse que move a busca do bem do outro (KARDEC, 2013/ OLIVEIRA, 2017/ SILVA, 2008). Sobre isso Paulo, na 1ª carta aos Coríntios nos diz:

“Ainda quando eu falasse todas as línguas dos homens e a língua dos próprios anjos, se eu não tiver caridade, serei como o bronze que soa e um címbalo que retine; ainda quando tivesse o dom de profecia, que penetrasse todos os mistérios, e tivesse perfeita ciência de todas as coisas; ainda quando tivesse toda a fé possível, até ao ponto de transportar montanhas, se não tiver caridade, nada sou; e mesmo que houvesse distribuído os meus bens para alimentar os pobres e houvesse entregado meu corpo para ser queimado, se não tivesse caridade, tudo isso de nada me serviria” (apud KARDEC, 2013b, p. 205).

A caridade então, possibilita uma relação de união e comunhão com o outro, seu irmão - para o Cristianismo, somos todos filho do mesmo pai (Deus) – garantindo assim a salvação a todos e, como recompensa, a vida eterna plena de amor e de paz. Mas, é interessante notar que o sentido de piedade e caridade mudam a partir do entendimento de cada religião de quem é igual, um irmão, merecedor de sua ajuda. E, para nos ajudar na análise aqui contruida, iremos lançar luz sobre a construção histórica do conceito de Pobreza, conceito este diretamente relacionado com a concepção de caridade encontrada no discurso religioso.

Segundo Viscardi (2011), historicamente a concepção de pobreza esteve relacionada com a necessidade de trabalho, ou seja, a pobreza era a condição daqueles que necessitavam trabalhar para sobreviver. Nesta época, o trabalhador era aquele que fazia alguma prática manual. Com as transformações ocorridas na Europa com o advento do capitalismo e o processo de modernização, já amplamente discutido no capítulo 1, o adjetivo pobreza passou a caracterizar quem não tinha trabalho e quem, por incapacidade, não poderia trabalhar.

Viscardi(2011) coloca que na Idade Média a pobreza por opção, para crescimento espiritual, era valorizada. Mas os outros tipos de pobreza eram, em certa medida, uteis. Segundo o cristianismo católico, o lucro e o comercio eram condenados, e ajudar aos pobres, através da caridade, proporcionava ao ‘pecador’ a aliviar a sua culpa. Castel (1998), relata que nesta época a pobreza se tornou moeda de troca, dentro do que ele chamou de economia da salvação, estabelecendo um comercio entre ricos e pobres que, segundo o autor, era vantajoso para ambos.

Ainda no período medieval, Castel(1998) afirma que predominavam duas interpretações cristã sobre os deveres dos fieis em relação a pobreza: o modelo evangélico e o modelo de caridade discriminada. O modelo evangélico considerava a riqueza um empecilho à salvação, levando assim seus adeptos a prática da caridade para alívio das dificuldades dos pobres de forma indiscriminada. Viscardi (2011) conta que, nesta época, os próprios bens da Igreja eram considerados patrimônios dos pobres, o que levou a um grande número de bispos a fazer grandes doações como exemplo de generosidade. A segunda interpretação foi chamada de modelo de caridade discriminada. Esse modelo surge a partir do Séc XII com a diminuição da pobreza voluntária e o aumento dos pobres em geral, o que levou a Igreja a propor critérios que definiriam os direitos e deveres dos pobres. A ajuda aqui está condicionada ao merecimento.

Como explicitado no capítulo 2, o surgimento das sociedades pré-industriais, o capitalismo industrial e a Revolução Industrial e Agrícola produziram uma série de transformações sociais e econômicas, que desarticulou as tradicionais formas de subsistência. Isso acarretou numa grande migração dos campos para a cidade como forma de busca de sobrevivência. Surge então uma nova categoria de pobre, os trabalhadores válidos, desempregados ou subempregados. Esses trabalhadores passaram a pertencer a categoria dos indigentes válidos, ou seja, o que é capaz de trabalhar, mas empobrece por não conseguir fazê-lo. A pobreza então, deixou de ser oportunidade de crescimento espiritual para ser um problema social. Isso abalou o modelo evangélico de pobreza, perdendo assim a pobreza voluntária, seu caráter sagrado. (CASTEL, 1998/ VISCARDI, 2011).

Neste período a pobreza era considerada resultado da irresponsabilidade moral do indivíduo e, sua extinção incluía o esforço individual do pobre em superar a sua ocupação. Segundo esta ideia, os pobres, que não eram incapazes (doentes, crianças e idosos), permaneciam pobres devido ao seu desinteresse pelo trabalho e pela sua incapacidade de administrar seus bens. Ou seja, toda a responsabilidade pela situação em que se encontravam era a eles atribuídas e podia ser explicada em termos individuais. E, se a pobreza era irresponsabilidade moral, o equacionamento da problemática da pobreza passava também pelas soluções individuais. A ideia de que a pobreza e o empobrecimento ser de responsabilidade individual, é uma ideia amplamente desenvolvida na nossa sociedade até os dias de hoje (CASTEL,1998 /VISCARDI, 2011).

Os pobres então começaram a ser tratados como inimigos da ordem pública. Como efeito desta ideia eles precisavam ser combatidos e controlados. Silva (2008) afirma que a assistência material se tornou um poderoso instrumento de controle social deste grupo

populacional. Muitos religiosos da época acreditavam que a caridade era a forma de se reduzir a pobreza. Era através dela que os pobres poderiam ser “convencidos e educados a mudar seus hábitos de vida consolidados” (VISCARDI, 2011, P.182). E as igrejas, por serem locais onde se vivencia, molda e reproduz comportamentos individuais e coletivos, pegaram para si a tarefa de prestar assistência espiritual e material aos excluídos da época (SILVA, 2008).

Viscardi (2011) observa que, nessa época, se reforçou a ideia de caridade discriminatória ou seletiva, ao qual consistia em ajudar apenas aqueles que mereciam. Castel (1998) exemplifica isso apresentando o caráter gerencial existente na caridade cristã da alta Idade Média, que se manifestava através de uma série de exigências feitas aos pobres: ter domicílio, ter cadastro que o habilitasse a receber ajuda, etc. Com a crise dos Séculos XII e XIV e todo o processo que culminou na Revolução Industrial, que gerou um aumento do número de pobres e a diminuição dos recursos para assisti-los, fez-se necessário separa os bons pobres dos maus pobres. A caridade aqui era dever no doador, mas não direito do receptor (VISCARDI, 2011).

Foi só no Séc. XIX, que se iniciou uma mudança na concepção de pobreza no ocidente europeu. Explicações alternativas foram construídas, onde a pobreza passou a ser também ser pensada junto a condicionantes ambientais, genéticos e sociais. Com a industrialização, o processo de urbanização e o surgimento da classe trabalhadora, a pobreza passou a ser vista como resultante aos baixos níveis salariais e a dificuldade ou ao não acesso aos bens, recursos e serviços necessários a subsistência humana (ESCOREL, 1999/VISCARDI, 2011).

No Brasil, nas primeiras décadas do Séc. XX, ocorreu uma ampliação da concepção de caridade diante da situação social e econômica que se descortinava, com o processo de industrialização no final do Séc. XIX, o crescimento dos centros urbanos e o aumento de famílias vivendo em situação de miséria. A Igreja, junto das ações de cunho caritativo, estimulou a fundação de instituições que atendessem a estes segmentos, tais como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras (1923) em São Paulo (SILVA, 2008).

Silva (2008) traz que essas instituições tinham o objetivo de tanto amenizar a pobreza quanto contribuir para reestabelecer a ordem social, econômica e política, evitando que os ideias socialistas e comunistas se espalhassem entre os trabalhadores das indústrias. Esta época foi marcada pela ascensão do movimento operário e, segundo Silva é “através de organizações ligadas à Igreja buscam subtrair o operário da influência anarquista e socialista e da ação sindical” (2008, p. 3).

Voltando a análise aqui proposta e aos documentos coletados, apesar de não estar tão explícito a questão da caridade discriminatória ou seletiva, podemos percebê-la nas entrelinhas. Isso fica claro ao estudarmos as etnografias e artigos que de alguma forma descrevem como se dá e se organiza a questão da alimentação da população em situação de rua.

Neves (1999), em pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro e Niterói, com moradores de rua que frequentam instituições filantrópicas e de assistência social estatal, afirma que os adultos em situação de rua, para sobreviver cotidianamente na rua, devem provar a sua passividade e não periculosidade. Alguns, observou a autora, teatralizavam doença, fome e desolação, solicitando auxílio para assegurar a sua sobrevivência. Outros demonstravam que tinham alguma atividade laborativa aceita pela sociedade como guardar carros, catando material reciclado e sendo camelôs. Enfim, “deve aprender a expressar duas formas de inserção contraditória: discricção e exibição, de modo a poder ser incorporado pelo segmento de doadores” (NEVES, 1999, P. 128). O morador de rua precisa vestir a roupa de “bom pobre”, para que seja merecedor daquela ação. Segundo Neves (1999), os próprios moradores de rua sabem o que precisam fazer e dominam as condutas “aceitas” por aqueles que doam os alimentos. E valem-se disso para percorrer determinados círculos de relação social.

De fato, trazendo a experiência do trabalho de distribuição de comida (quentinhas) do Grupo Francisco de Assis, à moradores de rua do centro da cidade do Rio de Janeiro, podemos observar que o grupo não atendia qualquer morador de rua, ou entrava em qualquer espaço, com o a justificativa de ser perigoso. Os moradores de rua que estavam muito agressivos, não eram abordados pelo grupo e, de forma recorrente, ouvíamos dos nossos companheiros de tarefa “esse não estava na faixa de atendimento” (sic).

Podemos observar também, como dito anteriormente em sessão anterior, que a evangelização é objetivo final da doação de alimentos. Os temas das pregações, segundo Frangella (2004), são similares nos diferentes grupos e versam, em geral, sobre as pregações de Cristo e seu calvário. Abordam também situações de sofrimento e miséria social, bem como a necessidade da fé como forma de superar a situação que eles se encontram. As pregações versam ainda sobre o que se precisa fazer para alcançar o mundo divino, construindo uma oposição com o que eles vivenciam nas ruas. Frangella coloca que “ a pregação torna-se então um convite ao exorcismo e, conseqüentemente, à mudança de vida” (2004, p.229). As pregações agregam ainda em seu discurso a importância de certos valores como a família, o amor, a perseverança, além de alguns conselhos e advertências quanto à

higiene, às vestimentas, à saúde, à “vadiagem” e ao uso de drogas.

O trabalho do projeto Cristolandia, por exemplo, tem como objetivo transformar a vida dos usuários de drogas das cenas de uso de crack através do “Evangelho de Jesus Cristo” (Anexo X)⁴¹. Para isso eles oferecem comidas, orações e estudos bíblicos em tendas nas cenas de uso. Inclusive uma das etapas do processo de ressocialização é a formação de bispos e missionários que ajudaram no “resgate desses irmãos”. Encontramos discurso similar no relatório apresentado pela Pastoral de Rua (ANEXO G):

Nosso trabalho abrange também os aspectos espirituais e psicológicos. Após a refeição matinal todos dividem-se em três grupos. Um terço deles se dirige para o interior da Igreja, onde participam de uma partilha da palavra, com algumas músicas, como um grupo de oração direcionado para eles (PASTORAL DE RUA, 2014)⁴².

Nos documentos das Instituições Espiritas isso não ficou tão evidente. Contudo, a evangelização também é foco nestas instituições, seja na doutrinação que alguns espaços fazem, seja pelo exemplo da “boa conduta cristã”. Isso corrobora com a afirmativa de Neves (1999) de que o ato religioso tem como objetivo transformar o morador de rua em um “bom pobre”, seja convertendo este a determinada religião, seja os ensinando através do exemplo e da evangelização, princípios morais e regras de condutas, preceitos de verdade e de valores. Segundo Silva (2011), os ritos religiosos envolvidos na tarefa de doação de comida e a conduta cristã de ‘fazer o bem’, são exemplos de que a evangelização é um dos objetivos deste trabalho.

Um outro fato que vai ao encontro com a assertiva de Neves (1999) sobre a roupagem do ‘bom pobre’ e com a ideia de Castel (1998) sobre caridade seletiva ou discriminatória é o fato de que a pessoa em situação de rua, nos espaços caritativos de doação de alimentos, precisa seguir determinadas regras para conseguir a comida pretendida. O interesse em “civilizar” os moradores de rua, também aparece nas construções de regras de sociabilidade dentro do espaço de doações, e pelas pregações e sermões feitos dentro de determinados preceitos religiosos.

Outra observação importante que Silva (2011) faz é de que a eficácia da evangelização daqueles que vão aos serviços religiosos (seja nas instituições, seja na própria rua) é medida, não apenas pela efetivação da conversão em determinada religião, mas sim no próprio ato de evangelizar o outro e o efeito que isso produz, garantindo a sensação de dever cristão cumprido. E, em relação aos que se beneficiam destes atos, mesmo que não comunguem com

⁴¹ Disponível em : <https://www.cristolandia.org/quemsomos>

⁴² Disponível em: <http://preferidosdecristo.blogspot.com.br/>

aqueles preceitos religiosos ali apresentados, precisam participar do jogo ali estabelecido, se quiserem usufruir daquele espaço. Segundo Silva “o que se passa é um múltiplo e silencioso processo que congrega ideias planificadas na evangelização do outro, no reforço dos laços, na pertença e na confirmação da fé” (2011, p, 143).

Um outro aspecto que aparece nas entrelinhas do ato religioso caritativo de distribuição de comida, é o que objetiva essa ação. Todo ato de caridade tem como objetivo a salvação, não só daquele que recebe o alimento, na ideia de evangelização trabalhada anteriormente, mas também de quem doa a comida. A ideia de que o cristão deve cultivar o valor da caridade se desejar a salvação é pregada pela Igreja desde o início da expansão do Cristianismo no Séc. IV. E, ao longo dos séculos, as instituições religiosas utilizaram a população carente para atender as suas próprias demandas (SILVA, 2008). Esse discurso fica aparente nos documentos referentes aos Matadores de Fome. Os Matadores de fome não são um movimento religioso, mas seguem a mesma matriz de pensamento. Em reportagem a revista *Veja Rio*, um dos idealizadores do projeto afirma que: “o movimento tem um impacto transformador maior nos voluntários do que nas pessoas em situação de rua” (ANEXO E)⁴³. Também encontramos esse discurso na carta do MAP destinada aos obreiros das quentinhas quando dizem:

Este é um trabalho humilde e quase anônimo, de cozinheiras e entregadores, lavadoras de panelas e limpadoras de chão, porém cada fome aplacada, cada alma reconfortada, onde o germe da gratidão é semeado, confere a estes trabalhadores um ponto de luz nas cruces que os seus carmas lhes impõe. Talvez seja este um trabalho pouco notado na Terra. No entanto, por ele muito há de ser anotado no céu, na ficha de cada obreiro, visto também serem intermediários do Cristo na Terra, pois que por ele foram incumbidos de mitigar a mais primária de todas as necessidades: a FOME (ANEXO B)⁴⁴.

A ideia de salvação é trabalhada em todas as religiões com base cristã. Na Teologia Tradicional Cristã, a ideia de salvação está relacionada a entrada da alma no Paraíso após a sua morte e ao convívio, no paraíso, com Deus, anjos e outros santos. Muitos são os deveres cristão a serem percorridos pelos fieis para se conseguir a salvação eterna e, a caridade é um deles. Para a Doutrina Espirita, a ideia de salvação, juízo final, paraíso e etc, são figuras de linguagem. O que eles pregam é a salvação enquanto aperfeiçoamento moral, ou seja, o espírito nasce simples e ignorante e passa, por uma série das encarnações com o objetivo de progredir espiritualmente até chegar a perfeição. Nesta concepção o espírito não passa por um

⁴³ Disponível em: <http://vejario.abril.com.br/cidades/thomas-troisgros-faz-mutiroes-para-dar-comida-a-populacao-de-rua/>

⁴⁴ Disponível em: <http://map.org.br/home/aos-obreiros-das-quentinhas/>

juízo final, e sim, através das inúmeras experiências terrenas, colhe os frutos de suas boas obras e as consequências de suas más escolhas (NASCIMENTO; JUSTO, 2014).

A Doutrina Espírita, designa uma importante parcela de suas pregações para a importância da caridade. Um dos seus lemas é “Fora da Caridade não há Salvação”. Ou seja, é apenas o trabalho no bem, que proporciona a caridade, que você galga os degraus para o seu aperfeiçoamento moral. A caridade, para eles, é a mais sublime das virtudes morais e a síntese do Evangelho de Cristo. Sobre isso Kardec nos diz:

"Caridade e humildade, tal é a única estrada da salvação. Egoísmo e orgulho, tal a da perdição. Este princípio se acha formulado nos seguintes precisos termos: 'Ame a Deus de toda a tua alma e a teu próximo como a ti mesmo; toda a lei e os profetas se acham contidos nesses dois mandamentos'. E, para que não haja equívoco sobre a interpretação do amor de Deus e do próximo, acrescenta: 'E aqui está o segundo mandamento que é semelhante ao primeiro', isto é, que não se pode verdadeiramente amar a Deus sem amar o próximo, nem amar o próximo sem amar a Deus. Logo, tudo o que se faça contra o próximo o mesmo é que fazê-lo contra Deus. Não podendo amar a Deus sem praticar a caridade para com o próximo, todos os deveres do homem se resumem nesta máxima: 'Fora da Caridade não há Salvação'." (KARDEC, 2013b, p.204)

Por fim, podemos observar até aqui mais dois sentidos importantes que a comida assume. O primeiro o trabalho caritativo de distribuição de alimento para a população de rua é uma importante ferramenta para a disciplinarização dos corpos, onde se transmite', junto ao alimento ali distribuído, os preceitos e valores das religiões, seja nas pregações feitas junto ao ato de distribuir comida, seja no exemplo através da boa conduta cristã, seja na imposição de determinados comportamentos moralizados pelos preceitos religiosos para o recebimento da comida. A comida aqui é um importante veículo para controle dessa parcela da população. A prática caritativa também, e conseqüentemente, a comida distribuída para a população em situação de rua, é um importante veículo para que seus 'obreiro', capitalizem bônus para a dita salvação eterna.

*

Podemos identificar, a essa altura, alguns jogos de força presentes no campo da Alimentação e Nutrição e a População em situação de rua. Conforme dito anteriormente, entendemos campo, tal qual conceituado por Bourdieu (1989), como um microcosmo no qual estão imersos os agentes sociais e as instituições produtoras, reprodutoras e transmissoras de saberes, práticas e modos de ser. O campo é uma rede, um conjunto de relações objetivas entre posições definidas a partir das diferentes posições ocupadas pelos atores numa

determinada posição na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder, ou de capital. Em relação ao jogo de forças, a realidade é formada por forças, lógicas que regulam a atividade humana, produzindo os sentidos das ações humanas e os sujeitos, subjetividade.

O campo religioso, então, é um microcosmo no qual estão presentes diferentes religiões e grupos religiosos que estabelecem relações entre si e com os demais, produzindo, transmitindo e reforçando modos de ser, agir e pensar que repercutem em cada indivíduo em particular e na própria comunidade. Esses modos de ser, agir e pensar, são assimilados e repetidas através do *habitus*, ou seja, um sistema de disposições duradouras adquiridas pelo indivíduo durante o processo de socialização. Durante o processo da pesquisa, podemos perceber que a comida distribuída pelas instituições religiosas é um importante capital simbólico na hierarquização do campo por nós estudado.

Em relação a comida propriamente dita, ela assume um caráter divino, devido ao atos sacros e ritos religiosos que envolvem o processo de preparo, cocção e distribuição da mesma. De acordo com os grupos que a distribuem, ela atende não só ao corpo físico, também a alma, servindo como remédio e ponto de apoio para aqueles que vivem em situação de rua.

Observamos também que a comida é uma importante ferramenta tanto para o poder disciplinar, como para o Biopoder. A população em situação de rua precisa demonstrar a sua docilidade e não periculosidade para chamar a atenção dos doadores e receber o alimento e lançam mão de inúmeros recursos para comprovar que são merecedores daquela ajuda. Os moradores de rua dominam as condutas “aceitas” por aqueles que doam os alimentos, e valem-se disso para percorrer determinados círculos de doação de alimentos. As práticas de distribuição de comida também são ritualizadas e cheias de regras, assumido um importante papel civilizatório desta população.

Podemos observar também o quanto que essas ações produzem subjetividades assujeitadas, ou seja, a reprodução de um sujeito de desejo assujeitado aos interesses dominantes. As lógicas presentes no campo religioso são lógicas normatizadoras que esquadriham as subjetividades desta população. Essa relação é ainda mais perversa pois ela produz uma espécie de dependência da população em situação de rua e esses serviços, visto que, a comida ali oferecida é, em sua maioria, a única refeição que aquele indivíduo fez no dia. As ações caritativas transformam a comida em meio de salvação / aperfeiçoamento moral. Ao praticar a caridade, os atores capitalizam bônus, para a dita salvação eterna.

Por fim, sobre os efeitos que essa ação produz, o discurso religioso da piedade e da caridade, formam, conforme dito anteriormente no capítulo 1, o estigma do Coitado, e a ação de distribuição de alimentos nas ruas se torna uma consequência deste fato. Essas ações

produzem uma não valorização da autonomia da população em situação de rua, indo na contramão do que preconiza a Política Nacional, reforçando assim o estigma de coitado.

Ainda sobre a autonomia e a doação de alimentos, a população em situação de rua, ao receber a comida de forma caritativa, não ingere a quantidade nutricional mínima necessária para a sua subsistência, pois as refeições doadas possuem um valor nutricional baixo. Escorel (1999) observa que as entidades religiosas têm dificuldade de cozinhar uma grande quantidade de alimentos, assim como obter uma quantidade e qualidade adequadas dos mesmos. Quando o morador de rua recebe doação de comida, fica difícil escolher o que se gosta de comer, fora que esses ficam submetidos aos horários e normas das instituições. Ainda dialogando com Escorel (1999), a autora afirma que as pessoas em situação de rua enfatizam e valorizam a seu grau de autonomia, em relação a compra de alimentação em lanchonetes e pensões, em contraposição à situação de dependência de doações de alimentos recebidos das instituições caritativas.

Sobre os efeitos positivos, a comida é um importante catalizador de vínculos, solidariedade e agregação da população em situação de rua. Isso nos leva a reflexão, de que, o ato de distribuir a comida apesar de baseado no estigma do coitado, se torna uma importante ferramenta no combate a violência que a indiferença e a invisibilidade produz.

6.1.3 Comida e Dignidade.

Ao analisarmos alguns dos documentos pesquisados, percebemos que algumas instituições utilizam do termo *dignidade* para justificar as ações junto a população em situação de rua. Mas antes de entrarmos nos documentos propriamente ditos, iremos conceituar o termo dignidade para nos auxiliar na análise proposta.

A palavra Dignidade provem do latim, “dignitas” e “dignus” e significa, respectivamente, o que tem valor e o que é digno (o que é valioso, importante). Segundo Moraes (2010), o termo dignidade é usado desde a antiguidade, aplicado a pessoa, não de uma forma personalizada, mas sim entendida como uma qualidade comum a todos os homens indistintamente. Cabe ressaltar que a ideia de humanidade está ausente no pensamento clássico. Então, a noção de dignidade aqui está vinculada a honra, ao mérito ligado a uma função, posição social ou ofício (MORAES, 2010/ RABENHORST, 2010).

O Cristianismo inaugurou a ideia de existir uma dignidade pessoal, atribuída para cada indivíduo. Para o cristianismo o homem é digno em função da sua origem divina e de sua semelhança com Deus. Moraes (2010) nos traz que, segundo o pensamento cristão, a

dignidade humana dá-se sob um duplo fundamento: o homem foi criado por Deus, para ser o centro de sua criação e, como ser amado por Deus, foi salvo de sua natureza originária, através da noção de liberdade de escolha, que o torna capaz de tomar decisões contra o seu desejo natural. Essa mudança ocorre pois, o cristianismo, diferente das demais religiões da antiguidade, surge como uma religião de indivíduos que não se definem por sua vinculação a uma nação ou Estado, mas sim por uma relação direta e individual com Deus (MORAES, 2010/ RABENHORST, 2010).

Kant (1948), foi o teórico moderno que inauguro a concepção ética atual do conceito de dignidade da pessoa humana. O conceito de Dignidade em Kant surge, quando esse formula o Imperativo Categórico “age de tal maneira que tomes a humanidade, tanto em tua pessoa, quanto na pessoa de qualquer outro, sempre ao mesmo tempo como fim, nunca meramente como meio” (1948, p. 30). Kant define imperativo como mandamento da razão que coagem à vontade. São fórmulas que exprimem a relação entre as leis objetivas e a imperfeição da vontade humana. O Imperativo indica qual ação é possível. Existem dois tipos principais de imperativo: Hipotéticos e Categóricos. No Imperativo Hipotético, a ação não é boa em si, mas se torna boa se for um meio para alcançar um fim. No Imperativo Categórico, a ação é tida como objetivamente necessária, sem qualquer outro fim. (KANT, 1948).

Segundo Kant (1948), a natureza é definida como o reino das leis necessárias de causa e efeito e segue um determinismo inflexível. Em contrapartida o homem é um ser livre e racional e, devido a isso, age por meio de valores e fins que ele próprio atribui, construindo uma outra realidade. A essa realidade chamamos de mundo da cultura. Trazendo isso de uma outra forma, enquanto ser sensível, o homem é parte integrante da natureza e segue as leis que regem todos os seres vivos; contudo, enquanto ser racional, suas ações são livres. Para o autor, o homem ultrapassa a sua condição natural, por intermédio da educação, submetendo assim suas pulsões aos fins que ele próprio atribui, superando sua animalidade e assumindo sua condição humana (RABENHORST, 2010).

Resumindo, para Kant (1948) o que define os seres humanos como tendo dignidade, ou seja, não sendo meio e sim fim da ação, é a racionalidade. A racionalidade proporciona aos homens a capacidade de dar-se fim. Os seres, quando são desprovidos de razão são denominados como *coisa* e, por serem coisas, possuem um preço. Kant conceitua como *pessoa*, os seres racionais sendo seu valor a dignidade (KANT, 1948).

O Imperativo Categórico de Kant, traz a exigência que nenhum ser humano jamais seja visto ou utilizado como meio para atingir outras finalidades. Isso implica que as normas

precisam ter como finalidade a espécie humana enquanto tal e que a regra ética maior é o respeito pelo outro. Sobre isso Moraes (2010) nos diz:

De acordo com Kant, no mundo social existem duas categorias de valores: o preço (Preis) e a dignidade (Wurden). Enquanto preço representa um valor exterior (mercado) e manifesta interesses particulares, a dignidade representa um valor anterior (moral) e é de interesse geral. As coisas têm preço, e as pessoas dignidade. O valor moral encontra-se infinitamente acima do valor de mercadoria, porque, ao contrário deste, não se admite ser substituído por equivalente. Daí a exigência de jamais transformar o homem em meio para se alcançarem quaisquer fins. Em consequência a legislação elaborada pela razão prática, a vigorar no mundo social, deve levar em conta, como a sua finalidade máxima, a realização do valor intrínseco da dignidade humana (2010, p. 81).

A concepção de dignidade da pessoa humana é um fato recente no mundo jurídico. O respeito à dignidade da pessoa humana, enquanto preceito jurídico, surge após a Segunda Guerra Mundial, no preâmbulo das Cartas as Nações Unidas em 1945 e no Artigo 1º da Declaração dos Direitos Humanos de 1948. No Brasil surge apenas na década de 80, com o advento da Constituição de 1988. Incluir esse preceito como fundamento constitucional significa que a “vulnerabilidade humana será tutelada, prioritariamente, onde quer que se manifeste” (MORAES, 2010, P. 84).

Na Constituição Brasileira (88) a Dignidade da Pessoa Humana é um fundamento, ou seja, é um valor maior que orienta o nosso Estado. São ao todo 5 Fundamentos da República Federativa do Brasil, discriminados nos Incisos do Artigo 1º: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político. Paulo e Alexandrino (1998) colocam que a Dignidade da Pessoa Humana, consagra o nosso Estado como uma organização centrada no ser humano, ou seja, a razão de ser do Estado Brasileiro se funda na propriedade na pessoa Humana. Moraes (2010) coloca que o fundamento jurídico da Dignidade Humana se manifesta nos princípios da igualdade, integridade psicofísica, liberdade e solidariedade social.

Voltando aos documentos por nos estudados, das 7 instituições que estão agrupadas na categoria Redes de Sobrevivência, 4 utilizam o slogan da dignidade para justificar a ação junto aquela população, são elas: Pastoral de Rua, Instituto Pró-amor, Cristolândia, Refeitório Gastromotiva®.

A Pastoral de Rua, de acordo com o relatório geral de atendimento prestado a população em situação de rua em 2014 (ANEXO G), coloca que o principal objetivo da tarefa por eles executada é a restauração da dignidade humana através de auxílio material. Sobre isso o relatório nos diz:

“O principal objetivo é a busca pela restauração da dignidade humana da população de rua que atendemos. Isso se dá através do auxílio material que proporcionamos, desde a alimentação no café da manhã até o almoço no final do trabalho, além de uma completa higienização pessoal, com a assepsia corporal, troca de roupa, corte de cabelo e barba, além da possibilidade de realização de curativos, quando dentro de nossas capacidades referentes às enfermeiras e técnicas de enfermagem voluntárias e aos produtos que estejam disponíveis no momento da necessidade” (PASTORAL, ANEXO G)⁴⁵.

Conforme vemos no relato destacado acima, a noção de dignidade da pessoa humana, ou melhor a restauração da dignidade humana, está relacionada com a ajuda material, seja de comida, seja na oferta de higiene pessoal. O Instituto Pró-amor, também segue essa linha, mas amplia a sua concepção de Dignidade. Conforme descrito em seu site, quando explica a sua metodologia de trabalho, sua ação é dividida em três etapas. A primeira delas está relacionada com o que eles chamam de resgate da dignidade. Para eles esse resgate ocorre ao se retirar a pessoa da rua, colocando-o em uma hospedaria, e oferecendo os utensílios para a assepsia pessoal, ou seja, roupas e material de higiene.

Por fim, as ações do Refeitório Gastromotiva®, tem como foco diminuir a fome da população vulnerável, utilizando ingredientes excedentes dos restaurantes da cidade, produzindo comida “Gourmet” para este público. Com o slogan “Comida, Cultura e Dignidade num espaço cheio de arte para todos” a sua missão é “Contribuir na luta contra o desperdício de alimentos, a má alimentação e a exclusão social. Nutrir a humanidade com boa comida, amor, cultura e dignidade”⁴⁶. O RG atende diariamente grupos de pessoas em situação de rua que estão institucionalizadas. Aqui o reestabelecimento da dignidade humana está relacionado ao dar a possibilidade de oferecer comida gourmet para a população em situação de rua.

Observa-se que todas as instituições aqui citadas relacionam o resgate da dignidade com ações de distribuição de comida, junto a assepsia pessoal. O morador de rua precisa para ter dignidade estar alimentado e limpo. No Instituto pró-amor, isso vai além, pois ele precisa estar sob um teto. No RG, ele é digno se estiver institucionalizado – só os moradores de rua abrigados ou que frequentam algum serviço que podem, com hora marcada, usufruir do espaço – e se comer comida gourmetizada, de chefes renomados. Podemos pensar então que, a população em situação de rua se torna digna se, de alguma forma, se adequa a determinadas lógicas de ser e estar no mundo.

Uma discussão importante a ser feita é a discussão sobre reconhecimento da dignidade da pessoa humana. Barzotto (2010) define *Pessoa*, como todo ser que existe em si, um

⁴⁵ Disponível em: <http://preferidosdecristo.blogspot.com.br/>

⁴⁶ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/RefeitórioGastromotiva/about/?ref=page_internal.

indivíduo, com determinações concretas. Já *Humano*, significa uma classe, um gênero, um grupo, uma espécie. Segundo o autor, reconhecer a dignidade da pessoa humana significa reconhecer alguém como pessoa (indivíduo concreto pertencente a um determinado grupo, gênero, classe ou espécie) em uma determinada situação concreta. Ainda segundo o autor, a DPH expressa a exigência do reconhecimento de todo ser humano como pessoa (BARZOTTO, 2010).

Trazendo essas ideias para a discussão aqui proposta. Reconhecer o sujeito como humano, significa reconhecer o sujeito como pertencente a mesma espécie, classe que a dos demais. Já reconhecer o sujeito como pessoa, significa reconhecer esse como ser humano único, uma subjetividade. Quando, o grupo ou a instituição, ONG, faz qualquer ação de resgate de DPH e, por ventura, a vincula a essas lógicas hegemônicas de ser e estar no mundo, não estão reconhecendo estas como pessoas, únicas, singulares e humanos, e sim adequando-as a lógicas e subjetividades pré-determinadas, pré-fabricadas tais quais descritas por Guattari e Rolnik. Reconhecer a DPH da população em situação de rua significa reconhecer aquele indivíduo como humano e único, singular, independente da condição que aquele indivíduo se encontra. Não é o fato dele estar morando na rua que faz com que ele perca a sua Dignidade. Ele é digno independente de sua situação.

Mas, segundo Barzotto (2010), o que é bom para o sujeito, o que ele deve fazer, e o que lhe é dever, baseia-se, de forma consciente e inconsciente sobre uma concepção, que um indivíduo, grupo ou sociedade tem de ser humano. Dizendo isso de uma outra forma e incluído a discussão de dignidade, “Todo aquele que utiliza o conceito de dignidade da pessoa humana o faz em nome de uma certa concepção de ser humano” (BARZOTTO, 2010, p. 41). Podemos concluir então que o sentido da comida distribuída a população em situação de rua que tem como foco o resgate da DPH daqueles que estão nas ruas está na verdade relacionado a concepção de ser humano que aqueles atores possuem. Isso fere o que Rabenhorst (2010) chamou de valor absoluto da DPH. Para o autor o valor absoluto da dignidade está relacionado ao valor que a pessoa tem, independentemente de qualquer apreciação subjetiva.

Por fim, iremos apontar mais um caminho que servirá de base para discussões futuras sobre a temática em tela. Ao analisar os documentos das instituições pesquisadas, observamos que algumas instituições contam com a parceria de empresas privadas execução da tarefa proposta. É o caso do RG, Instituto Pró-Amor e Mattadores de Fome. No site do Instituto pró-amor, por exemplo, explica como se tornar uma “empresa do bem”. E um dos idealizadores

do RG, em reportagem para a revista GQ®⁴⁷, afirmas que o Refeitorio é um ‘negocio social’.

Isso nos leva a problematizar como que as ações de distribuição de comida, com o mote do resgate da dignidade daqueles que vivem sua vida nas ruas acabam virando um negócio rentável. Essas empresas baseando suas ações nos discursos da inclusão, da participação popular, e da ‘Responsabilidade Social’, lucram com a miséria e com as dificuldades da parcela mais empobrecida da população, tornando a pobreza uma oportunidade de negócio. Isso fere o que Rabenhorst (2010) chamou de valor intrínseco do DPH. O valor intrínseco do conceito de dignidade humana está relacionado a ideia Kantiana de que nenhum ser humano jamais seja visto ou utilizado como meio para atingir outras finalidades. Não se pode converter o outro em meio para a obtenção de algo. A pessoa humana é fim em si mesmo.

*

A partir da análise aqui proposta podemos verificar que as ações de distribuição de comida que tem o mote do regate da dignidade não o fazem. Na verdade, o que ocorre é a captura do conceito de DPH, com o foco e o objetivo de tornar os corpos da população em situação de rua dóceis e uteis ao trabalho, encaixando-o em subjetividades pré-determinadas, assujeitadas, adequadas as lógicas vigentes.

Como efeito disso produzimos o que Bourdieu (1989) chama de violência simbólica, ou seja, a classe/ atores que hierarquicamente ocupam uma posição de “vantagem” no campo estudado, impõe sua cultura aos demais integrantes daquele campo. Quando afirmamos que retomamos a dignidade da população de rua, seja no entendimento cristão do conceito de dignidade, seja tal qual entendido no princípio da DPH, estamos na verdade imputando ao outro a nossa concepção de ser humano, esquadrihando assim a subjetividade daqueles que vivem suas vidas nas ruas.

Nos arriscamos a afirmar que essas ações significam uma forma sutil de ‘morte’ daqueles que são indesejáveis aos nossos olhos. Quando imputamos ao outro uma concepção de humano pré-determinada, empurramos esses para fora dos limites das regras sociais e da humanidade, produzindo assim vidas descartáveis.

⁴⁷ Disponível em: <http://gq.globo.com/Prazeres/Gastronomia/noticia/2016/08/massimo-bottura-um-dos-maiores-chefs-do-mundo-abre-restaurant-social-no-rio.html>

6.2 As Cartilhas de Direito e a Busca por Cidadania.

Nesta sessão iremos apontar discussões que serão desenvolvidas futuramente. Ao todo coletamos 3 cartilhas de direitos que versam sobre os direitos da população em situação de rua. A ideia aqui era traçar uma discussão dos conceitos Dignidade e Cidadania, e de que forma isso se reflete nas práticas de distribuição de comida.

Das 7 instituições por nós pesquisadas, 2 vinculam a sua ação com a busca por cidadania: A Pastoral de Rua e o Instituto Pró-Amor. A Pastoral oferece um café da manhã junto com ações sociais que conta com a parceria de psicólogos, assistentes sociais, Defensoria Pública, Detran-RJ, entre outros. O Instituto Pró-Amor, chama a segunda fase de seu trabalho de Resgate da Cidadania, através da retirada de documentos.

A primeira cartilha, como dito anteriormente na metodologia, é Cartilha de Direitos do Cidadão em Situação de Rua⁴⁸, produzida em 2013, pela Comissão Especial de População em Situação de Rua da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em parceria com o Fórum Permanente de Pessoas Adultas em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro, Defensoria Pública do Estado e o Ministério Público do Estado. É uma cartilha produzida para a população em situação de rua que apresenta as políticas voltadas para esse grupo populacional e os serviços referentes a essa política. Nos chamou a atenção que o tema Alimentação e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional não serem citadas da referida cartilha. Acreditamos que isso ocorra, pois, a política de Segurança Alimentar e Nutricional não é pauta dos movimentos sociais que discutem a problemática da população em situação de rua, seja no Rio – Movimento Nacional da População em Situação de Rua e Fórum Pop rua do Estado – seja nacionalmente no Comitê Interministerial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População em Situação de Rua.

A segunda intitulada “Tutela da População em Situação de Rua”⁴⁹ foi produzida em 2015, pelo Centro Operacional de Tutela Coletiva do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ela tem como objetivo apresentar as políticas voltadas a população em situação de rua para os promotores que, no Estado do Rio de Janeiro, trabalham com essa temática. Sobre a política da alimentação ela apenas cita o que está descrito na Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua: “Promoção do direito à segurança

⁴⁸ Anexo A

⁴⁹ Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/25421/cartilha_tutela_populacao_situacao_ rua _para_grafica_2.pdf

alimentar e nutricional da população em situação de rua, por meio de restaurantes populares” (BRASIL, 2008^a, p. 2).

Por fim, a terceira intitulada “Cartilha de Direitos do Cidadão em Situação de Rua”⁵⁰, produzida em 2016, pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Essa cartilha também é destinada para a população em situação de rua. Aqui a questão da alimentação foi trabalhada de duas formas: a cartilha cita os restaurantes populares presente no estado do rio de janeiro e quatro iniciativas de instituições filantrópicas/ religiosas de prática de distribuição de comida para a população em situação de rua.

Cabe também citar que os equipamentos que prestam serviços à população em situação de rua, ligados a política de assistência e a política de saúde, também se utilizam da comida como ferramenta para o acesso à população em situação de rua, seja como forma de apresentação do serviço, seja como forma de construção de vínculo com a equipe. Como por exemplo temos o café social do Consultório na Rua que atende a área de Acari e Bangu. Neste café o Consultório na Rua, junto ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) da região, atendem a população em situação de rua que reside naquele bairro. Eles oferecem cuidados em saúde e o acesso aos benefícios da política de assistência, enquanto tomam café coletivamente na Rua. Não foi possível ser feita a análise deste tipo de trabalho, pois esses grupos, em geral não documentam publicamente o que fazem.

Por fim, como dito anteriormente, o campo alimentação e população em situação de rua é um campo vasto. Quando entramos em contato com esse mundo nos deparamos com uma infinidade de caminhos a serem percorridos. Muitos são os incômodos e problematizações que surgem a partir dos dados coletados. Acreditamos que conseguimos dar conta de algumas dessas inquietações. As outras serão trabalhadas em estudos futuros.

⁵⁰ Disponível em:

<http://www.cddh.org.br/assets/docs/Cartilha%20de%20Direitos%20Humanos%20do%20Cidad%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo capturar a rede de sentidos que envolve a comida oferecida para a população em situação de rua. Foi um estudo de cunho qualitativo. Como método de pesquisa construímos um estudo bibliográfico e documental a partir das etnografias, sites e reportagens sobre a temática em tela.

Partiu-se do pressuposto que a comida, diferente do alimento, carrega consigo os sentidos e os códigos simbólicos dos agentes envolvidos em determinada ação. Quando comemos, incorporando os aspectos culturais daquilo que ingerimos. Comer é mais que um ato de sobrevivência, é um comportamento simbólico e cultural.

Os sentidos que a comida assume são produzidos a partir dos modelos de organização de uma certa sociedade e das relações de poder-saber ali estabelecidos. Ou seja, o ato de comer e a ação de distribuição de comida e compartilha-la, por seu uma ação social possui um significado e um sentido. Esse sentido é produzido socialmente a partir das lógicas que regem o modo de organização social e das relações de poder-saber ali estabelecidas. Quando comemos, ingerimos também essas lógicas. Lógicas essas que produzem os sentidos, e também as identidades individuais e coletivas, subjetividades. Elas regem também as relações sociais presentes no campo estudado.

Sobre o fenômeno populacional foco do estudo, podemos defini-lo como grupo populacional heterogêneo que, não tendo emprego formal, usa a rua, abrigos e albergues como espaço de moradia permanente ou provisória. No capítulo destinado a apresentação desses, vimos que os jogos de forças presentes no modo de organização capitalística produzem o fenômeno social chamado de exclusão social. A exclusão social inscreve uma parcela considerável da população no que chamamos de vida nua, levando assim a produção de subjetividades descartáveis, matáveis, refugáveis. O processo de exclusão social é um dos motivos da produção e reprodução do fenômeno população em situação de rua.

Observamos também que a estigmatização da população em situação de rua, também é um importante fator na produção e reprodução das violações vivenciadas diariamente por esse grupo populacional. Tanto processo de exclusão social, quanto os estigmas atribuídos as pessoas que vivem parte de sua trajetória de vida nas ruas, são importantes motivadores para as ações de distribuição da comida.

Ao longo do processo de pesquisa podemos perceber que a comida assume diferentes sentidos. A comida é a necessidade básica que a população em situação de rua mais tem acesso e é um dos eixos centrais aos quais a rotina na rua se constrói. Ela define os trajetos

construídos pelos moradores de rua na cidade e as potenciais relações, o que lhes garante uma subsistência mínima. A comida ajuda na construção das sociabilidades e organização do campo por nós estudados, sobrepondo-se aos mecanismos de invisibilidade que produzem a dificuldade de se conseguir, com regularidade, o alimento diário e os utensílios que o cercam.

O primeiro sentido que observamos é que a comida assume um caráter divino, devido aos atos sacros e ritos religiosos que envolvem o processo de preparo, cocção e distribuição da mesma. De acordo com os grupos que a distribuem, ela atende não só ao corpo físico, mas também a alma, servindo como remédio e ponto de apoio para aqueles que vivem em situação de rua.

Observamos também que a comida tem uma relação estreita com a noção de caridade e piedade. Mas, a caridade aqui é seletiva. A população em situação de rua precisa demonstrar a sua docilidade e não periculosidade para chamar a atenção dos doadores e receber o alimento, lançando mão de inúmeros recursos para comprovar que são merecedores daquela ajuda. Os moradores de rua dominam as condutas “aceitas” por aqueles que doam os alimentos, e valem-se disso para percorrer determinados círculos de doação. Eles, precisam vestir a roupa de bons pobres, para receber o prato de comida.

As ações caritativas ainda transformam a comida em meio de salvação/aperfeiçoamento moral. A comida tem um papel evangelizador. Seja daqueles que buscam as entidades filantrópicas religiosas. Seja daqueles que buscam a própria salvação. Ao praticar a caridade, os atores capitalizam bônus, para a dita salvação eterna.

Observamos aqui que a comida tem papel civilizatório, disciplinador. Ela transmite os preceitos e valores das religiões, seja nas pregações feitas junto ao ato de distribuir comida, seja no exemplo através da boa conduta cristã, seja na imposição de determinados comportamentos moralizados pelos preceitos religiosos para o recebimento da comida. A comida aqui é um importante veículo para controle dessa parcela da população.

Verificamos também, que as ações de distribuição de comida que tem o mote do resgate da dignidade não o fazem. Reconhecer a DPH da população em situação de rua significa reconhecer aquele indivíduo como humano e único, singular, independente da condição que aquele indivíduo se encontra. Não é o fato dele estar morando na rua que faz com que ele perca a sua Dignidade. Ele é digno independente de sua situação. Observamos que o sentido da comida distribuída a população em situação de rua que tem como foco o resgate da DPH daqueles que estão nas ruas, está na verdade relacionado a concepção de ser humano que aqueles atores possuem. Na verdade, o que ocorre é a captura do conceito de DPH, com o foco e o objetivo de tornar os corpos da população em situação de rua dóceis e úteis ao

trabalho, encaixando-o em subjetividades pré-determinadas, assujeitadas, adequadas as lógicas vigentes.

Podemos concluir que os discursos religiosos formam o estigma do coitado, e a ação de distribuição da comida se torna uma consequência desse fato. Ao receber a comida de forma caritativa, a população em situação de rua não ingere a quantidade nutricional mínima necessária para a subsistência, pois as refeições doadas possuem um valor nutricional baixo. A ação de distribuição de comida gera ainda, uma dependência nos usuários, visto que estas instituições são, na maioria das vezes, a única fonte de alimentação.

Como ponto positivo, a comida atua como força agregadora, produzindo trocas simbólicas entre os sujeitos envolvidos. Isso nos leva a reflexão de que o ato de distribuir o alimento, se torna uma ferramenta no combate a violência que a indiferença e a invisibilidade produz. A comida ali distribuída não tem o objetivo de ser o condutor de todos os nutrientes necessários para aquele indivíduo. Ele atua num outro nível, no nível simbólico, da fome que não é física, mas sim da fome de existência.

Durante o processo de pesquisa observamos que as formas de compreender e lidar com a oferta de comida para a população de rua está intimamente ligada ao modo como os atores sociais participam do jogo (definindo suas posições no campo) e percebem a própria ação (reproduzindo o *habitus* de classe), naturalizando os sentidos atribuídos à comida como se eles fossem espontâneos, e não frutos das relações sociais e das disposições e interesses desses mesmos atores sociais (BOURDIEU, 1989).

Por fim, essas ações produzem subjetividades assujeitadas aos interesses dominantes. Foi possível identificar algumas lógicas normatizadoras presentes no campo Alimentação e População em Situação de Rua, lógicas essas que esquadrinham as subjetividades desta população. Isso produz uma forma sutil de ‘morte’ daqueles que são indesejáveis aos nossos olhos. Então, oferecer a comida, não é um gesto humanitário, trata-se de uma ação que tem outras implicações. A quentinha distribuída pelas instituições religiosas e filantrópicas são um importante poder simbólico, que reproduz a ordem social hegemônica. Ela é um importante capital simbólico que estrutura a rede de relações presentes no campo estudado e um fator importante para a hierarquização dos atores presentes neste campo. Como efeito disso produz-se violência simbólica, visto que a classe/ atores que hierarquicamente ocupam uma posição de “vantagem” no campo estudado, impõe sua cultura aos demais integrantes daquele campo.

Ao final desse estudo, deixamos apontados alguns caminhos possíveis para discussões futuras sobre a temática: a relação da comida com a cidadania e as práticas dos equipamentos da saúde e assistência social que vinculam, algumas ações junto a população em situação de

rua, ao ato de distribuir comida. Essas ações nos parecem potentes linhas de fuga ao cenário por nós delineado. O campo da Alimentação e População em situação de rua é um campo vasto e pouco explorado. Quando entramos em contato com esse mundo nos deparamos com uma infinidade de caminhos a serem percorridos. Esse estudo é um estudo introdutório. Nós não temos a pretensão de desvelar todas as lógicas produtoras de sentido presente nas ações de distribuição de comida para a população em situação de rua. Queremos apenas apresentar algumas das problematizações e inquietações que nos acompanharam durante o processo de pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAREMBLIT, G. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1994.

BARZOTTO, L. F. Pessoa e reconhecimento: uma análise estrutural da dignidade da pessoa humana. In: FILHO, A. A.; MELGARÉ, P (ORG). *Dignidade da Pessoa Humana: fundamentos e critérios interpretativos*. João Pessoa/Porto Alegre: Malheiros Editora, 2010. p. 39-67.

BAUMAN, Z. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, 2ª edição.

_____. *Outsider: Estudos da Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOSI, M. L. M.; PRADO, S.D. Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: constituição, contornos e estatuto científico. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 16, nº 1, p. 7-17, 2011.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BOVE, C; FIGUEIREDO, G. A política nacional para a população em situação de rua: processo e participação. In. GRINOVER, A. P.; ASSAGRA, G.; GUSTIN.; LIMA, P. C. V.; IENNACO, R.; *Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014, p. 421-437.

BRANDÃO, André A. Conceitos e coisas: Robert Castel, a “desfiliação” e a pobreza urbana no Brasil, *Emancipação*, V 2, nº 1, p. 141-157, 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: 1988.

_____. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: MDS, 2004..

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Estimativa da população em situação de rua no Brasil*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf> Acesso em 02 de novembro de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Nacional da Assistência Social. *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Brasília: MDS, 2008^a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre população em situação de Rua*. Sumário Executivo de Fortaleza. Brasília: MDS/META, 2008b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Lei de Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos*. Brasília: 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Manual Programa Restaurante Popular*. Brasília: 2004.

_____. Presidência da República. *Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009*.

_____. Presidência da República. *Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992*.

CARVALHO, M.C.V.S.; LUZ, M.T.; PADRO, S.D. Comer, Alimentar e Nutrir: Categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. *Ciências e Saúde Coletiva*, v. 16, N° 1, p. 155-163, 2011.

CASEMIRO, J. P.; VALLA, V. V.; GUIMARÃES, M. B. L. Direito humano à alimentação adequada: um olhar urbano. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, nº 4, p. 2085-2093, 2010.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Vozes, 1998.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, 2^a ed.

CELLARD, A. A análise documental. In NASSER, A.C. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

CONTRERAS J.; GRACIA, M. *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

DaMATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ESCOSSIA, L.; TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In, PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 92-108.

ESCOREL, S. *Vidas ao léu: trajetória de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FAO. *O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (Sofi): Um retrato multidimensional*. Brasília: agosto de 2014. Disponível em: http://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf

FILHO, J. R. de. A. *A chacina do pan: a produção de verdade de vidas descartáveis no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

FILHO, A. A.; MELGARÉ, P (ORG). *Dignidade da Pessoa Humana: fundamentos e critérios interpretativos*. João Pessoa/Porto Alegre: Malheiros Editora, 2010.

FIORI, José Luiz. Estado do bem-estar social: padrões e crises. *PHYSIS: Revista Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: v.7, nº 2, p. 129-147, 1997.

FONTES, V. *Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada*. Tempo: Rio de Janeiro, v. 2, nº. 3, 1996, p. 34-58.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. Aula de 17/03/76. In: *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 35 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *A verdade e as Formas Jurídicas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2009.

FRAGOSO, S.; RECURESO, R.; AMARAL, A. *Métodos de pesquisa para a internet*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

FRANGELLA, S. M. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Campinas:2004, 361f.

GARCIA, Emerson. Pessoas em situação de rua e direitos prestacionais. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*. RBDC n. 19, 2012.

GODOY, A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n 2, 1995, p. 57-63.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. Companhia Editora Nacional, 1948. E-book disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_kant_metafisica_costumes.pdf, acesso em dezembro de 2016.

KARDEC, A. O livro dos espíritos. Brasília: FEB, 2013a.

_____. O evangelho segundo o espiritismo. Brasília: FEB, 2013b.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katál*: Florianópolis, volume 10, 2007, p. 37-45.

LARAIA, R. B. *Cultura um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, 14ª edição.

LEMOS, M. R. Estratificação social na teoria de Max Weber: Considerações em torno do tema. *Revista Iluminart*, ano IV, nº 9, 2012.

LEITA, B. F. S.; WOLLZ, L. E. B.; FERREIRA, F. R.; PRADO, S. D. O trabalhador expulso do campo se transforma em Homo sacer na cidade: as consequências da pobreza entre pequenos produtores rurais no Brasil. In PRADO, S. D. (ORG). *Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

LOPES, J.R. “Exclusão Social” e controle social: Estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade. *Psicologia e Sociedade*. v. 18, nº 2, p. 13-24, 2006.

MAIOLINO, A. L. G.; MANCEBO, D. Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão. *Psicologia e Sociedade*, v. 17, nº 2, p. 14-20, 2005.

MARK, K. A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In: *O Capital* (Livro Primeiro, vol. II). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979, pp. 712-827.

_____. A assim chamada acumulação primitiva. IN: *O capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARK, K. A gênese do capitalismo industrial. In IANNI, O. *Teorias da Estratificação social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3ª ed., 1978, p. 299-310.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001, 18ª ed.

MACHADO, A. F. Políticas públicas no estado do bem-estar social e no neoliberalismo alguns aspectos. *Direito em Debate*: ano XI, nº20 , 2003 , p 73 – 98.

MONTANARI, M. *Comida como cultura*. Editora Senac: São Paulo, 2013, 2ª edição.

MORAES, M.C.B. *Na medida da pessoa humana: estudos de direito civil-constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

NAIFF, L. Exclusão Social no contexto familiar: uma história de mulheres. In OLIVEIRA, E. S.; GATTO, M. *Programa de Jovens Mães: uma experiência do do feminino*, Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016, p. 19-41.

NASCIMENTO, E. C.; JUSTO, J, S. Entidades filantrópicas e religiosidade na compreensão da errância do contemporâneo. *Psicologia em estudo: Maringá*, v. 10, n 1, 2014, p.59-69.

NEGRI, S. M. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. *Coletânea Nosso Tempo*, Ano VII, v. 8, nº 8, 2008, p. 129-153.

NEVES, D. P. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. *Caderno CRH*: Salvador, n 30/31, 1999, p. 111-134.

NOGUEIRA, F. da G. P. *Hóspedes incômodos: estudo sobre moradores de rua no hospital de emergência*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: 2008, 94 f.

OLIVEIRA, E. R. *A Caridade e a Assistência: o processo de reordenamento socioinstitucional “vivido” no cotidiano de uma instituição religiosa espírita prestadora de serviços socioreligiosos localizada na Rocinha – cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro:2017, 181f.

PALHANO JR, L. *Dicionário de filosofia espírita*. Rio de Janeiro: CELD, 1997.

PAULO, V.; ALEXANDRINO, M. *Direito constitucional descomplicado*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2008.

POULAIN, J. P. *Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Florianópolis: Ed. UFSC; 2013.

QUINTANEIRO, T. BARBOSA, M. L. de O. B.; OLIVEIRA, M. G. M. de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 2ª edição.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: UNIC, 2009.

ONU. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos. *Comentário Geral número 12 O direito humano à alimentação*

(art.11)1Disponível em: <http://www.sesc.com.br/mesabrazil/doc/Direito%20humano%20%C3%A0%20Alimenta%C3%A7%C3%A3o-Seguran%C3%A7a-alimentar.pdf>, 1999.

OKSALA, J. *Como ler Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

RABENHORST, E. R. O valor da pessoa humana e o valor da natureza. In: FILHO, A. A.; MELGARÉ, P (ORG). *Dignidade da Pessoa Humana: fundamentos e critérios interpretativos*. João Pessoa/Porto Alegre: Malheiros Editora, 2010. p. 21-38.

REVEL, J. *Dicionário de Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

RICHARDSON, Robert Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTANA, E. P. de J.; SILVA, A. dos S.; SILVA, V. S. da. Histórico da política de assistência social: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais. *VI jornada de políticas públicas : o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação*. São Luiz do maranhão, 2013.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2001, 6ª edição.

SILVA, M. L. da. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Brasília: 2006, 220 f.

SILVA, C. N. Caridade e ação social das igrejas: a quem se destinam? *Serviço Social em Revista: Universidade Estadual de Londrina*, v. 11, n. 1, 2008, p. 1-12.

SILVA, J.K.; PRADO, S.D.; CARVALHO. M.C.V.S.; ORNELAS, T.F.S.; OLIVEIRA, P.F.; Alimentação e cultura como campo científico no Brasil. *Physis Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, Volume 20, Nº 2, p.413-442, 2010.

SILVA, T. L. da. A rua como espaço de interação social: um estudo antropológico das relações entre população em situação de rua e grupos caritativos. *Revista Antropológica*, n 29, 2011, p. 131-149.

SILVA, C. L. da. Interacionismo Simbólico: história, pressupostos e relação professor e aluno; suas implicações . *Revista Educação por Escrito – PUCRS*, v.3, n.2, dez. 2012.

SILVA, E. A. da . As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais. *Revista Angolana de Sociologia*, 12 | 2013, 77-99.

SOARES, L. E. Juventude e violência no brasil contemporâneo. In MAIA, M. S. (Org). *Por uma ética do cuidado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 323-356.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>. Publicado em 25 de março de 2011. Acessado em: 27/06/2017.

TRINO, A. T.; MACHADO, M. P. M.; RODRIGUES, R. B. Conceitos norteadores do cuidado junto a população em situação de rua. In FONSECA, M. T. (ORG). *Saberes e práticas na atenção primária à saúde: cuidado à população em situação de rua e usuárias de álcool e outras drogas*. São Paulo: Hucitec, 2015.

VISCARDI, C. M. R. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. *História, Ciência, Saúde: Rio de Janeiro*, v 18, suple 1, 2011, p. 179-197.

WACQUANT, L. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1974, 5ª ed.

_____. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. São Paulo: Editora UNB, 2004, Volume 2

_____. *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Covilhã: Lusosofia, 2010.

WOLLZ, L. E. B.; LEITE, B. F. S.; FERREIRA, F. R.; OLIVEIRA, M. A. Alimentação, cidadania e direitos da população em situação de rua: um tema ainda negligenciado. In PRADO, S. D.; KRAMER, F.B.; SEIXAS, C.M.; FREITAS, R. F. *Alimentação e Consumo de Tecnologias*. Curitiba, PR: CRV, 2015, p.435/451.

- **Reportagens:**

O GLOBO – Sociólogo fala sobre a experiência de viver um mês com moradores de rua no Rio, 18/12/2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/sociologo-fala-sobre-experiencia-de-viver-um-mes-com-moradores-de-rua-no-rio-11098922> , acesso em: 04/04/2017

Veja Rio – Thomas Troisgros faz mutirões para dar comida à população de rua, 14/04/2017. Disponível em : <http://vejario.abril.com.br/cidades/thomas-troisgros-faz-mutiroes-para-dar-comida-a-populacao-de-rua/>, acesso em 19/05/2017.

- **Sites:**

ARQUIDIOCEDE DE SÃO SEBASTIÃO. *Pastoral da População de Rua*. Disponível em: <<http://arqrio.org/formacao/detalhes/443/pastoral-da-populacao-de-rua>> Acesso em 03 de dezembro de 2016.

CASA ESPIRITA CRISTÃ MARIA DE NAZARÉ. Disponível em: <http://www.rita.org.br/>. Acesso em 13/02/2017.

CRISTOLANDIA. Disponível em: < <https://www.cristolandia.org/>> Acesso em, 13/02/2017.

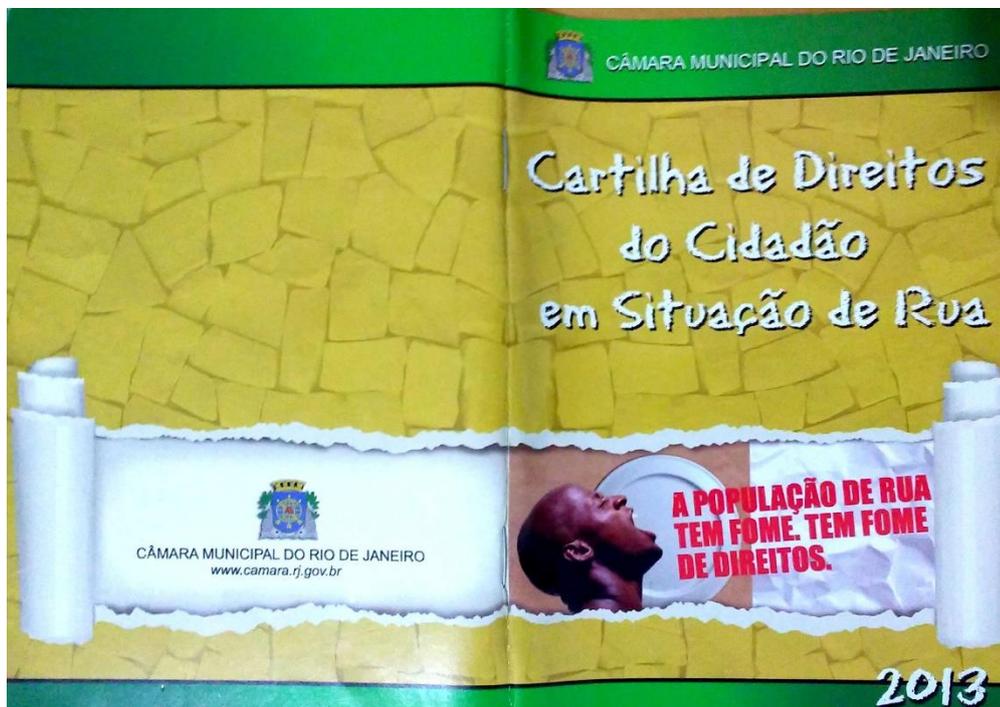
INSTITUTO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO E AMPARO AOS MORADORES OCULTOS NA RUA. Disponível em: < <http://www.proamor.org.br/quemsomos/>>. Acesso em 15/07/2017.

MOVIMENTO DE AMOR AO PRÓXIMO. Disponível em: <<http://map.org.br/home/>> Acesso em 13/02/2017

PASTORAL DO POVO DA RUA. Relatório de Atendimento. Disponível em: <http://preferidosdecristo.blogspot.com.br/>. Acesso em 03/12/2016.

REFETORIO GASTROMOTIVA – disponível em: < https://www.facebook.com/pg/RefetorioGastromotiva/about/?ref=page_internal>, Acesso 18/11/2016.

ANEXO A – Cartilha de Direitos do Cidadão em Situação de Rua: a população de rua tem fome. Fome de direitos.



ÍNDICE	
I - SAUDAÇÃO.....	05
II - APRESENTAÇÃO.....	05
III - DIREITOS DO CIDADÃO.....	06
1. DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	08
1.1 Direito à Vida e à Liberdade.....	08
1.2 Direito à Identificação / Registro Civil.....	10
2. DIREITOS SOCIAIS.....	15
2.1 Direito à Proteção e Segurança Social.....	15
2.2 Direito à Assistência Social.....	16
2.3 Direito à Saúde.....	24
2.4 Direito à Previdência Social.....	30
2.5 Direito à Moradia.....	34
2.6 Direito ao Trabalho.....	37
2.7 Direito à Educação.....	40
MOVIMENTO NACIONAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA - MNPR.....	44
ENDEREÇOS E TELEFONES.....	45
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	64

ANEXO B– Mensagem Obreiros das “Quentinhas” – Movimento Amor ao Próximo.⁵¹**Aos obreiros das “quentinhas”**

Abençoadas mãos as que se estendem, se oferecem, se doam ao trabalho de mitigar a fome daqueles que; sem teto, pela via pública se alastram, como as ressequidas plantinhas que teimam em sobreviver por entre as fendas das calçadas de cimento.

Assim como as temerárias plantinhas, os deserdados do mundo se derramam pelos calçamentos da cidade, lutando pelo direito à existência, apesar de lhes serem todas as conjunturas adversas. Como companheira mais fiel, conta eles com a fome, pois esta se faz eterna sócia dos corpos que a penúria adotou.

No afã de minimizar tanta agrura, tanto sofrimento, embora sabendo quão insuficiente é o esforço que empreendem, surgem os obreiros da caridade terrena distribuindo as “quentinhas” que matarão a fome de alguns e, junto com elas, deixam aos desditosos irmãos um pouco de esperança na observação de que, afinal, alguém se importa alguém lhes nota a penúria e se apieda.

Iluminadas são as mãos que providenciam o alimento à indigência: mãos que o preparam, mãos que o acondicionam nas benditas “quentinhas”, mãos que cuidam da higiene dos utensílios a serem usados no seu preparo e todas as mãos que neste mister se envolvem! Juntamente com o alimento para o corpo físico, algo mais é colocado. Objetivando doar um pouco de si mesmos, muitos dos obreiros amorosos das “quentinhas”, em todos os estágios do processo, desde a compra dos mantimentos até a entrega, irradiam amor, rogando aos Planos Superiores que sejam elas acrescidas dos remédios necessários para o refazimento do corpo e da alma dos que irão recebê-las, visto tão combalido estarem pela miséria.

Este é um trabalho humilde e quase anônimo, de cozinheiras e entregadores, lavadoras de panelas e limpadoras de chão, porém cada fome aplacada, cada alma reconfortada, onde o germe da gratidão é semeado, confere a estes trabalhadores um ponto de luz nas cruces que os seus carmas lhes impõe.

Talvez seja este um trabalho pouco notado na Terra.

No entanto, por ele muito há de ser anotado no céu, na ficha de cada obreiro, visto também serem intermediários do Cristo na Terra, pois que por ele foram incumbidos de mitigar a mais primária de todas as necessidades: a FOME.

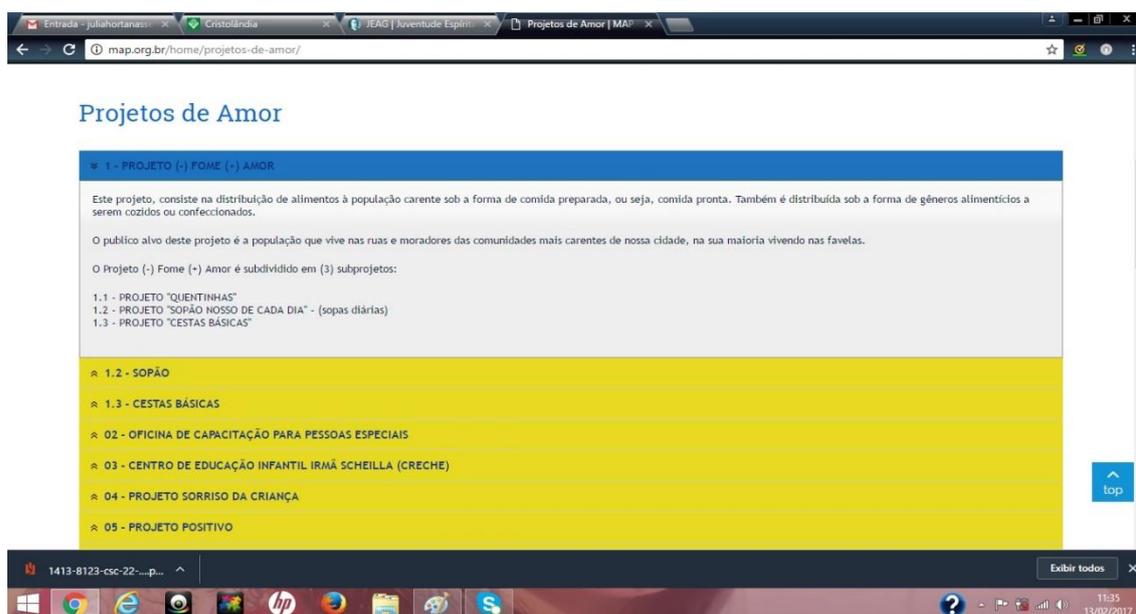
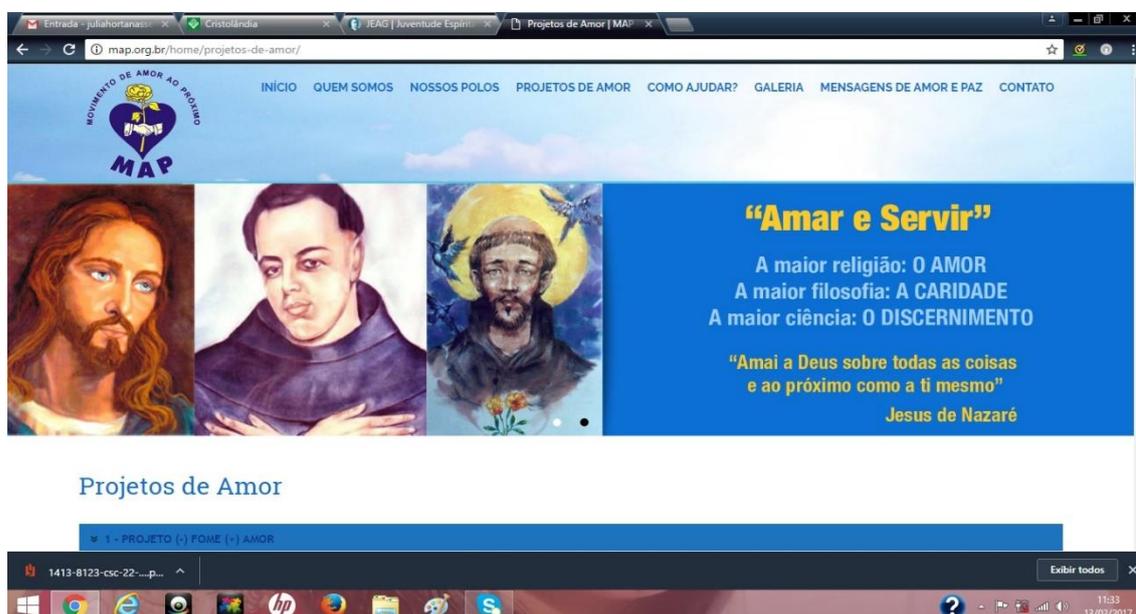
Alguns haverão de receber o alimento com indiferença, da qual nem sempre serão culpados, pois que a necessidade constante, o constante sofrimento têm poder para tornar a alma apática, indiferente, o que poderá parecer ingratidão.

Mas, em muitos olhares cansados, o entregador de “quentinhas” há de perceber um brilho rápido ou uma lágrima mal dissimulada. Certo esteja o obreiro que, neste momento, o espírito do indigente, reconhecido, lhe confere aquilo que de mais precioso poderia receber: o tesouro da gratidão.

Do espaço infinito, neste momento, os amigos espirituais dos trabalhadores das “quentinhas”, que os acompanham sempre na santificada tarefa, hão de sorrir jubilosos entoando hosanas ao Pai que permite aos filhos pecadores tão bela oportunidade de redimir erros do passado, iluminando as estradas do futuro.

⁵¹ Disponível em: <http://map.org.br/home/aos-obreiros-das-quentinhas/> acesso em: 27 /06/2017

ANEXO C – Movimento de amor ao Próximo – projetos de amor⁵²



⁵² Disponível em: <http://map.org.br/home/projetos-de-amor/>

ANEXO D - Cristolândia⁵³

HOME QUEM SOMOS ONDE ESTAMOS COMO SE ENVOLVER DOAÇÕES SEMANA DE COMBATE DOCUMENTÁRIO CONTATO

Cristolândia - Rio de Janeiro

MISSÃO BATISTA CRISTOLÂNDIA RIO DE JANEIRO

Aqui funciona a abordagem e triagem, com atendimento diário aos frequentadores das cracolândias. Ofertamos um serviço de redução de danos, visando evitar o agravamento de doenças físicas e mentais. Sendo assim, são oferecidas três refeições (café da manhã, almoço e jantar) e a possibilidade de corte de cabelo, banho e troca de roupa. O interessado em deixar as ruas e as drogas se apresenta de forma voluntária para ingressar no processo terapêutico da Cristolândia, passa pela entrevista de triagem e caso tenha o perfil para continuar no processo terapêutico, se torna aluno do projeto. Nessa etapa, o aluno é observado, aconselhado e recebe apoio para prosseguir. Inicia-se o discipulado diário com estudos bíblicos. Em paralelo o aluno recebe apoio na saúde, ao ser encaminhado para atendimento na Rede de saúde e o cuidado emocional, com início das propostas para o processo terapêutico individual.

Público Alvo: Homens e Mulheres

Voltar

20:27
09/05/2017



⁵³ Disponível em : <https://www.cristolandia.org/>

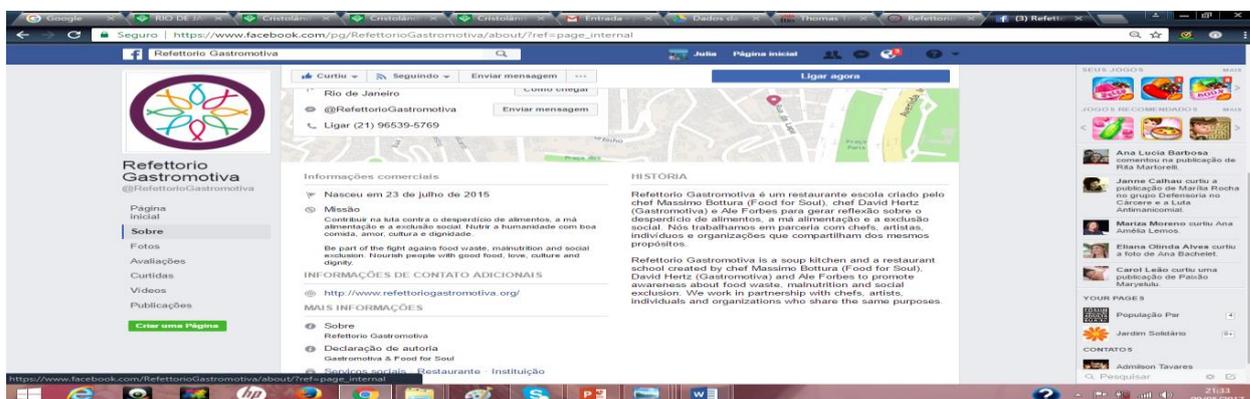
ANEXO E - Projeto MaTTador de Fome/ MuTTirão – TT Burger – Reportagem Veja Rio⁵⁴
e Imagem do Projeto⁵⁵.



⁵⁴ Disponível em: <http://vejario.abril.com.br/cidades/thomas-troisgros-faz-mutiroes-para-dar-comida-a-populacao-de-rua/>

⁵⁵ Disponível em:
<https://www.facebook.com/projetovoarcafedamanha/photos/rpp.269854646707274/447018715657532/?type=3&theater>

ANEXO F - Refettorio Gastromotiva – Site / Facebook (missão)⁵⁶



⁵⁶ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/RefettorioGastromotiva/about/?ref=page_internal

ANEXO G - Pastoral de Rua - Relatório 2014. ⁵⁷

Pastoral Arquidiocesana da População de Rua
Núcleo Mãe do Divino Amor
Relatório Geral 2014
Elaboração: 11/12/2014

A Pastoral Mãe do Divino Amor realiza-se todas as terças feiras, a partir das 07:30 até às 12:00, na Paróquia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição e São José, situada na Avenida Amaro Cavalcanti, número 1671, no Engenho de Dentro, Rio de Janeiro – RJ.

A referida Pastoral teve seu início em 25 de março deste ano, com a forte marca do dia 19, dia do Padroeiro da Paróquia, São José, que antecedeu esta data, quando houve importante divulgação e pronto interesse de vários voluntários, o que possibilitou o início do projeto. Desde então, recebíamos entre 15 e 20 moradores de rua. Mas através de uma natural divulgação entre estes, essa quantidade foi gradualmente crescendo, e após o meio do ano, chegamos ao número médio de 70 atendimentos semanais, sendo que esta média mantém-se até aos dias atuais.

O principal objetivo é a busca pela restauração da dignidade humana da população de rua que atendemos. Isso se dá através do auxílio material que proporcionamos, desde a alimentação no café da manhã até o almoço no final do trabalho, além de uma completa higienização pessoal, com a assepsia corporal, troca de roupa, corte de cabelo e barba, além da possibilidade de realização de curativos, quando dentro de nossas capacidades referentes às enfermeiras e técnicas de enfermagem voluntárias e aos produtos que estejam disponíveis no momento da necessidade.

Entretanto o projeto busca ir além de um alívio momentâneo, para uma resolução mais profunda na vida dos assistidos. Contamos também com uma equipe que se dedica exclusivamente à elaboração de cadastros de todos os assistidos, com averiguação de sua real situação, e uma seqüente investigação das possibilidades de encaminhá-los para espaços onde possam encontrar o auxílio de que precisam, dos quais muitos não temos estrutura para atendê-los. Neste âmbito, temos encaminhado semanalmente nossos assistidos para casas de abrigo e recuperação; órgãos governamentais para emissão de documentos; unidades do Sistema Único de Saúde para tratamento e acompanhamento nos cuidados de saúde; órgão do estado para encaminhamento de oportunidades de emprego e lugares dos quais temos conhecimento que também estejam oferecendo vagas para trabalho; centros educacionais para profissionalização técnica; reintegração familiar; além da prestação de serviços jurídicos através de um de nossos voluntários, e da doação de mercadorias para cerca de 4 assistidos por semana, que procuramos selecionar com alguns cuidados, para que possam gerar renda através de trabalho próprio.

Nosso trabalho abrange também os aspectos espirituais e psicológicos. Após a refeição matinal todos dividem-se em três grupos. Um terço deles se dirige para o interior da Igreja, onde participam de uma partilha da palavra, com algumas músicas, como um grupo de oração direcionado para eles. Outro terço vai para um salão, onde participam de dinâmicas conduzidas por um voluntário com formação específica e com grande experiência na área. E o restante vai para outro salão, onde são realizados os cadastros e acompanhamentos, cortam o

⁵⁷ Disponível em: <http://preferidosdecristo.blogspot.com.br/>

cabelo e a barba, pegam roupas e aguardam serem chamados para assepsia corporal. Conforme as atividades de cada grupo se completa em um período médio de 50 minutos, então os grupos se revezam, até que todos tenham participado de todos os grupos. E finalmente todos se dirigem novamente para a quadra da Igreja, onde, após uma breve oração e alguns avisos, todos almoçam, e então é dado o término do trabalho.

Abaixo, alguns números referentes aos resultados que até então conseguimos apresentar através do supracitado projeto:

FINALIDADE	QUANTIDADE
Oftalmologista	55
Família	10
Abrigo / Casa de recuperação	23
Oportunidade de Emprego	72
Empregados efetivamente	5
SUS	28
Documentação	138
Dentista	23
Mercadoria	82
Total	431
Nº de atendimentos total	2310

Observação importante:

É importante notar que estes números foram calculados de maneira a alcançar uma média. Isso ocorre porque nos primeiros meses não tínhamos um método exato para armazenar e coletar as informações necessárias para o levantamento de tais dados. Outro motivo, é o alto nível de dificuldade de acompanhamento de cada caso, devido ao fato de nossos atendidos não terem residência, e muitas vezes, nem mesmo um paradeiro constante, e nem uma forma de contato. Sendo assim, fica indefinido seu retorno, e muitas vezes desconhecido os resultados de nosso trabalho, podendo ainda ser maior do que o apresentado acima. Um outro exemplo que ilustra nossa dificuldade, é quando casos são resolvidos ao final do trabalho, quando o material já foi recolhido e a equipe muitas vezes já não estando mais presente, e acaba não sendo registrado.

Mais próximo ao final deste ano já possuímos uma forma para organizar esses dados, mas ainda assim, reconhecemos a necessidade de aprimoramento. A dificuldade de informatização desse processo durante o trabalho é um dos principais empecilhos.

Abaixo, segue a explicação de cada serviço prestado, registrado na tabela:

Oftalmologia: possuímos uma cota semanal para encaminharmos para um oftalmologista voluntário, que atende gratuitamente nossos assistidos.

Família: em casos em que identificamos a família e confirmamos que esta está disposta a receber nosso assistido, mesmo que morando em outro estado, como acontece na maior parte das vezes, doamos, através de benfeitores, a passagem e todo o necessário para que retornem e sejam reintegrados, efetivamente, em suas famílias.

Abriço / Casa de Recuperação: naqueles em que identificamos grande força de vontade em superar sua dependência química, ou mesmo sair da situação de rua para trabalhar, buscamos em algumas casas especializadas nesse tipo de acolhimento, vagas disponíveis, que, quando encontradas, solicitamos para o nosso assistido.

Oportunidade de emprego: diante de manifesta vontade de trabalhar, orientamos nossos assistidos para o Centro Público de Trabalho, Emprego e Renda, onde são entrevistados e encaminhados para oportunidades de emprego acessíveis à eles; ou, ainda, o orientamos para empresas privadas de que temos conhecimentos de estarem em período de recrutamento.

Empregados efetivamente: são os que, através da supracitada estratégia, conseguem efetivarem-se em alguma vaga.

Sistema Único de Saúde (SUS): buscando encaminhá-los para tratamento, acompanhamento, urgência ou emergência, os direcionamos, e algumas vezes os levamos para unidades do SUS; e de maneira especial os Consultórios de Rua do Centro e Jacarezinho, e o Posto localizado mais próximo à Igreja, que através de seus responsáveis, se colocam à disposição para atender nossos assistidos.

Documentação: O CREAS Janete Clair e a Defensoria Pública especializada, neste quesito, são grandes parceiros nossos, que recebem nossos assistidos, e sem grandes dificuldades, e mesmo em casos mais complicados, conseguem emitir a documentação faltante de nossos assistidos.

Dentista: possuímos uma cota semanal para encaminharmos para um dentista voluntário, que atende gratuitamente nossos assistidos.

Mercadoria: doamos mercadorias, mas especificamente amendoins, para um número limitado de assistidos, para que possam, através da venda ambulante desse material, produzir renda e sustentarem-se. Antes da distribuição, porém, é feita uma breve explicação do método pelo qual deverão seguir para manterem um capital de giro e aumentarem suas vendas. Vale registrar também que cada um recebe esse benefício apenas uma vez, ficando registrado em sua ficha, ou em devido relatório.

Prestação de contas: tendo em vista que nossas necessidades são espontâneas e extremamente variáveis, as doações que recebemos também o são, e geralmente são no valor exato da necessidade, sendo assim, despendida imediatamente. Ainda não possuímos um relatório específico para prestação de contas. A maior parte de materiais que utilizamos são provindos de doações, não tendo necessidade, na maior parte, de quantias para obtenção.

Louvado seja Deus, agora e para sempre!!

ANEXO H – Pastoral do Povo da Rua – Arquidiocese São Sebastião⁵⁸.

Pastoral da População de Rua .

O cenário das ruas das grandes cidades permite encontrar um povo que luta e resiste para sobreviver. Escondidos, ora em marquises e viadutos, ora em prédios ou casas desocupadas, os moradores de rua sofrem o estigma da exclusão social. Igual sorte cabe aos catadores de materiais recicláveis que, puxando pesados carrinhos, andam pelas ruas e lixões das cidades coletando materiais para vender. Sem reconhecimento oficial, estes homens e mulheres são, via de regra, esquecidos pelos poderes públicos, que optam pela reedição de medidas excludentes. É verdade que tem havido algumas mudanças na legislação existente para que eles possam ser incluídos de verdade, mas como é difícil passar da aprovação das leis, decretos e portarias à aplicação das mesmas. Como é longo e moroso o caminho da inclusão. Como é longo também o caminho da conversão pastoral. Situações como esta fazem-me lembrar a resposta dos trabalhadores da vinha da parábola: “ninguém nos contratou” (cf. Mt 20,7).

Abandonados, nas ruas, sofrem as consequências das operações de toda ordem, e nos lixões trabalham sem as mínimas condições de higiene e salubridade.

É nessa multidão de pobres e miseráveis que somos convidados a localizar rostos concretos (cf. DA 65), de antigas e novas pobreza, desde moradores de rua até crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social (cf. DA 184-190). Não se trata simplesmente de pobreza, mas de exclusão social. Os novos pobres, hoje, não são somente “explorados”, mas “supérfluos” e “descartáveis” (cf. DA 65).

As expressões da nossa fé, o compromisso solidário e a vida fraterna fazem nascer a da vida. Redescobrimos que somos, sim, responsáveis por nossos irmãos (cf. Gn 4,9). Não podemos nos esquecer do mandato do Senhor Jesus aos discípulos: “dai-lhes vos mesmos de comer” (Lc 9,13).

Numa pesquisa feita em 2007 foi constatado que a população de rua é predominantemente de homens com idade entre 25 a 44 anos. Esta realidade é fruto de uma mudança socioeconômica, que gera o desemprego estrutural caracterizado pela diminuição da mão de obra empregada na indústria, pela fragmentação do processo produtivo e pela flexibilização das relações de trabalho. Um verdadeiro “salve-se quem puder” (cf DGAE 26).

Assim, a Pastoral do Povo em Situação de Rua assume como missão ser presença junto ao povo da rua e dos lixões, ajudando a reconhecer os sinais de Deus presentes em sua história e a desenvolver ações que transformem esta dura realidade, e estimular ações junto à população de rua e catadores de materiais recicláveis que ajudem a construir alternativas em defesa da

⁵⁸ Disponível em: <http://arqrio.org/formacao/detalhes/443/pastoral-da-populacao-de-rua>

vida e na elaboração de novas políticas públicas. Dar visibilidade às questões referentes à população de rua e denunciar as ações violentas e discriminatórias.

É preciso ir aos moradores de rua lá onde vivem: na própria rua e levar a mensagem do Evangelho de que são convidados a participar do banquete do Reino (cf. Mt 22,9)

ANEXO I - Pastoral de Rua Fotos– Site / Facebook⁵⁹.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/PastoralDoPovoDaRuaDaArquidioceseDeBrasilia/>

ANEXO J – O Instituto Brasileiro de Proteção e Amparo aos Moradores Ocultos na Rua⁶⁰

Quem Somos

O Instituto Brasileiro de Proteção e Amparo aos Moradores Ocultos na Rua – Instituto PRO AMOR, nasceu do projeto A.M.O.R. (Adote um Morador Oculto na Rua), e tem por missão resgatar das ruas aqueles que há muito não sabem o significado da palavra DIGNIDADE – os nossos queridos irmãos em situação de Rua.

Infelizmente é disseminada na sociedade a falsa idéia de que viver na rua é uma opção, como se todos que nela se encontram estivessem ali por livre escolha. **NÃO, ISSO NÃO É VERDADE.** A rua é uma verdadeira areia movediça, quem nela cai dificilmente consegue sair sozinho, é necessário receber auxílio. Os fatores que levam a queda são diversos: falência, desemprego, vícios, depressão, distúrbios psicológicos.

O fato é que, quem não possui endereço certo não habita a Terra. Ninguém emprega quem não possui residência, e, em regra, ninguém se interessa por eles, os escuta, os vê ou os ouve. **O PRO AMOR NÃO É UM PROJETO ASSISTENCIALISTA**, mas sim **CONSTRUTIVISTA**, que acredita e investe no **SER HUMANO**, emancipando-o, através da construção de uma ponte que permite a ele atravessar do abismo das ruas para a segurança de um teto, de um lar.

O que fazemos?

O Projeto de **RESGATE DE VIDAS** ocorre em 3 etapas:

- 1) A primeira etapa consiste em **RESGATAR A DIGNIDADE** da pessoa humana, retirando esse ser humano do convívio com o chão (do qual está separado apenas por um pedaço de papelão!), do convívio com a humilhação (da qual é vítima por parte de tantos!), do convívio com a violência, a fome e o frio. Nessa fase, ele é retirado da rua e colocado em uma hospedaria, através do pagamento de diárias, fornecendo-se, além de roupas e material de higiene, todo o respeito, carinho, afeto e AMOR, dos quais tanto carece;
- 2) Na segunda etapa, a meta é **RESGATAR A CIDADANIA** dessas pessoas, através da obtenção dos seus documentos (certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF, título de eleitor, carteira de reservista, CTPS etc.); e
- 3) Na terceira etapa, se busca **RESGATAR A IDENTIDADE SOCIAL**, ou seja, reinserir esse cidadão no mercado de trabalho, fazendo com que ele caminhe com as suas próprias pernas e se torne agente de sua própria vida. Nessa etapa, se busca empregar o amparado ou capacitá-lo para um emprego, através da realização de cursos profissionalizantes para os quais ele possua, ou não, alguma aptidão.

Cumpridas essas três etapas, o **PRO AMOR** pretende viabilizar-lhe a aquisição de moradia e a manutenção em programas educacionais, visando à conclusão dos estudos fundamental, médio e universitário, de acordo com as necessidades de cada um e o interesse demonstrado por eles.

O PRO AMOR NÃO É UM PROJETO ASSISTENCIALISTA, mas sim **CONSTRUTIVISTA**, que investe no **SER HUMANO**, emancipando-o através da construção de uma ponte que permite a ele atravessar do abismo das ruas para a segurança de um teto, de um lar.

Como participar

⁶⁰ Disponível em: Pró amor - <http://www.proamor.org.br/quemsomos/>. Acesso em 15/07/2017

Obrigado pelo seu interesse em melhorar as condições de vida das pessoas que, sem dúvida, sofrem com a mais extrema pobreza e rejeição em nossa sociedade – pessoas em situação de rua. O PRO AMOR coloca à sua disposição várias maneiras de transformar o seu interesse em ações concretas, que levem benefícios reais àqueles que mais necessitam. Escolha uma ou mais delas.

- **FAÇA UMA LIVRE CONTRIBUIÇÃO**

Nessa modalidade de participação, você contribui com uma quantia em dinheiro. Todo valor arrecadado será muito bem vindo e irá viabilizar as várias ações realizadas pelo PRO AMOR, seja na compra de kits de higiene, medicamentos, alimentação, seja no custeio de transporte, habitação, taxas de emissão de documentos, instrumentos de trabalho etc.

- **SEJA UM SÓCIO COLABORADOR**

Através de uma contribuição periódica (por exemplo, R\$ 50,00 por mês), você ajuda a manter um desamparado fora das ruas, provendo a sua alimentação e outras necessidades.

- **SEJA UM PADRINHO**

Ao apadrinhar um desamparado, com uma contribuição única de R\$ 300,00, você retira uma pessoa da situação de rua, garantindo a moradia dele durante a fase inicial de reinserção social. Você pode contribuir por um mês ou por quanto tempo desejar. A expectativa é de que, passados 4 meses, esse egresso da rua, reestabelecidas suas condições mínimas de dignidade, como moradia e alimentação, já esteja reinserido no mercado de trabalho, custeando a si mesmo. Você receberá informações sobre o seu amparado e poderá acompanhar a sua evolução, podendo se comunicar, caso deseje, à distância ou pessoalmente.

- **SEJA UM VOLUNTÁRIO**

Você pode se dedicar a uma ou mais das diversas áreas de atuação do PRO AMOR, responsáveis pela ressocialização integral das pessoas em situação de ruas, tornando-se um agente dos seguintes Grupos de Trabalho:

1. *Acolhimento e Cadastramento*
2. *Alimentação*
3. *Capacitação*
4. *Captação de Recursos*
5. *Comunicação*
6. *Cultura e Lazer*
7. *Desenvolvimento de Projetos*
8. *Emprego*
9. *Moradia*
10. *Saúde Física*
11. *Saúde Mental e Emocional*
12. *Roupas*

- **SEJA UMA EMPRESA PARCEIRA**

Sua empresa pode se tornar parceira do PRO AMOR e uma grande agente de responsabilidade social oportunizando vagas de trabalho, oferecendo programas de capacitação profissional, realizando doações financeiras, materiais, ou de serviços. Em breve, estaremos viabilizando a concessão do selo social “Empresa do Bem | Essa empresa investe no Ser Humano” a nossas empresas parceiras.

Comece a investir com um depósito bancário!

INSTITUTO PRO AMOR

Banco do Brasil (001)

Agência 3086-4

Conta corrente 22939-3

CNPJ 14.738.244/0001-80

The screenshot shows the 'Quem Somos' page of the Pro AMOR website. The browser address bar displays 'www.proamor.org.br/quemsomos/'. The navigation menu includes 'Início', 'Quem somos', 'O que fazemos', 'Como participar', 'Blog do AMOR', and 'Contato'. The Pro AMOR logo is prominently displayed with the tagline 'Resgatando Vidas'. The main content area is titled 'Quem Somos' and contains three paragraphs of text. The first paragraph describes the organization's mission. The second paragraph discusses the challenges of homelessness. The third paragraph states the organization's philosophy. On the right side, there is a search bar, a 'Tópicos recentes' section with several article links, a 'Comentários' section, and an 'Arquivos' section listing 'julho 2012'. The Windows taskbar at the bottom shows the date as 15/07/2017 and the time as 12:21.

www.proamor.org.br/quemsomos/

Início Quem somos O que fazemos Como participar Blog do AMOR Contato

Pro AMOR
Resgatando Vidas

Quem Somos

O Instituto Brasileiro de Proteção e Amparo aos Moradores Ocultos na Rua – Instituto PRO AMOR, nasceu do projeto A.M.O.R. (Adote um Morador Oculto na Rua), e tem por missão resgatar das ruas aqueles que há muito não sabem o significado da palavra DIGNIDADE – os nossos queridos irmãos em situação de Rua.

Infelizmente é disseminada na sociedade a falsa idéia de que viver na rua é uma opção, como se todos que nela se encontram estivessem ali por livre escolha. NÃO, ISSO NÃO É VERDADE. A rua é uma verdadeira areia movediça, quem nela cai dificilmente consegue sair sozinho, é necessário receber auxílio. Os fatores que levam a queda são diversos: falência, desemprego, vícios, depressão, distúrbios psicológicos.

O fato é que, quem não possui endereço certo não habita a Terra. Ninguém emprega quem não possui residência, e, em regra, ninguém se interessa por eles, os escuta, os vê ou os ouve.

O PRO AMOR NÃO É UM PROJETO ASSISTENCIALISTA, mas sim CONSTRUTIVISTA, que acredita e investe no SER HUMANO, emancipando-o, através da construção de uma ponte que permite a ele atravessar do abismo das ruas para a segurança de um teto, de um lar.

Pesquisar por: Pesquisar

Tópicos recentes

- [Seu Edmilson sorrindo à toa](#)
- [Vitor Suarez recebe Medalha Tiradentes](#)
- [Sr. Jadir retorna à sua cidade natal](#)
- [PRO AMOR no 1º Congresso Nacional de População de Rua](#)
- ["Adeus, rua!"](#)

Comentários

Arquivos

- [julho 2012](#)

12:21
15/07/2017

The screenshot shows the 'O que fazemos?' page of the Pro AMOR website. The browser address bar displays 'www.proamor.org.br/o-que-fazemos/'. The navigation menu is the same as in the previous screenshot. The Pro AMOR logo and tagline are present. The main content area is titled 'O que fazemos?' and contains a paragraph about the three-step process of the project. It lists three steps: 1) Resgatar a Dignidade, 2) Resgatar a Cidadania, and 3) Resgatar a Identidade Social. Below the steps, there is a paragraph about the organization's goals and a concluding paragraph about its philosophy. On the right side, there is a search bar, a 'Tópicos recentes' section with several article links, a 'Comentários' section, and an 'Arquivos' section listing 'julho 2012', 'junho 2012', 'março 2012', and 'fevereiro 2012'. The Windows taskbar at the bottom shows the date as 15/07/2017 and the time as 12:26.

www.proamor.org.br/o-que-fazemos/

Início Quem somos O que fazemos Como participar Blog do AMOR Contato

Pro AMOR
Resgatando Vidas

O que fazemos?

O Projeto de RESGATE DE VIDAS ocorre em 3 etapas:

- 1) A primeira etapa consiste em **RESGATAR A DIGNIDADE** da pessoa humana, retirando esse ser humano do convívio com o chão (do qual está separado apenas por um pedaço de papelão), do convívio com a humilhação (da qual é vítima por parte de tantos), do convívio com a violência, a fome e o frio. Nessa fase, ele é retirado da rua e colocado em uma hospedaria, através do pagamento de diárias, fornecendo-se, além de roupas e material de higiene, todo o respeito, carinho, afeto e AMOR, dos quais tanto carece;
- 2) Na segunda etapa, a meta é **RESGATAR A CIDADANIA** dessas pessoas, através da obtenção dos seus documentos (certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF, título de eleitor, carteira de reservista, CTPS etc.); e
- 3) Na terceira etapa, se busca **RESGATAR A IDENTIDADE SOCIAL**, ou seja, reinserir esse cidadão no mercado de trabalho, fazendo com que ele caminhe com as suas próprias pernas e se torne agente de sua própria vida. Nessa etapa, se busca empregar o amparado ou capacitá-lo para um emprego, através da realização de cursos profissionalizantes para os quais ele possua, ou não, alguma aptidão.

Cumpridas essas três etapas, o PRO AMOR pretende viabilizar-lhe a aquisição de moradia e a manutenção em programas educacionais, visando à conclusão dos estudos fundamental, médio e universitário, de acordo com as necessidades de cada um e o interesse demonstrado por eles.

O PRO AMOR NÃO É UM PROJETO ASSISTENCIALISTA, mas sim CONSTRUTIVISTA, que investe no SER HUMANO, emancipando-o através da construção de uma ponte que permite a ele atravessar do abismo das ruas para a segurança de um teto, de um lar.

Pesquisar por: Pesquisar

Tópicos recentes

- [Seu Edmilson sorrindo à toa](#)
- [Vitor Suarez recebe Medalha Tiradentes](#)
- [Sr. Jadir retorna à sua cidade natal](#)
- [PRO AMOR no 1º Congresso Nacional de População de Rua](#)
- ["Adeus, rua!"](#)

Comentários

Arquivos

- [julho 2012](#)
- [junho 2012](#)
- [março 2012](#)
- [fevereiro 2012](#)

12:26
15/07/2017